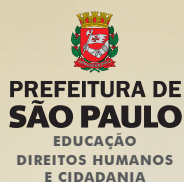




Relatos de Experiência





Editor:

Prefeitura de São Paulo – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Créditos:

FERNANDO HADDAD

Prefeito de São Paulo

ROGÉRIO SOTTILI

Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo

ANTONIO CÉSAR RULLI CALLEGARI

Secretário Municipal de Educação

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Eduardo C. B. Bittar

Jonas Tabacof Waks

Aline Vicentim

Pedro Pulzatto Peruzzo

GRUPO DE TRABALHO INTERSECRETARIAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Produção:

Projeto gráfico, capa, arte e diagramação

Richard Veiga

Revisão

Juliana Biggi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

(Shill Pettian – CRB-8/6707)

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

1º Prêmio Municipal Educação em Direitos Humanos da Cidade de São Paulo: relatos de experiência / Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – 1ª ed. – São Paulo: SMDHC, 2014.

ISBN 978-85-64715-03-5

Bibliografia

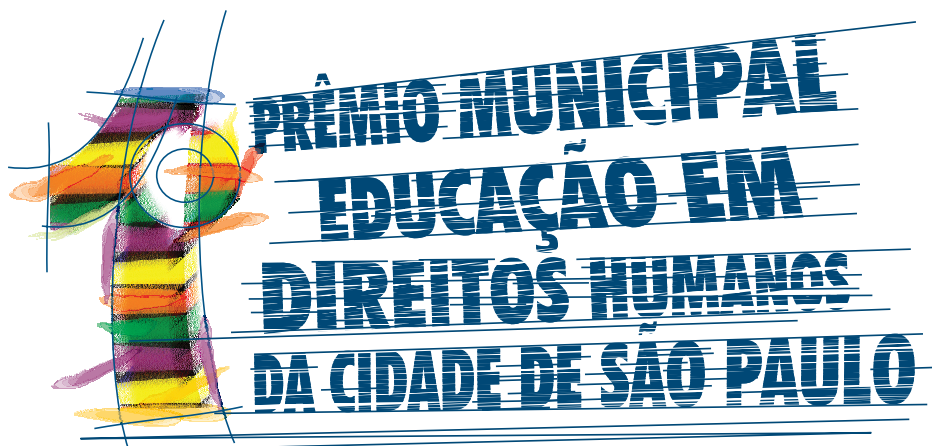
1. Educação – Brasil. 2. Direitos Humanos. 3. Educação em Direitos Humanos.
4. Relatos. I. Título.

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos Humanos e Educação. 370.115

2. Educação em Direitos Humanos. 370.115



Relatos de Experiência

Sueli Funari

Laura Matos C. Bueno

Juliana Delmonte da Silva

Edjane M. C. de Carvalho

Joyce Anne Semmler

Cibele Araujo Racy Maria

André Wagner Rodrigues

Simone Lucia Silva Aguiar

1ª edição

São Paulo

2014



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
EDUCAÇÃO
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA



**festival de
direitos
humanos
2013**

cidadania nas ruas



Prezados Educadores e Educadoras da Cidade de São Paulo,

A gestão do prefeito Fernando Haddad tem tratado a pauta dos Direitos Humanos como prioridade. No início do ano de 2013, foi criada a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, com uma coordenação específica para tratar do tema e dos projetos de Educação em Direitos Humanos, que tem entre os seus objetivos o fortalecimento das atividades relacionadas à temática, como os projetos inscritos neste 1º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos.

Nessa linha, fomentar a educação em Direitos Humanos na Rede Municipal de Ensino é um compromisso consolidado no programa de metas da cidade e o governo tem apostado na parceria entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Educação.

As iniciativas na sala de aula têm o potencial de ir além de transmitir informações e preparar para o mercado de trabalho. Os professores e os cursos ministrados por eles são fundamentais para a formação humana dos alunos, promovendo a conscientização para os valores da cidadania, incentivando o diálogo e a reflexão.

Os Direitos Humanos na educação, os Direitos Humanos pela educação e o Direito Humano à educação caminham lado a lado, convergindo para o fortalecimento dos princípios que promovem a dignidade humana. A proposta é trabalhar com as perspectivas integradas, sempre a partir da transversalidade do tema, para consolidar passos significativos em prol da agenda de construção de uma Cidade Educadora.

O Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos valoriza e dá visibilidade às iniciativas e práticas em Direitos Humanos na Rede Municipal de Ensino, permitindo inclusive a replicação das melhores práticas. Além disso, é a efetivação de resultados de um esforço coletivo para acabar com a cultura de violações, que naturaliza o preconceito e a violência. Nosso objetivo é fortalecer a cultura de Direitos Humanos na cidade de São Paulo.

O Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos sinaliza a necessidade de identificar, valorizar, destacar e multiplicar iniciativas de Educação em Direitos Humanos no sistema público municipal de ensino. Nesta primeira edição, recuperamos as iniciativas dos últimos cinco anos relacionadas com os Direitos Humanos nas escolas.

Foi uma maravilhosa surpresa ver que a Rede Municipal de Ensino tem trabalhado tão intensamente com o tema já há bastante tempo. Foram apresentados projetos de direito à memória e à verdade, inclusão de pessoas com deficiência, combate à homofobia, proteção integral à criança e ao adolescente, combate à violência, garantia de igualdade

sem discriminação, identidade de gênero, comunicação em Direitos Humanos, proteção ao indígena, valorização da juventude, sustentabilidade ambiental, história dos Direitos Humanos, entre muitos outros.

Todos os que inscreveram seus projetos no 1º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos são merecedores de homenagem, independentemente da premiação, pois cada projeto enriqueceu a escola, o professor, os alunos, a comunidade escolar, a educação, a família e também a própria sociedade.

É também merecedora de homenagem e agradecimentos a comissão julgadora do 1º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, composta por personalidades de suma importância na área de Direitos Humanos no Brasil. São elas: Paulo Vannuchi, a quem devo enorme parte da minha formação e atuação em Direitos Humanos, um bravo ministro de Direitos Humanos que o Brasil teve o privilégio de ter; Flávia Schilling, por quem lutei pela liberdade no movimento estudantil; Margarida Genevois, Fernando Almeida, Maria Victoria Benevides, Kangelê Munanga e Olívio Jekupé, históricos promotores da Educação em Direitos Humanos como instrumento de mudança de valores sociais.

A todos os inscritos nesta 1ª edição do Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos nossa admiração e respeito pela iniciativa, coragem e determinação em fazer de São Paulo uma cidade mais democrática e cidadã.

Rogério Sottili

Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania



Caros educadores e educadoras,

A Secretaria Municipal de Educação se engrandece com a tarefa de construir cidadania e consciência de valores republicanos através do trabalho realizado por educadores, estudantes e suas famílias.

Temos agido e insistido na importância da ação conjunta com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, ampliando as dimensões da ação educativa e reforçando o Programa Mais Educação São Paulo voltado à melhoria de qualidade e ao aprimoramento do sistema municipal. São Paulo merece uma educação de qualidade social onde o processo de aprendizado das crianças, dos jovens e dos adultos se integra na construção de uma Cidade Educadora.

A realização de um Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos é uma experiência que valoriza Unidades Escolares, Professores,

Estudantes, dando visibilidade a projetos novos e a iniciativas que já se encontram em desenvolvimento na Rede Municipal de Ensino. Se na 1ª edição do Prêmio, ainda não foi possível destacar e premiar na Categoria Estudantes, temos plena convicção de que a partir de 2014, em sua 2ª edição, maiores serão as possibilidades na medida em que os currículos das escolas de ensino fundamental já estarão reorganizados e a consolidação dos ciclos interdisciplinar e autoral vai impactar muito positivamente essa transformação.

Estamos operando uma mudança importante e de vanguarda em matéria de educação no Brasil, o que faz com que, no processo de aprendizagem, estejam garantidas as articulações entre diferentes áreas de conhecimento como uma possibilidade real, fazendo com que os jovens e as crianças de São Paulo deixem de ser apenas receptores de informação, mas que eles sejam autores, protagonistas da maneira como o mundo se dá e, desta forma, desenvolvendo no ambiente escolar as várias dimensões de uma cidadania totalizante.

Por estas e por outras características, estamos aproximados da temática transversal dos Direitos Humanos, considerando-a no ambiente da escola, no ambiente da comunidade, no ambiente da família, nas tarefas de inserção de jovens, e adultos no mercado de trabalho e, de todos, nos desafios do convívio cidadão.

Nossos cumprimentos a todos que se envolveram nesta importante iniciativa, na expectativa que novos projetos como estes registrados na presente publicação possam florescer nas próximas edições.

Cesar Callegari

Secretário Municipal de Educação



Sumário

INTRODUÇÃO, 13

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS. Categoria: Professores, 18

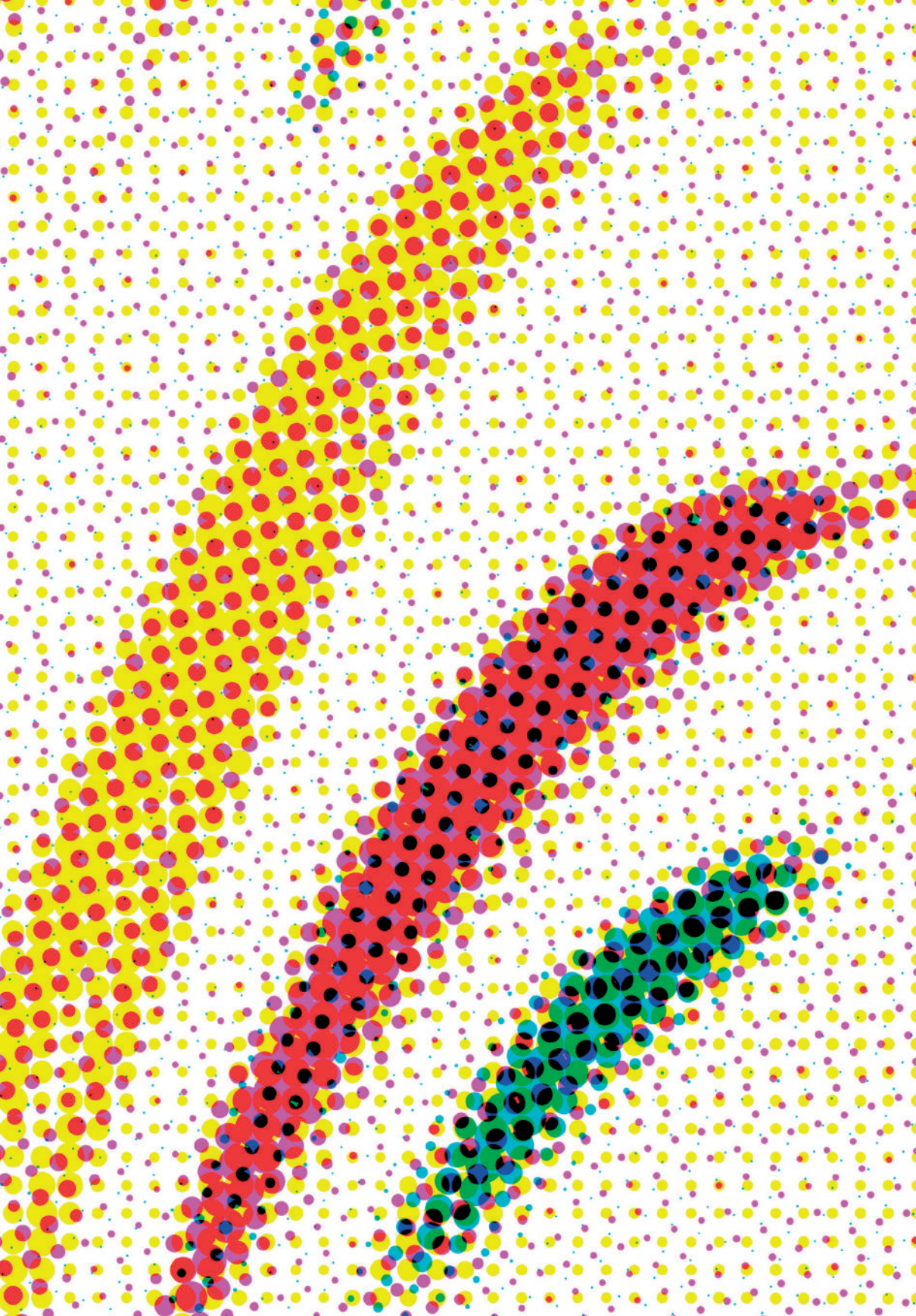
- 1º lugar | **Educação e Direitos Humanos: os Anos de Chumbo no Brasil – um diálogo interdisciplinar**, 21
Sueli Funari
- 2º lugar | **Os índios não são iguais**, 43
Laura Matos Cavalcante Bueno
- 3º lugar | **Educação para a igualdade de gênero: Grupo de Estudos de Gênero na Escola**, 57
Juliana Delmonte da Silva
- | **Projeto: “Vem Cuidar de Mim”**, 69
Edjane Maria Costa de Carvalho

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS. Categoria: Unidades Escolares, 88

- 1º lugar | **Trançando e traçando laços de igualdade na educação da infância, 91**
CEI Onadyr Marcondes, DRE Santo Amaro
Joyce Anne Semmler
- 2º lugar | **O mundo de Azizi Abayomi e Sofia – diversidade biológica e cultural, 111**
EMEF Carolina Rennó Ribeiro de Oliveira, DRE Campo Limpo
Cibele Araujo Racy Maria
- | **Relatos da juventude: uma experiência de valorização do protagonismo infanto juvenil, 133**
EMEI Guia Lopes, DRE Freguesia/Brasilândia
André Wagner Rodrigues
- 3º lugar | **Projeto ambiental: Córrego Limpo, Comunidade Viva!, 147**
EMEF Solano Trindade, DRE Butantã
Simone Lucia Silva Aguiar

PALAVRAS FINAIS, 171







A expressão “**direitos humanos**” está eivada de controvérsias conceituais e incompreensões. Há muita resistência e, ao mesmo tempo, muito desconhecimento sobre o tema. A **educação em direitos humanos** visa vencer ambas as barreiras, e, com isso, disseminar uma cultura de convívio pautado pelo respeito à **dignidade da pessoa humana**, em suas múltiplas interfaces. Se analisarmos o parágrafo 1º, do art. 2º, da Resolução nº 01/2013 CNE (*Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*), fica mais simples compreender o seu sentido:

Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

Ao contrário do estereótipo que o tema veio a adquirir no país na visão social mais corrente, os “**direitos humanos**” abrangem questões humanas e sociais que cobrem um largo arco de temas e âmbitos de atuação social. Há 3 séculos de acumulado de construção histórica moderna e direta dos direitos humanos, abrangendo do direito à vida ao direito à cidade, do direito à memória e verdade ao direito à paz. Em suma, são os direitos mínimos, essenciais, imprescindíveis sem os quais perdemos a nossa característica de seres humanos, assim identificados e construídos historicamente. São os direitos que ***confirmam a nossa humanidade***, permitindo afirmar a ***integralidade de nossa humana condição*** no convívio social.

Daí, a importância estratégia da valorização da educação em direitos humanos, pois o **direito à educação** pertence a esse leque de direitos constitucionalmente reconhecidos, e também porque o direito à educação somente pode ser exercido desde que uma série de tantos outros direitos lhe deem suporte. Considerando também a educação um espaço privilegiado para a formação humana, a construção de uma cultura de respeito aos direitos encontra nas escolas *locus* especial de manifestação.

Nessa linha de importância, a **educação em direitos humanos** visa desenvolver: a) a formação para a cidadania; b) o respeito e o cultivo de valores republicanos; c) a consciência cívica e democrática; d) as condições para o conhecimento e a prática dos direitos; e) o fortalecimento do convívio democrático. A finalidade da educação em direitos humanos é realizar o propósito de fortalecer o respeito à **dignidade da pessoa humana**. De acordo com o art. 5º da Resolução nº 01, de 30/05/2012, do CNE: “***A educação em direitos humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência,***

no exercício cotidiano dos direitos humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário”.

A Educação em Direitos Humanos tem reconhecimento em inúmeras normativas nacionais e internacionais, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948, art. 26, parágrafo 2º: “A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”), passando pelo Plano Mundial de Ação para Educação em Direitos Humanos da UNESCO, até os mais recentes marcos normativos nacionais para a área, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2006), construído pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III, 2009), construído participativamente pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR), e a Resolução do CNE/CP nº 01, de 30/05/2012, traçando as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

A partir deste instrumental, todo educador é em potencial um educador em direitos humanos, especialmente se e quando mobiliza as condições do processo de ensino/aprendizagem no sentido do conhecimento da cidadania, do combate à intolerância, ao racismo e às desigualdades, da negação às violências físicas, psíquicas, morais e sociais, da prática dos valores republicanos e dos direitos, da consciência de paz, tolerância, diversidade, democracia e respeito ao meio ambiente, para indicar a proximidade que estes temas possuem com o cotidiano de nossas vidas. Por isso, a tarefa o educador em direitos humanos é: a) sensibilizar para os temas; b) mobilizar conhecimentos; c) promover saberes e práticas. Ao transformar vidas, promove uma

cultura de cidadania, que se projeta no futuro, e reverbera no convívio e na integração sociais.

Na experiência do Município de São Paulo, o Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo trata de “Implementar a Educação em Direitos Humanos”, através da Meta 63, fazendo dela uma política pública formativa. O ***Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos***, enquanto iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (Coordenação de Educação em Direitos Humanos) em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, através do Grupo Intersecretarial de Educação em Direitos Humanos, contando com especial apoio do Núcleo de Educação em Direitos Humanos e a representação das 13 Diretorias de Ensino do Município, vem consolidando a tarefa de promoção da cultura dos Direitos Humanos na Rede Municipal de Ensino.

Na experiência do 1º Prêmio, realizado em 2013, procurou-se enfatizar: a consolidação da cultura dos direitos humanos no exercício do direito à educação; a visibilidade das iniciativas já consolidadas nos últimos 5 anos; a identificação das Unidades Escolares, dos Educadores e dos Estudantes protagonistas de projetos de educação em direitos humanos. Após a abertura do edital, foram inscritos 63 projetos para disputar o Prêmio, sendo: 16 projetos, na Categoria Unidades Educacionais; 47 projetos, na Categoria Professores; 0 projetos, na Categoria Estudantes. Temas recorrentes nos projetos tem sido: cidadania; inclusão social; sustentabilidade; cultura; inclusão de pessoas com deficiência; memória e verdade; gênero e igualdade; combate ao *bullying*; educomunicação; diversidade LGBT; combate ao racismo; diversidade étnica e indígenas; idosos; comunidade; família; juventude, entre outros. As 13 Diretorias Regionais de Ensino tiveram unidades educacionais de diversas modalidades (CIEJA; CEI; EMEI; EMEF) inscritas no Prêmio, logo em sua primeira edição, indicador que aponta que havia demanda reprimida na

temática, mas que indica que a EDH é praticada, numa diversidade de abordagens e questões, o que faz dela uma presença forte na tradição escolar do Município de São Paulo.

A consolidação do Prêmio é um desafio da Cidade Educadora, rumo à educação integral, pública e de qualidade, e é desta forma que desejamos que a experiência se consolide através de inúmeras vindou-ras edições, de crescente número de inscrições, de farta originalidade nos projetos, do desenvolvimento qualitativo das iniciativas de EDH, para que a cultura de respeito aos direitos humanos se torne parte do cotidiano do convívio democrático, aberto e pluralista. Afinal, o nosso desejo comum é o da construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária.

Eduardo C. B. Bittar

Coordenador de Educação em Direitos Humanos



Relatos de experiências

Categoria: Professores





Ganhadores:

1º lugar:

Sueli Funari

2º lugar:

Laura Matos C. Bueno

3º lugar:

Juliana Delmonte da Silva

Edjane M. C. de Carvalho







EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Os Anos de Chumbo no Brasil –
um diálogo interdisciplinar

Sueli Funari



Apresentação

Ao longo do processo histórico, os oprimidos são derrotados duas vezes: no momento da luta e no ato do registro da história, quando prevalece a versão do vencedor. (Walter Benjamin)

O presente projeto foi realizado com a sétima série D do Ensino Fundamental II regular, no CEU¹, e propõe uma reflexão sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) e os seus desdobramentos em nossa sociedade, sobretudo nos aspectos da produção cultural. Por meio de um diálogo interdisciplinar, pesquisamos a recepção dessa temática em sala de aula e procuramos estabelecer as principais discussões acerca da chamada “Estética da Recepção”² e suas reverberações no cotidiano escolar.

A partir de um diálogo entre as disciplinas História, Geografia, Artes e Língua Portuguesa, pesquisamos a denúncia da violência que esse momento histórico projetou para as gerações posteriores ao Golpe Militar, ocorrido em 1964. A descrição do historiador Marcos Napolitano traduz as tensões que esse episódio disseminou na sociedade brasileira:

No dia 30 de março de 1964, o Brasil foi dormir sonhando com as reformas sociais propostas pelo governo João Goulart. Na manhã seguinte, porém, a nação acordava com o rumor de um golpe de Estado realizado pelas Forças Armadas.

1 Pertencente à DRE Santo Amaro, São Paulo.

2 Fundada por Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser, a Estética da Recepção propõe uma reformulação da historiografia literária e da interpretação textual. Procura romper com o exclusivismo da teoria da produção e a representação da estética tradicional, e institui a literatura como produção, recepção e comunicação, em uma relação dinâmica entre autor, obra e público.

A perplexidade e a surpresa tomaram conta de boa parte da sociedade brasileira, sobretudo dos setores identificados com as ideias nacionalistas e de esquerda, que possuíam amplo espaço no governo deposto. Como um governo eleito pelo voto direto, com boa capacidade de mobilização popular a seu favor, havia caído sem a menor resistência, arrastando consigo todo um sistema político? (NAPOLITANO, 1998, p. 4)

O estímulo para articular este projeto deu-se a partir do IV Colóquio – projeto temático “Escritas da Violência”, ocorrido na Unicamp em 2010, organizado pelo Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva, da IEL-UNICAMP; Prof. Dr. Francisco Foot Hardman, da IEL-UNICAMP e Prof. Dr. Jaime Ginzburg, da FFLCH-USP. A relevância desse evento transcendeu a esfera da vida acadêmica para o cotidiano da Educação como um todo e suscitou questões, cujas inquietações expandiram-se para o contexto da sala de aula:

Quando os testemunhos dos sobreviventes se tornarem parte dos currículos escolares, quando arquivos forem abertos, mais memoriais debatidos e construídos, quando os tribunais forem abertos aos testemunhos dos que sofreram sob a ditadura, quando a verdade começar a se delinear e os responsáveis forem levados a pagar pelo que fizeram, aí sim teremos a nossa cultura da memória [...]. (SELLIGMAN-SILVA, 2010)



1. Justificativa

A escola está situada em um contexto social com altos índices de violência, o que nos proporcionou trabalhar a apropriação criativa dos espaços públicos a partir de ações que promovam a convivência e a

Cultura de Paz, a partir da compreensão dos acontecimentos históricos, a fim de despertar a criticidade e a autonomia dos indivíduos.

Revisitar o passado é uma forma de lutar contra o esquecimento, para que os equívocos históricos não se repitam. Nesse sentido, procuramos contextualizar os alunos e demais membros da comunidade sobre alguns aspectos da conjuntura política brasileira atual, sobretudo no que se refere à efervescência das manifestações políticas que têm eclodido no Brasil durante junho de 2013. Partindo da eclosão dessas manifestações, propusemos um diálogo com o nosso recente passado histórico, marcado pelas fendas da ditadura militar. Nesse percurso, a criação da “*Comissão da Verdade*” forma um delta para a reflexão sobre a denúncia da barbárie.

Segundo Edson Teles e Vladimir Safatle, a palavra que melhor descreve esta herança indesejada é “violência”, medida não pela contagem de mortos deixados para trás, mas pelas marcas encravadas no presente³.



2. Metodologia

História

O trabalho foi baseado nas aulas de História do Ensino Fundamental II, com o intuito de proporcionar o desenvolvimento crítico dos alunos para fatos recentes da História do Brasil, compreendidos no período de 1964 a 1985, durante o Regime Militar. A temática proposta está de

3 Ver SAFLATE, 2010.

acordo com o projeto pedagógico da unidade escolar “*Convivência, um exercício de valores através dos estudos*”.

A escola tem como objetivo geral resgatar o papel do educador, peça-chave para a reconstrução da memória, por meio de uma nova postura do educando em relação à realidade histórica brasileira e observando todos os segmentos de atuação social, política e econômica, a fim de que os alunos valorizem a cultura para o enriquecimento do conhecimento, aprender a aprender. É nosso intuito conscientizar o educando da necessidade de valorizar o conhecimento histórico para a construção de um ambiente de cultura da paz na sociedade, que o levará ao exercício da cidadania com ética, autonomia, autoestima e, acima de tudo, com uma visão crítica e autônoma, para que seja protagonista de sua própria transformação e crescimento.

A proposta de trabalho visou à contextualização histórica do período que antecedeu o Golpe Militar – a Guerra Fria; o processo eleitoral brasileiro; os anos JK – 50 anos em cinco; Jango e as reformas de base; o golpe militar; os governos militares e os Atos Institucionais; o caminho da luta armada e os instrumentos de tortura utilizados pelo Estado, por meio de leitura de fragmentos do livro *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender. O percurso desembocou numa reflexão sobre o momento atual da realidade brasileira e na busca de informações de desaparecidos, reivindicados pela Comissão da Verdade.

As atividades finais propostas aos alunos foram uma exposição, por meio de cartazes, dos fatos históricos que compreenderam o período ditatorial brasileiro, seguida de debate.

Geografia

Foi desenvolvida uma temática sobre as transformações do território brasileiro no período da ditadura militar: grandes obras geográficas e a modernização conservadora.

Durante o período da ditadura militar no Brasil, a disciplina Geografia foi posta a serviço de um conhecimento bastante utilizado pelos militares: a geopolítica. Movido pelo sonho de um Brasil potência, o governo ditatorial usou os atributos geográficos para promover o desenvolvimento nacional. Como consequência, o território, elemento-chave da Geografia, foi modificado para melhor atender a esse objetivo.

A influência do geógrafo Golbery do Couto e Silva durante o período do governo ditatorial brasileiro consolida o projeto de integração nacional, com grandes obras geográficas que marcariam o território brasileiro até os dias atuais. A exemplo disso, destacam-se: a BR-230 (Transamazônica), a BR-163 (Cuiabá-Santarém), a BR-210 (Perimetral Norte) e a BR-319 (Manaus-Porto Velho), a hidrelétrica de Itaipu, as usinas nucleares de Angra dos Reis, a ponte Rio-Niterói, dentre outras. Com isso revela-se a importância da adequação geográfica do território como instrumento a ser utilizado para fins políticos pelas Forças Armadas daquela época. (GUIMARÃES, 2013).

O objetivo geral foi conhecer como as transformações do território brasileiro, por meio de grandes obras geográficas no período da ditadura militar, contribuíram para a ampliação do papel do Estado – sob a tutela das Forças Armadas – entendido como o único ator capaz de acelerar a modernização do Brasil.

O trabalho final proposto à sala foi a exposição, por meio de cartazes, das principais obras geográficas do período ditatorial brasileiro e sua repercussão na dinâmica do território.

Artes

A Fotografia traz em sua essência uma gama de complexidade, que a cerca desde o seu surgimento. Despertou a desconfiança de filósofos, como Walter Benjamin, por exemplo, pelo fato de ela ser facilmente produzida e reproduzida.⁴ Ao longo do tempo, esse complexo instrumento de comunicação foi sofrendo ressignificações, no tocante ao conceito de veracidade, pois a Fotografia tem o poder de representar uma realidade, mas não de ser necessariamente o seu espelho fiel. Devido a esse impasse, o recorte que adotamos no presente projeto foi a problematização sobre a ética das imagens veiculadas pela imprensa durante os anos que corresponderam à ditadura militar no Brasil. Nosso foco foi o Fotojornalismo, e o seu contraditório papel durante a repressão política. Como as imagens têm maior velocidade que as palavras, o papel da imprensa foi impactante junto às massas, tanto na fabricação de verdades, executada pelos órgãos oficiais da repressão⁵, quanto pela denúncia da ala mais progressista dos meios de comunicação sobre a violação dos Direitos Humanos⁶.

Partindo-se da observação de algumas fotos de Cartier Bresson e Sebastião Salgado, foi proposta uma reflexão sobre a linguagem fotográfica como denúncia social e a possibilidade de “a arte poder ser

4 Em *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*, o filósofo judeu alemão Walter Benjamin discorreu sobre a natureza da Fotografia, polemizando a sua autenticidade, uma vez que o “aqui e agora” de uma fotografia é apartado do expectador hodierno que, nesse novo contexto das técnicas de reprodução, testemunha a perda da aura das obras de arte.

5 Silvaldo Leung Vieira foi o fotógrafo responsável pela foto de Vladimir Herzog, enforcado nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). O fotógrafo vive nos EUA, para onde viajou três anos depois de ter feito a fotografia. Atualmente depôs na Comissão da Verdade sobre a fraude que foi montada pelos órgãos oficiais da ditadura.

6 O jornal *Brasil: Urgente*, foi influenciado pela renovação da relação entre a Igreja e os movimentos sociais, como o movimento operário cristão. Foi lançado em São Paulo em 1963 e durou até abril de 1964.

considerada uma forma de resistência e compreender uma dimensão ética, enquanto manifestação de indignação radical diante do horror.” (FRANCO, 2003, p. 352)

As próximas etapas foram visitas a sites na internet, em busca das fotografias que registraram os “Anos de Chumbo” no Brasil. Nessas atividades, propomos um olhar analítico para a leitura de fotografias, contemplando tanto a dimensão da forma quanto a de conteúdo.

O trabalho final proposto para os alunos foi a montagem de um painel, cujas fotos foram escolhidas por eles. A pergunta proposta foi: “Por que você escolheu essa imagem?”.

Língua Portuguesa

Na gama de ações da sociedade brasileira que configuram a resistência contra a ditadura, um grupo que se destacou na luta contra a opressão foi o dos artistas: atores, músicos, cineastas, artistas plásticos, poetas, escritores. O recorte que escolhemos e que representa os nossos objetivos gerais foi a “Era dos festivais” e a sua importância como resistência à repressão. Estabelecemos uma relação entre a produção musical brasileira e a conjuntura política entre 1964-1985.

Os códigos cifrados dos sofisticados poemas-canções dessa época conduziram-nos a uma reflexão sobre a importância da metáfora como recurso poético para camuflar o conteúdo político aos órgãos de censura e repressão. E, para realizar esse percurso de interpretação com os alunos, procuramos deslocar o vicioso foco, historicamente concedido apenas à produção e aos autores; procuramos resgatar o papel da recepção, da contribuição do expectador para o “preenchimento dos vazios”⁷ e

7 Ver Zilberman, 1989.

a construção de sentido. Procuramos conduzir as nossas atividades de interpretação à luz das relações de alteridade para as quais Bakhtin (1988) aponta. Por ter o discurso uma natureza refratária, ele não pode ser concebido como algo acabado e pressupõe a presença do outro para existir:

O texto não é um produto nem um simples artefato pronto; ele é um processo. Assim, não sendo um produto acabado, objetivo, como uma espécie de depósito de informações, mas sendo um processo, o texto se acha em permanente elaboração e reelaboração ao longo de sua história e ao longo das diversas recepções pelos diversos leitores. (MARCUSCHI, 1996, p. 64)

A atividade inicial proposta aos alunos foi a apresentação de canções que foram ícones nos anos que compreenderam a ditadura, tais como “Cálice”, cuja autoria é de Chico Buarque de Hollanda e Milton Nascimento.

Posteriormente, estabelecemos um contraponto com as músicas de protesto atuais e propusemos uma reflexão sobre a atual tendência a abordagens temáticas diretas, sobretudo em letras de *rap* e *rock* nacionais, e estabelecemos uma relação entre produção estética e os seus respectivos contextos históricos. Bakhtin (1992) elucida-nos sobre o fato de a palavra estar sempre associada às estruturas sociais, permeando todas as relações entre os indivíduos. Então, toda palavra é impregnada de valores, ou seja, somos elementos de um determinado grupo social e emitimos um discurso ideologizado. (FUNARI, 2007)

As propostas de atividade foram a interpretação das letras de música, numa construção coletiva com a sala, e outra atividade individual,

para que o aluno construísse uma narrativa em primeira pessoa, num suposto diário, como se fosse um estudante que estivesse escrevendo durante a ditadura.

Atividades complementares:

- 1) Palestra de Ivan Seixas⁸ sobre prisões e torturas.
- 2) Projeção e debate sobre o filme: *O que é isso, companheiro*, de Bruno Barreto.
- 3) Exposição dos trabalhos dos alunos.
- 4) Comentário dos professores e alunos sobre a recepção da temática abordada em sala de aula.



3. Potencial de impacto

A reação da sala foi progressiva ao longo das aulas. Como relata o professor de História: “as primeiras expressões foram de distanciamento, como algo que estivesse distante da realidade vivida por eles; à medida que fomos aprofundando as pesquisas e os debates sobre o tema, os alunos foram se apropriando e fazendo os nexos entre a realidade atual e os fatos históricos que abordávamos”.

Essa vivência possibilitou ainda reflexões sobre alguns problemas sociais, vividos pelos alunos em seu cotidiano. Também propiciou a reflexão em relação à violência vivida por alguns membros da comunidade

⁸ Ivan Seixas, jornalista, ex-presos político durante a ditadura, atualmente, coordenador da Comissão da Verdade de São Paulo.

nos dias atuais e traçou-se uma comparação com o período militar. Percebemos a construção de uma visão crítica em relação ao desrespeito aos Direitos Humanos e a deturpação dos fatos pela mídia. Na fala de alguns alunos, “é preciso se relacionar de igual para igual, procurando conhecer o motivo das atitudes antes mesmo de criticá-las e, muitas vezes, os meios de comunicação mais confundem do que esclarecem a opinião pública”.

O ensino da temática da Ditadura Militar no currículo da Geografia encontra alguns obstáculos próprios da formação da consciência geográfica dos estudantes. Em primeiro lugar, a introdução do viés político na Geografia esbarra em anos de ensino bilateral do tipo: natureza versus sociedade, que permeia os programas das escolas públicas no Brasil. O fato de a Geografia ser identificada muito mais pela sua abordagem física do globo terrestre, como pelo estudo do clima, vegetação ou relevo, entre outros aspectos, acaba por afastá-la de uma ligação mais profunda com a integração nacional promovida no período ditatorial brasileiro e de sua política adjacente a um modelo produtor de desigualdades territoriais e sociais.

Em segundo lugar, o mito da natureza intocada, seja da beleza natural do Brasil ou do passado nas terras indígenas, contribuiu para perpetuar uma mentalidade de que as regiões brasileiras são desiguais por natureza, e não por desmandos políticos deliberados.

Por fim, ensinar o período ditatorial brasileiro a partir do olhar geográfico é, ao mesmo tempo, um questionamento da própria ideia de nação e de como ela foi construída, por meio de tais interesses políticos.

As aulas de Língua Portuguesa, de Artes e de Geografia iniciaram após as de História. Dessa forma, já havia uma contextualização, que possibilitou a análise de algumas letras de música desse período.

A que despertou mais curiosidade nos alunos foi “Cálice”, de Chico Buarque de Hollanda. Primeiramente, devido ao ritmo, que foi diretamente associado ao ritual religioso católico, além de uma abundância de imagens. Houve uma reflexão sobre o fato de ser uma música de protesto, cujo objetivo primeiro seria fazer a massa despertar, ao mesmo tempo, com um vocabulário tão sofisticado: “atordoa”, “labuta”, “homérico”. Outra curiosidade foi o horizonte de expectativas sugerido pela canção, que lhes pareceu hermético em alguns momentos; alguns versos pareceram indecifráveis: “*De muito gorda a porca já não anda / De muito usada a faca já não corta*”. Em outra passagem: “*Quero cheirar fumaça de óleo diesel*”, a sala fez uma associação com técnicas de tortura. Dessa forma, percebemos uma recepção ativa do leitor. Embora haja limites para interpretar, a associação de signos pareceu pertinente com o contexto.

O relato da professora de Língua Portuguesa, referindo-se às observações finais dos alunos sobre as músicas, ratifica que elas lhes pareceram veladas quanto a sua estrutura: “É necessário ser detetive para decifrar as mensagens ocultas”.

Nas aulas de Artes, houve visitas a *sites* da internet. As fotografias que registraram as manifestações populares provocaram reação de indignação nos alunos diante da violenta opressão sofrida pelo povo. O foco do debate foi a comparação daquele período de censura e a repressão com os movimentos de reivindicação e protestos realizados nas ruas no ano de 2013. Os alunos acharam muito parecidas as fotografias das manifestações do período ditatorial e do ano de 2013 – observaram que as imagens registram a quantidade de pessoas e a violência policial; a mesma polícia militar, mesmo tendo se passado 28 anos da queda da ditadura.

Num balanço sobre o que mudou a partir daquela época até os dias de hoje, a sala apontou que foram as nossas conquistas sociais e o fato de tantas vidas terem sido sacrificadas para que o povo conseguisse, hoje, exercer seus direitos numa democracia. Dessa forma, sentimo-nos contemplados, pois percebemos o embrião que almejamos no início do projeto – o exercício da consciência crítica na sala de aula. Entusiasmados com o tema, os alunos apontaram vetores para a continuidade do projeto: uma pesquisa sobre a biografia dos desaparecidos políticos e o levantamento do atual sumiço de pessoas entre os membros da comunidade.

Os alunos reconheceram vícios na atual conjuntura político-social brasileira, que herdamos do período da ditadura; uma violência talvez um pouco diferenciada dos outros países que passaram pelo mesmo fato, que se faz pelo silêncio, pela impunidade. Na fala de um de nossos alunos, “a sociedade deve esclarecer onde estão esses desaparecidos, para que possa de fato passar o Brasil a limpo”.



Referências

1. Bibliográficas

ÂNGELO, Ivan. Nós, que amávamos tanto a Literatura. In: O Papel Político dos Meios de Comunicação de Massa. In: Sosnowski, Saul e Schwartz, Jorge (Orgs.). *Brasil: o Trânsito da Memória*. São Paulo: Edusp, 1994.

ARAÚJO, Paulo César. *Eu não sou cachorro, não. Música popular cafona e ditadura militar*. Record, 2002.

- BAKHTIN, M. M (1895-1975). Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *Questões de literatura e de estética*. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1988.
- BECKER, Bertha. *Brasil, uma nova potência na economia-mundo*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.
- _____. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio. *Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Ática, 1985.
- _____. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras escolhidas vol. I*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: Seligmann-Silva, Marcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas-SP: UNICAMP, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Jaime; HARDMAN, F.; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Escritas da violência*. v. II. Representações da violência na história e na cultura contemporâneas da América Latina. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino de língua?* Brasília: Em Aberto, 1996.
- MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos não contam. Depois que Acabou a Ditadura Militar no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia (Org.). São Paulo: Atual, 1998. (Discutindo a História do Brasil).

- VIEIRA, Beatriz; PIOVESAN, Flavia; BERCOVICI, Gilberto; GAGNEBIN, Jeanne Marie; KEHL, Maria Rita; ARANTES, Paulo Eduardo et al. *O que resta da ditadura*. SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Orgs.) São Paulo: Boitempo, 2010.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil, de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Tradução de Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ZILBERMAN, Regina. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

2. E-referências

- FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. *Memória da resistência à ditadura: uma análise do filme Batismo de Sangue*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03082011-122908/>>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- FUNARI, Sueli. *Caminhos da educação de adultos no município de São Paulo: o livro didático e a abordagem do texto literário*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09102008-145516/>>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- GUIMARÃES, Bruno Costa. *Geopolítica da Ditadura Militar: como a Geografia e o território brasileiro serviram aos objetivos do governo*. In: Anais XVI – Encontro Nacional dos Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. 2009. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=587>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- PROST, Catherine. *Forças armadas, geopolítica e Amazônia*. Disponível em: <www2.ufpa.br/naea/pdf.php?id=68>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local do testemunho. Tempo e Argumento*. v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/rt/prINTERfriendly/1894/1585>>. Acesso em: 17 mar. 2014

3. Sites pesquisados

Era dos Festivais.

<http://www.eradosfestivals.com.br/>. Acesso em: 23/05/2013.

Mortos e Desaparecidos Políticos.

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/mortosedesap/.

Programa Nacional de Direitos Humanos.

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/pndh/.

4. Filme

O que é isso, companheiro? Direção: Bruno Barreto. Roteiro: Leopoldo Serran. Brasil, 1997.

Filme de ficção inspirado no livro homônimo escrito por Fernando Gabeira, em 1979.

Elenco: Alan Arkin, Alessandra Negrini, Caroline Kava, Cláudia Abreu, Eduardo Moscovis, Fernanda Montenegro, Fernanda Torres, Fisher Stevens, Luiz Fernando Guimarães, Marco Ricca, Matheus Nachtergaele, Pedro Cardoso, Selton Mello.



O fato como o caso da foto está sendo perseguido, para ser talvez destruído, é indignante, pois esse é um direito que as pessoas têm e não é justo não ter esse direito, pois nessa época, era um país online nas suas protestando contra a ditadura e isso estava acontecendo nada: torturas, desaparecimentos, censura, etc. Isso não deve para registrar de isso foi feito por muito tempo e isso aconteceu quase a país inteiro lutando contra os militares, num conflito nas ruas e, enfim, a população ganhou e nós já estamos votando nas eleições, enfim, participando das coisas do nosso país.

Esta foto nos mostra uma época de muita violência, inclusive torturas, choques e pancadarias, feitas principalmente pelos militares das áreas armadas, em especial do exército.

As manifestações que vemos hoje nos lembram a intolerância no Brasil, apesar de termos a liberdade de expressão para discutirmos novas leis em busca de justiça social.

A vontade de se expressar

Caríssimo leitor, vou contar uma história que vivenciei no período da Ditadura Militar (1964-1985).

Para começar, meu nome é Francisco, sou um jovem estudante, tenho 12 anos, e já não quero mais ficar "calado", quero falar tudo o que acho sobre a ditadura militar, só não falo porque posso até ser condenado à morte. Se você não entendeu, estou falando de 1968, quando o período militar já tinha iniciado.

Moro em uma cidade nobre de São Paulo, com meus pais Geraldo e Maria. Estamos sofrendo muito, pois perdemos meu irmão Carlos, que tentou incentivar não só a nós, mas também os vizinhos e amigos, a fazerem uma manifestação contra os militares. Um militar, ouviu meu irmão fazendo isso e levou-o para o DOI/CODI (centro de tortura).

Ficamos sabendo que meu irmão tinha morrido, por um tipo de tortura chamada "Sere da verdade". Libertaram uma droga nele que o deixou sonolento e falar todas as coisas, informações contra a ditadura e depois assassinaram. Isso me deixou muito deprimido.

Éra difícil para mim, naquela época, me recuperar da depressão e também ter que ouvir a opinião dos outros sem dar palpite.

Um dia lendo o diário, vi uma música

que se chamava "Cálice", de Chico Buarque e Milton Nascimento falava da Ditadura Militar, de um modo contatado (figurado, incommum, circumstancial). O começo, foi difícil entender, mas aos poucos, entendi. Citei estrofos, pois músicas da -
quela tipo eram censuradas e os cantores, persegui-
dos.

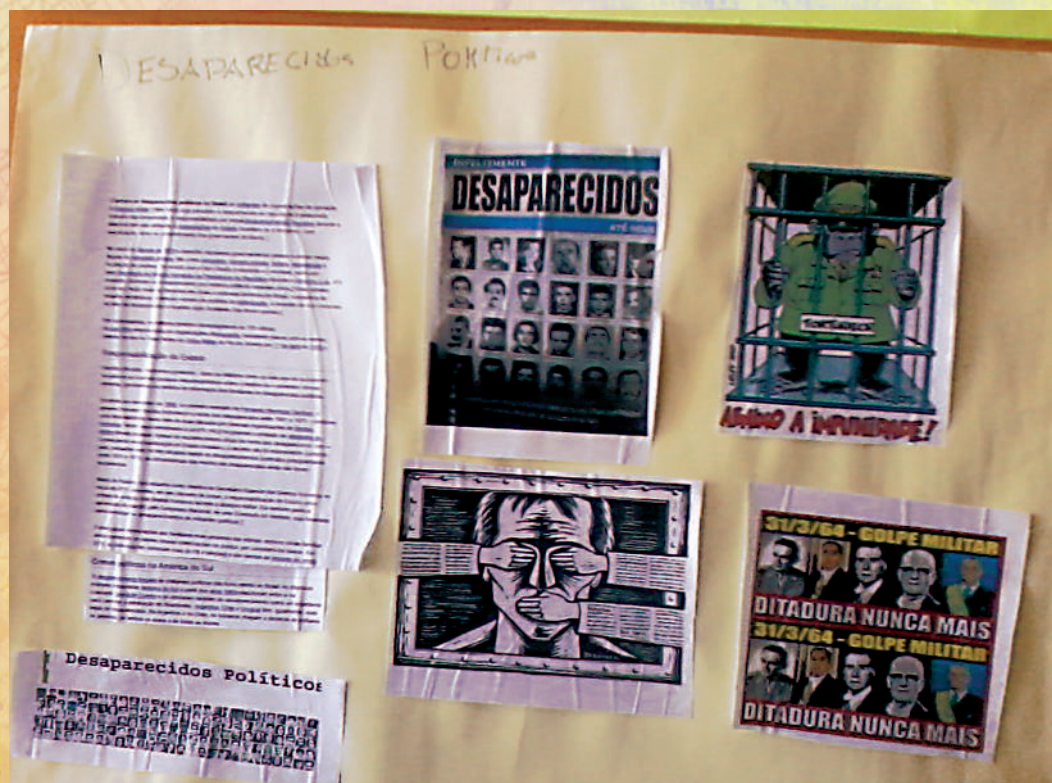
Passa muitos anos de sofrimentos, mas nunca perdi a esperança de que um dia tudo aquilo iria acabar e voltar ao normal, sempre confion-
do em uma frase: "A esperança é a última que morre".

Em 1985, o que eu mais esperava tinha chegado, a Ditadura Militar encerra-se, muitos militan-
tes foram presos e agora posso ser "livre".

Em 2010, a Comissão da Verdade foi criada, para investigar violações de direitos humanos, o-
corridas no período militar por agentes do estado e
procuram restos mortais e até pessoas que desapare-
ceram durante todo o período.

Eu e minha família acompanhamos a Comissão, pois queremos saber onde estão os restos mortais de Carlos.

Até hoje temo, pois estamos vivendo em um mundo onde está começando a falta de demo-
cracia, o desrespeito com o próximo, que pode
originar sofrimentos, mas como diz a música
"Pai, afasto de mim esse cálice..."



"Ficamos sabendo que meu irmão tinha morrido por um tipo de tortura chamada 'soro da verdade', onde injetaram uma droga nele que o fez ficar sonolento e falar todas as ideias, informações contra a ditadura, e depois o assassinaram."

THIAGO HENRIQUE SILVA,
7ª SÉRIE D

"A letra dessa música tem dupla interpretação. Na verdade, Chico queria dizer 'cale-se', e aí como não podia por causa da repressão, cantou 'cálice'. E mesmo assim, a música foi proibida de tocar."

CAMILA VASCONCELOS,
7ª SÉRIE D

"Hoje não temos mais o direito de mostrar o que nós sentimos, o que pensamos sobre o governo. É claro que eu gostei dessa música, o mais interessante nela é quando ele fala: 'quero cheirar fumaça de óleo diesel, porque quero ter o direito de ser livre.'"

GABRIEL SANTOS DA SILVA,
7ª SÉRIE D

"Não quero morrer sem dizer o que penso desta ditadura. Chico Buarque e Gilberto Gil estão de parabéns por dizerem o que sinto."

GABRIEL SANTOS DA SILVA,
7ª SÉRIE D

"Um dia lendo o diário, eu vi uma música que se chamava 'cálice' de Chico Buarque, onde falava da ditadura militar. No começo foi difícil entendê-la mas aos poucos fui compreendendo o que queria dizer."

THIAGO HENRIQUE SILVA,
7ª SÉRIE D

"Sou muito nova ainda tenho apenas 10 anos de idade e não entendo muito bem como são as coisas que a ditadura deixa ou não deixa fazer, mas aos poucos minha mãe vai me ajudando a entender, assim como ela me explicou o que a música de Chico Buarque e Gilberto Gil queriam dizer sobre o governo."

INGRID GOMES,
7ª SÉRIE D





OS ÍNDIOS NÃO SÃO IGUAIS

Laura Matos Cavalcante Bueno



Apresentação

O Projeto objetiva desconstruir a concepção estereotipada do indígena brasileiro na educação, em que o índio aparece como figura estática historicamente destituída de sua condição de cidadão brasileiro.

Desenvolvido pela leitura de histórias infantis, vídeos, conhecimento do kit indígena infantil (MAE/USP) e confecção de objetos da cultura indígena, além de rodas de conversa, o Projeto traz importante e inovadora contribuição ao tema, que vem adquirindo uma crescente importância no âmbito da educação. Propicia às crianças condições de perceber e valorizar o índio como pessoa de nossa sociedade e de nosso convívio, com a intenção de oferecer uma reflexão a respeito do choque cultural que muitas vezes leva à violência contra o índio.

Por meio do conhecimento e da análise da diversidade étnica de algumas sociedades indígenas, destaca-se a importância do grafismo e das modificações corporais como possível elemento diferenciador entre as diversas etnias.



Justificativa

Realizado com crianças do Infantil I na EMEI Rio Pequeno I, no ano de 2012 (de maio a setembro), o tema surgiu das leituras e reflexões do PEA-2011 (O Professor Trabalhando com a Diversidade) e a partir da leitura do livro O Povo Brasileiro, de Darcy Ribeiro. Em 2012, o tema do PEA foi “A Arte e a Cultura Brasileira nas Diferentes Linguagens da Educação Infantil”.

No início do ano letivo de 2012, houve o levantamento de intenções no primeiro encontro anual dos professores, resultando em dois princípios norteadores:

- ➔ Os índios não são iguais.
- ➔ Índios são contemporâneos a nós.

O desafio era propor para crianças pequenas a reflexão sobre um tema complexo, como a temática indígena no Brasil. Em sala de aula vi o interesse da turma, despertado quando uma das crianças trouxe para a escola um casulo de borboleta, depois um peixinho, e posteriormente uma perereca. A partir deste contato, os alunos fizeram perguntas sobre o cuidado dos pequenos animais trazidos pelos pais para a escola, como também sobre os animais que encontravam no parque (besourinhos, formigas, tatu bolinha) – “Os animais vivem sozinhos?”; “Quem mora com eles?”.

Então, a partir da curiosidade das crianças e principalmente da observação dos desenhos na pele, asas e corpo dos animaizinhos, percebeu-se que este era o momento de abordar o tema “Arte, Respeito e Proteção à Natureza”, criando um ambiente introdutório para desenvolver o projeto sobre o índio, de forma que as crianças entendessem seu contexto. Não foi imposta aos alunos uma descoberta (conhecimento verticalizado), mas foi oferecido um tema a eles, um “sabor” diferente, culminando para a formação de um saber construído e compartilhado. Partiu-se da observação das características físicas dos pequenos animais, destacando os desenhos e os animais (pele da perereca; asa da borboleta...), relacionado-os ao seu habitat em matas e florestas, chegando ao caminho para a resposta sobre pessoas que também podem viver nas matas.

Foi proposto, então, para as crianças o início de uma nova construção da imagem do **índio brasileiro**. Assim, o levantamento de hipóteses das crianças e do acompanhamento de uma linha de investigação foi dividido em:

- ➔ O que sabemos?
- ➔ O que descobrimos/pesquisamos?
- ➔ O que aprendemos?

Por meio destes questionamentos foi possível apresentar o tema paulatinamente e aprofundar a pesquisa através, principalmente, da percepção das formas desenhadas na pele dos animaizinhos e dos grafismos presentes no corpo dos índios, e sua representatividade socio-cultural. Proporcionou-se, assim, o conhecimento de etnias brasileiras com traços, grafismos e características físicas diferentes, que vivem nos dias de hoje nas florestas e entre nós (índios urbanos), acessando ícones de cultura industrializada. A pesquisa possibilitou, portanto, o acesso, à valorização e o respeito à cultura dos índios brasileiros. Construindo assim a lógica de pensamento contra o preconceito: Conhecer para entender. Entender para aceitar. Aceitar para conviver.



Metodologia

Período de implantação: de abril a julho de 2012.

Recursos humanos: Professora, alunos e alguns pais do Infantil I.

Materiais/instrumentos:

- ➔ Livros de histórias indígenas.
- ➔ Vídeos sobre o índio brasileiro.

- ➔ Argila, papéis diversos, plantas, sementes, tintas, lápis de cor, giz de cera.
- ➔ *Kit* infantil indígena do MAE/USP.

Atividades desenvolvidas / Sequência didática:

O projeto foi planejado a partir do levantamento de hipóteses com as crianças sobre o conhecimento a respeito do índio brasileiro. Foi possível perceber que conheciam a figura do índio a partir de desenhos da televisão, com poucas descrições.

Algumas atividades realizadas:

- ➔ Montagem do painel/registros coletivos sobre os índios com as perguntas: “O que sabemos?”; “O que pesquisamos?”; “O que descobrimos?”.
- ➔ Leitura de histórias: “O Menino e o Jacaré”; “A lenda do Guaraná (comunidade Sateré-Maué)”; “Kabá Darebu (comunidade Munduruku)”.
- ➔ Comparação das informações sobre as diversas comunidades (etnias) apresentadas, registrando, no painel, as diferenças de feições, adereços, moradias, pintura corporal, modificações corporais e as semelhanças – moradias, educação prática.
- ➔ Conhecimento da Lenda da Mandioca, com a manipulação da planta mandioca na escola. Os alunos tiveram a oportunidade de ver a planta como um todo: raiz, caule e folhas (a raiz é branquinha como a apresentada na Lenda da Mandioca).
- ➔ Contato com objetos artesanais indígenas: pente, cesto, anel (Kayapó), como também com o material do *Kit* infantil indígena do Museu Antropológico e Etnográfico da USP.

- ➔ Exibição do documentário CECI (PMSP) e do filme Tainá.
- ➔ Elaboração de pintura corporal nas crianças com as cores e grafismos escolhidos pelas crianças (urucum/tinta). Observação das diferentes pinturas corporais usadas pelas sociedades indígenas, relacionando-as aos animais da floresta e às experiências individuais e coletivas de guerra, morte, vida, descobertas.
- ➔ Realização de pintura com pincel e guache no papel, utilizando grafismos relacionados ao rastro e aos dentes de animais como formiga, cobra, perereca, jacaré.
- ➔ Montagem de grafismos observados na cestaria indígena com tiras de EVA e fotos de diferentes etnias indígenas.
- ➔ Observação dos desenhos na asa da borboleta e pele da perereca trazidos pelas crianças, assim como besouros, joaninhas e tatu-bolas observados no jardim e na areia da escola.
- ➔ Elaboração de escultura e modelagem com argila.
- ➔ Confecção de peteca e brincadeiras de arrancar mandioca.
- ➔ Confecção do Tacapu, conhecido por “pau de chuva”, com sementes retiradas de uma árvore da escola. Esta atividade desperta a percepção de sons e desenvolve o equilíbrio, com o ato de segurá-lo.
- ➔ Colagem com sementes, para confeccionar um colar bidimensional.
- ➔ Construção de uma listagem pelas crianças com palavras de origem no vocabulário indígena: jacaré, nuati, perereca, guaraná, jabuti.

- ➡ Observação da subsistência indígena (plantio e alimentação). Plantio de feijão e registro individual e coletivo (cartaz) do “tempo” que as plantas demoram a crescer.
- ➡ Construção da identidade: quando os índios nascem, recebem um nome relacionado a uma qualidade (força, beleza). Discussão sobre a origem do nome dos alunos, com perguntas como “E o seu nome, como foi escolhido?”. Pesquisa sobre o nome e as preferências das crianças (brinquedo, comida etc.).
- ➡ Introdução do conceito de que os índios também moram na cidade. Leitura do livro O Curumim, que apresenta o índio saindo da floresta e morando na cidade, indo para a escola etc., relacionando-se com a sociedade urbana e, principalmente, sendo aceito pelos seus colegas de classe. Esta aceitação também foi possível para a turma de crianças, pois em outra classe da mesma EMEI Rio Pequeno, havia um aluno que é indígena. Onde as crianças puderam realmente ver um índio próximo à eles, criança como eles. No Parque houve uma convivência importante, pois ele e as crianças brincavam das mesmas coisas, juntos!
- ➡ Durante a roda de conversa, promover um debate com a turma sobre que objetos os índios usam em suas moradias, e o que usamos nas nossas. Ao levantar mais informações, os alunos foram percebendo as diferenças entre a vida rural indígena e a vida na cidade.

O resultado das atividades desenvolvidas foram o Tacapu, os painéis coletivos com grafismos, os potes de argila, os carimbos com folhas, o plantio de feijões e as pinturas corporais feitas pelas próprias crianças.



Potencial de impacto

O trabalho foi prazeroso para as crianças, pois eles puderam aprender sobre as cores, as imagens e os mitos descobertos nas diferentes comunidades indígenas.

Concluindo a pesquisa com preenchimento do quadro de hipóteses, com as sínteses das informações pesquisadas, destacaram-se as vivências das sociedades indígenas. As respostas elaboradas pelas crianças a partir da pesquisa foram:

“Os índios não se pintam igual.”

“As crianças indígenas não apanham.”

“Os índios têm penas coloridas para se enfeitar e mostrar quem manda!”

“Eles respeitam a natureza.”

“Eles comem tatu, macaco e peixes”.

Como os alunos comentavam sobre o estranhamento causado por algumas modificações corporais de alguns índios (índio txucarramãe), foi pedido que pensassem em alguém conhecido que usa brincos, piercings, tatuagens. Foi explicado a eles que “nós” também usamos enfeites, que podem causar estranhamento também para outros que veem nosso povo, mas nem por isso somos diferentes de outros povos, nem melhores nem piores.

Sobre os índios que viram no “jornal da televisão”, os alunos descreveram algumas características destes índios, relacionando-os com todos os outros que foram vistos nos livros, vídeos, e desenharam os seus índios.

Também foi feita, ao final do trabalho, a pintura corporal em um contorno de índio no papelão, onde cada criança pôde escolher seu próprio grafismo corporal e pintá-lo. Quando tiveram contato com o urucum, os alunos o acharam estranho. Então foi explicado que as pinturas corporais eram feitas com esta semente. Eles moeram, acrescentaram água no pó e pintaram um aos outros.

Percebeu-se que o olhar sobre o índio foi ampliado. Nas conversas e nas atividades, ficava cada vez mais clara a observação das crianças sobre os detalhes das cores, das pinturas, das crianças indígenas, da cor da pele nos personagens das histórias, nos filmes. Houve inicialmente um “estranhamento”, mas também houve uma identificação nas atitudes (lendas); aqui percebeu-se que o estranhamento dava lugar ao reconhecimento de que somos seres humanos iguais (essência humana), apesar das diferenças físicas e culturais. As crianças apropriaram-se das pinturas corporais e criaram livre e autonomamente suas pinturas, baseadas no princípio de convivência e observação intrínseca da cultura indígena (observação da natureza e seus movimentos). Eles falavam, se expressavam por desenhos e se pintavam como os índios tranquilamente.

Houve a aproximação das culturas, iniciando modestamente uma nova construção, um novo olhar, divergindo da ideia do índio, histórico, estereotipado (índio americano/ com duas listras paralelas pintadas no rosto, cocar de pena única, sentado com perna dobrada!). Possibilitou-se um olhar a partir de nossa cultura e arte para o diferente, mas não para o inferior a nós, já que descobrimos juntos elementos culturais importantes que compõem uma sociedade. Como a “nossa”, a sociedade indígena é complexa (papéis sociais, mitos), está sempre em movimento.

Houve, também, o envolvimento dos pais, que enviaram animaizinhos para a turma ver. Houve uma reação de surpresa a partir dos pais, quando vieram buscar seus filhos e os encontraram com o rosto e braços pintados de maneira diferente. As crianças respondiam, quando perguntadas sobre as pinturas: “é pintura de índio, mãe!”. A pintura indígena, realizada em outro dia diferente da data 19 de abril, causou surpresa. Esta data ainda é comemorada nas escolas (particular e pública), reduzindo ou anulando a possibilidade de se trabalhar ações pedagógicas sobre o assunto e combater o preconceito.



Sustentabilidade

O projeto repercutiu na escola, pois as crianças se envolveram muito nas atividades. As professoras abordaram o tema de várias maneiras, sempre enfocando o não preconceito e a diversidade cultural. Neste ano o tema foi abordado, porém, com outra metodologia, resultando na ampliação da questão do olhar sobre o indígena e sua cultura, e contra a sua negação social. A proposta é dar continuidade a esta perspectiva de inclusão social e abordar outros temas relevantes, com o intuito de melhorar o convívio social.



O QUE PENSAMOS
SOBRE OS ÍNDIOS

ÍNDIOS

O ÍNDIO TEM PENAS
NO CABELO (LEONARDO)

ELE TEM UMA SAIABA (ALLANIS)

TEM UM COLAR DE
PEDRINHAS (LUCAS)

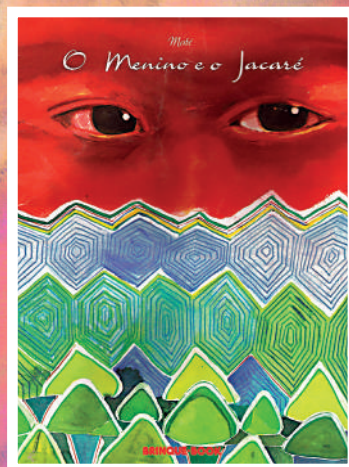
ELES MORAM NA FLORESTA (LUCAS)

ELES MORAM JUNTOS (ARTUR)

MAS MINHA FAMÍLIA NÃO
MORA JUNTO. CADA UM
MORA NUMA RUA (ARTUR)

O ÍNDIO COME PEIXE, BANANA
E MINHOCA (ARTUR, LUCAS)

O ÍNDIO COME PEIXE (ARTUR)
ELE TEM UMA LANÇA COM
PONTA DE FLECHA E MATA O ANIMAL
E DEPÓS COME (LUCAS, LUCAS)





Os índios usam várias sementes como colares e enfeites para o corpo. Crie um colar para o índio.



REPRESENTAÇÃO DO GRAFISMO INDÍGENA.
(MATERIAL EVA / FITAS (CORRAS) (ZENE I))









EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÊNERO:

Grupo de Estudos de Gênero na Escola

Juliana Delmonte da Silva



1. Resumo

Este é um relato sobre o desenvolvimento de um grupo de estudos de gênero, a partir de projetos que fizeram parte da proposta pedagógica da escola e da jornada de trabalho da professora, por meio do Projeto Ampliar. As crianças e a professora reuniram-se na escola E.M.E.F. DRE Butantã durante o ano de 2012, na periferia oeste de São Paulo, atendendo a cerca de 45 alunas entre 13 e 15 anos. Suas atividades consistiam em encontros semanais de estudo e passeios pela cidade de São Paulo. Debatíamos temas sugeridos pelas adolescentes, incentivando a autonomia e o protagonismo delas, como o papel da mulher na sociedade, a violência sexual e a doméstica, além de outros temas ligados à sexualidade e ao corpo.

O objetivo era proporcionar um ambiente escolar acolhedor para que a aprendizagem pudesse se dar a partir das experiências das crianças, incentivando o debate crítico acerca da própria comunidade, interligado à amplitude da sociedade humana. Neste percurso, buscamos compreender essas questões inseridas em nosso próprio contexto e procuramos soluções para as dificuldades encontradas, em especial a resistência da própria comunidade em aceitar o debate, na medida em que questões novas eram apontadas e tendiam a interferir nas relações de poder previamente estabelecidas. Por meio de debates, observações, depoimentos e entrevistas, atividades práticas, palestras e oficinas, percebemos como ocorreram mudanças de concepção acerca da feminilidade e da masculinidade e como estes conhecimentos se refletiram nas relações com a escola, com as famílias e com a sociedade.

Os projetos resultaram em portfólios de atividades, em apresentações em mostras culturais e no fortalecimento de nossa autonomia, além de um nítido e crescente envolvimento das crianças nas atividades

escolares, o que favoreceu a aprendizagem. Em 2013, buscamos a continuidade do projeto e como responder às renovações dos temas, à ampliação da participação das meninas e à consolidação de nossos estudos. Assim, em comemoração aos 25 anos desta E.M.E.F., está em andamento a continuação do projeto, com o título de “Narradoras do Jardim Jaqueline”, que promove a escrita autoral das histórias de vida das mulheres da comunidade e da escola pelas alunas.



2. Período de implantação

Janeiro a dezembro de 2012.



3. Atividades desenvolvidas

A ideia de formar um grupo de estudos de gênero na escola partiu de conversas aleatórias, comentários nos corredores, fragmentos de histórias contados na surdina. Assim como a história da luta das mulheres, as alunas e a professora, ainda perdidas, decidiram criar um espaço onde poderiam se encontrar para trocar informações, desabafar histórias engasgadas, conhecer diversas manifestações artísticas, empoderar-se. Criar um ambiente como esse na escola não parecia possível, pois não sabíamos se algo parecido já havia sido feito. Tateando no escuro, pesquisamos diversas teorias, ideias, práticas e construímos coletivamente algo novo, para nós. Desejava-se um espaço seguro e confiável. E a escola é o ambiente perfeito para unirmos nossos anseios pessoais e a cultura

letrada. Assim, decidiu-se criar um grupo de estudos na escola, onde as meninas participantes têm espaço para valorizar suas identidades e suas experiências únicas e passar aos colegas um caminho para a igualdade.

O grupo de estudos era formado por, aproximadamente, 25 meninas, com idade entre 13 e 15 anos. Conversando com os coordenadores pedagógicos da escola, foi delimitado temas importantes a serem debatidos com as meninas: a imagem da mulher na literatura e na mídia, a violência doméstica e sexual, a sexualidade e a mulher no mercado de trabalho. A partir desses temas principais, desenvolveu-se atividades e oficinas conjuntamente. O envolvimento das meninas foi muito grande, principalmente a partir dos debates acerca da violência, pois a maioria delas declarou ter enfrentado alguma situação de violência. Muitas delas sofreram violência sexual ou tinham parentes próximas que foram vítimas de violência.



Grupo de Estudos de Gênero “Atitude Feminista”

No início de 2012, foi dado início à formação do grupo de estudos na E.M.E.F. DRE Butantã. A escola está situada no Jardim Jaqueline, no extremo oeste da cidade de São Paulo. A ocupação desordenada da região muito empobrecida e o aumento de sua população gerou um déficit de serviços e infraestrutura, com poucos lugares de cultura, lazer ou esporte gratuitos. Há também um alto índice de violência doméstica e sexual contra mulheres. Aliados à exclusão social em que vivem os moradores do bairro, estes fatores contribuem duplamente para a marginalização das mulheres. A falta de acesso a políticas públicas e o histórico de violência física, moral e psicológica reforçam a exclusão das mulheres da vida pública, desde sua adolescência. A formação desse grupo de estudos contribuiu para colocar em evidência diversas dificuldades enfrentadas diariamente pelas mulheres e meninas do bairro, além de subsidiar uma discussão mais profunda para o enfrentamento dessas violências.



A primeira reunião aconteceu em março e houve participação na manifestação do Dia da Mulher, em São Paulo. Observou-se a mobilização das entidades sociais que lutam por melhores condições de vida para todas as mulheres. A aula deste dia foi na rua.

Também foram elaboradas oficinas, onde trabalhou-se a imagem da mulher nos contos de fadas, debate crítico do papel da mulher no mercado de trabalho e realização de círculos de conversa sobre violência doméstica e sexual. Conversou-se sobre problemas alimentares, sexualidade e adolescência.



4. Percurso de estudos

Após a formação do grupo de meninas que participariam das reuniões semanais, foi traçada uma trajetória que permitiu delinear o papel que a mulher desempenhou na História, apontando como sua identidade, subjetividade e construção socioeconômica determinam paradigmas de comportamento que nos influenciam até os dias atuais. Como suporte para a reflexão, houve a leitura do livro *O que é Feminismo*, de Pitanguy e Alves, e *Breve história do Feminismo no Brasil*, de Maria Amélia Teles. Por meio de debates e longas conversas, pode-se apontar os avanços e retrocessos para a emancipação da mulher – pontuando a importância do exercício da cidadania como ferramenta para a efetiva mudança social. Investigamos os diversos movimentos de mulheres que contribuíram para a emancipação feminina desde o movimento sufragista até as atuais reivindicações.

Comparou-se as diversas práticas pedagógicas, julgando-as de acordo com a valorização ou não de condutas igualitárias no ambiente escolar, desde o espaço físico até o ideológico. Também houve o trabalho do conceito de *coeducação* e do material *Gênero e Educação: Caderno de Apoio para a educadora e o educador*, produzido pela Secretaria do Governo Municipal de São Paulo e pela Coordenadoria Especial da Mulher.

Discutiu-se também como a mídia constrói a imagem feminina pautada em ideais de beleza e como estes estereótipos interferem negativamente na plena realização e no desenvolvimento da mulher. O grupo assistiu ao documentário *O Controle Social da Imagem da Mulher na Mídia*, produzido pela Articulação Mulher e Mídia e elaborou oficinas de debates que nos permitiram observar como as revistas voltadas para as mulheres propagam um ideal de mulher muitas vezes racista, já que não há negras em evidência nem outras configurações de ser mulher. Para subsidiar o debate, o grupo trabalhou com atividades de desenho, autorretratos e procuramos fortalecer uma imagem positiva das várias possibilidades de ser mulher.

Houve a análise da questão da violência doméstica de maneira a elucidar a origem desse tipo de agressão, além das causas e consequências para os sujeitos e para a sociedade. Além disso, o grupo estudou os mecanismos de proteção e defesa que podem ser acionados, como, por exemplo, a Lei Maria da Penha. Valorizou-se também o nosso comprometimento com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo a construção de nossa autoestima, confiança e segurança diante de tantos obstáculos. Paralelamente a este assunto, as alunas conversaram sobre a violência sexual, partindo de nossas próprias vivências e depoimentos, o que foi a parte mais difícil do projeto.

Foi relacionado as diversas contribuições femininas nos campos da ciência, política e artes, estimulando, com isso, a pesquisa no campo da literatura, música, artes plásticas e cinematográficas. Assim, entre muitos lanches comunitários, o grupo fez a leitura compartilhada de diversos escritos femininos como os poemas de Gilka Machado, Cecília Meireles, Adélia Prado, Hilda Hilst, Clarice Lispector e Cora Coralina. Este estudo foi importante para o reconhecimento de diversas contribuições femininas para o campo das artes, literatura e ciência, possibilitando a identificação positiva entre alunas e o grande legado tecido por essas mulheres.

O grupo estudou o corpo feminino em suas diversas possibilidades: menstruação, maternidade, sexualidade e métodos contraceptivos, saúde feminina, doenças sexualmente transmissíveis, aborto e contracepção. Assuntos que geralmente são tabus na escola estiveram presentes na sala de aula, com o intuito de informar e, principalmente, prevenir situações de vulnerabilidade.



5. (In)Conclusões

Todo projeto pedagógico tem seus percursos traçados previamente, mas também guarda os desvios que vão surgindo na prática cotidiana. Surgiram vários obstáculos; enfrentamos, diversas vezes, muitos entraves e até mesmo fortes resistências e, por meio de muito diálogo, conseguimos superar várias dessas barreiras. O assunto é diferente, a proposta causa dúvida, e, com muita persistência, eu e minhas alunas procuramos construir um diálogo contínuo entre a

escola e as famílias. Afinal, nosso objetivo principal é integrar e fortalecer a igualdade.

As famílias demonstraram grande interesse pelos objetivos do grupo e muitos pais e mães vieram conversar comigo durante as reuniões bimestrais, entusiasmados e curiosos acerca da novidade que o grupo de estudos de gênero na escola trazia. Contavam-me como notaram que suas filhas estavam mais seguras e determinadas e sempre parabenizavam a iniciativa da escola em abrir espaço ao debate democrático, aliando a teoria às práticas cotidianas.

O grupo fez passeios para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, Museu de Língua Portuguesa, Museu da Resistência, Parque do Ibirapuera e Museu de Cultura Negra. Depois de quase um ano da formação do grupo, como última tarefa, escrevemos sobre o que havia mudado após tantos questionamentos; as respostas geraram outras perguntas. Estes momentos foram especialmente importantes porque era durante os passeios que as meninas se sentiam mais à vontade para conversar, entre a empolgação e a curiosidade, sobre assuntos que traziam presos na garganta e que também as impedia de se abrir a uma aprendizagem mais significativa. Quanto mais leves elas ficavam, mais espaço se abria para a experiência da cultura letrada oferecida pela escola.

A relação professora-alunas estreitou-se significativamente e isso refletiu em todos os momentos da vida escolar: percebeu-se uma maior participação nas aulas regulares e também uma maior organização para fazer passeios a concertos de música e lanches coletivos nos parques da cidade. Por meio das redes sociais da internet, as meninas passaram a conversar e a trocar ideias regularmente, movimentando o que estudávamos em sala.

Entre *trancos e barrancos*, a experiência de estar em contato estreito com essas adolescentes me proporcionou um rico crescimento enquanto professora e, o mais importante, enquanto ser humano. Essas meninas dividiram suas sofridas histórias de vida, confessaram medos e dores. Vivenciei, extasiada, as estratégias de superação que essas meninas-mulheres criaram para amenizar sofrimentos, resistir perante a exclusão e, mais ainda, esbanjar sorrisos e risadas, compartilhando uma cumplicidade emocionante.

Quando nasci um anjo esbelto, / desses que tocam trombeta, anunciou: / vai carregar bandeira. / Cargo muito pesado pra mulher, / esta espécie ainda envergonhada. / Vai ser coxo na vida é maldição pra homem. / Mulher é desdobrável. Eu sou. (Adélia Prado)







PROJETO: “VEM CUIDAR DE MIM”

Edjane Maria Costa de Carvalho



Apresentação

O Projeto “Vem Cuidar de Mim”, é uma denúncia da situação de descuido em que vivem os alunos e alunas na faixa etária entre cinco e seis anos de idade, matriculados no 2º Estágio D da EMEI Professora Maria Lúcia Petit da Silva, em 2010.

O Projeto nasceu das problematizações realizadas em sala de aula devido a situações ocorridas no cotidiano escolar e familiar destes alunos e alunas, tais como: atitude de exclusão, preconceito, falta de cuidado de algumas famílias no que se refere aos cuidados básicos para que a criança possa viver com segurança e dignidade. Essas questões nos levaram a construir o projeto que mais tarde denominamos Projeto “Vem cuidar de Mim”.

Os alunos e alunas perceberam suas necessidades, verificaram seus direitos e sinalizaram que as famílias também precisam ser ouvidas, compreendidas e cuidadas para que possam aprender a **Cuidar** de seus filhos e filhas e **Educá-los**. As famílias envolveram-se por meio de encontros, palestras realizadas pelo Conselho Tutelar, Assistente Social, Psicólogo e Enfermeiras do Posto de Saúde. Estas ações possibilitaram que as famílias pudessem expor suas dificuldades e vislumbrar alternativas para a resolução dos problemas apontados.

Durante o processo de trabalho a principal ação desenvolvida foi a observação dos alunos e alunas no que se refere à necessidade do cuidado com o espaço físico da escola, que motivou a pintura desses espaços, realizada com a participação de todo o grupo docente, discente e funcionários a partir dos desenhos criados por todos

O projeto foi encerrado com uma Tarde de Autógrafos, quando os alunos e alunas do 2º estágio D deixaram suas assinaturas nos exemplares

do documento/síntese denominado “Estatuto do Cuidado”, resultado de reflexões e denúncias ocorridas durante o processo de ensino-aprendizagem, em que as crianças puderam vislumbrar suas necessidades, chamar todas as famílias e comunidade escolar à responsabilidade sobre a importância do cuidado não somente com relação às crianças, mas com tudo que existe e vive.



1. Justificativa

A EMEI Professora Maria Lúcia Petit da Silva está localizada no Jardim Antártica, no bairro da periferia, na zona norte da cidade de São Paulo.

A turma atribuída no ano de 2010 era constituída por alunos e alunas na faixa etária entre cinco e seis anos de idade. Muitos se conheciam do ano letivo anterior e estudavam na mesma sala. A maioria era muito agitada, brigava por qualquer motivo, considerava agressões físicas (chutar, bater e empurrar) como brincadeiras e demonstrava preferência por estas atitudes.

No primeiro encontro de pais, no início do ano letivo, alguns familiares explicitaram sua rejeição por alguns alunos da turma, pois já os conheciam do ano anterior e pontuaram problemas que tiveram anteriormente, não querendo novamente seus filhos(as) “misturados” com determinadas crianças.

Outro problema muito evidenciado na sala de aula era o descuido de algumas famílias no que se refere a cuidados como higiene, saúde, frequência e pontualidade nos momentos de entrada e saída da criança na escola.

Em geral, os alunos e alunas na sala de aula realizavam as atividades propostas com muita insegurança e desinteresse. Não tinham o hábito de organizar os diferentes espaços e materiais que exploravam. Largavam os materiais e brinquedos jogados, necessitando de intervenção e supervisão direta para que se organizassem. Guardavam as atividades na mochila sem nenhum cuidado e, muitas vezes, jogavam no lixo suas produções, desvalorizando seus fazeres e saberes. Observei que as famílias aceitavam esse tipo de comportamento com naturalidade.

Quanto à linguagem oral, os alunos encontravam dificuldades em compreender e relatar os diferentes assuntos tratados, assim como argumentar sobre eles. No que diz respeito à aquisição da base alfabética e matemática, pareciam não compreender a função social da escrita ou da matemática.

Diante do exposto, houve a necessidade de eu, enquanto professora, realizasse um trabalho que promovesse a conscientização das famílias no que se refere à responsabilidade de cuidar das crianças, da valorização do que é público e privado, do respeito às diferenças, da compreensão dos direitos individuais e coletivos.

O projeto envolveu as famílias por meio de encontros, palestras realizadas pelo Conselho Tutelar, Assistente Social, Psicólogo, Enfermeiras do posto de saúde da região na escola e por relatos da vida dos familiares dos alunos e alunas, criando uma interação e um vínculo afetivo entre a professora, as crianças, as famílias e a escola.



2. Objetivo

- ➔ Conscientizar as famílias sobre o direito que todas as pessoas têm de viver e conviver com o outro, ser respeitado em sua individualidade e especificidade independente de sua cor, raça, condição social ou financeira. Auxiliar as famílias a compreenderem a necessidade e importância do cuidado para com seus filhos e filhas, independentemente da situação em que vivem, assumindo responsabilidade e garantindo sua segurança, cuidado e proteção.
- ➔ Investir em ações pedagógicas que motivem e incentivem os alunos e alunas a participarem do processo de construção do seu desenvolvimento e conhecimento positivamente.



3. Metodologia

Para conscientizar as famílias dos alunos e alunas do 2º estágio D sobre o direito que todas as pessoas têm de conviver com o outro respeitado em sua individualidade e especificidade, independentemente de sua cor, raça, condição social ou financeira e possibilitar a estas famílias a compreensão da necessidade do cuidado para com seus filhos e filhas assumindo a responsabilidade e garantindo sua saúde nos aspectos físico e emocional, o objetivo vislumbrado para o projeto. Diante do exposto foram desenvolvidas estratégias para desvelar as questões que envolviam as interações sociais do grupo e de suas famílias.

Primeiramente, em sala de aula, as investigações pautaram-se em analisar as respostas das crianças com base nas observações realizadas

nos diferentes momentos e espaços da escola, bem como a partir das pesquisas enviadas para casa, onde as famílias relataram situações do cotidiano envolvendo atitudes referentes ao cuidado.

Concluiu-se, ao final da etapa de investigação que o grande problema de relacionamento e rejeição entre os alunos vinham das rivalidades entre as famílias que eram vizinhas próximas e viviam um relacionamento conflitante no bairro onde moravam. Este fato de resultou na exclusão de alguns alunos também dentro do ambiente escolar.

Após a análise dos registros onde continham falas gestos, expressões e impressões dos alunos e alunas, seus familiares e também dos resultados de pesquisas enviadas para casa e atividades realizadas em sala de aula pelo grupo de alunos e alunas, houve a consciência da necessidade das famílias serem convidadas a participar do processo de ensino-aprendizagem, com o intuito de incentivar maior interesse e compreensão da importância em participarem da vida escolar de seus filhos e filhas.

O processo de reflexão, problematização, análise da situação evidenciada, elaboração do projeto também aconteceu nas Reuniões de Pais e Responsáveis, e nesse processo também foi utilizada a síntese das pesquisas enviadas para casa, as observações das atitudes dos alunos e alunas nos diferentes espaços e tempos da escola e a análise dos resultados das atividades propostas em sala de aula.

Outro passo importante do projeto refere-se às quatro perguntas que incentivaram e motivaram a problematização da situação apresentada que possibilitaram o vislumbre de alternativas para a resolução do problema levantado.

- ➡ O que significa cuidar?
- ➡ Quem cuida de mim?

- ➡ Qualquer pessoa pode cuidar de uma criança?
- ➡ Se a família não cuida, quem pode cuidar da criança?

A análise sistemática de todos os registros produzidos pelos alunos, familiares e por mim, professora da turma, durante as atividades com os alunos e alunas e momentos de encontro com os pais, contribuiu para que surgisse a pergunta-síntese, que durante todo o desenvolvimento do projeto era retomada tanto com o grupo de alunos e alunas, quanto com os seus familiares: **Criança pode se cuidar sozinha? Se não tiver ninguém pra cuidar, quem vem cuidar de mim?** Que evidenciaram a necessidade de cuidado e proteção que esse grupo de alunos e alunas denunciou desde o primeiro dia de aula. Isso aconteceu nas rodas de conversa, nos momentos de brincadeiras simbólicas, nas relações interpessoais entre as crianças e nas interações entre os familiares nos momentos de encontro na escola. Essa pergunta-síntese contribuiu para a escolha dos conteúdos a serem trabalhados durante todo o desenvolvimento do projeto.

A cada pergunta realizada, dúvidas surgiam por parte dos alunos e alunas, e assim, outras perguntas foram formuladas:

- ➡ O que significa cuidar?
- ➡ Quem cuida de mim?
- ➡ Qualquer pessoa pode cuidar de uma criança?
- ➡ Se a família não cuida, quem pode cuidar da criança?

A problematização foi iniciada com a reunião de Pais e Responsáveis, e nesse processo também foi utilizada a síntese das pesquisas enviadas para casa, as observações das atitudes dos alunos e alunas nos diferentes espaços e tempos da escola e a análise dos resultados das atividades propostas em sala de aula.

3.1. Coletas de dados

Resultado da observação em 1ª Reunião de Pais e Responsáveis:

- ➔ Rejeição das famílias em aceitar determinados alunos na sala de aula, alegando que estes eram violentos.
- ➔ Desrespeito e descrença pelo trabalho desenvolvido na escola.

Resultado das pesquisas enviadas para casa:

- ➔ Mesmo sendo avisadas de que algumas atividades serviriam para compor um álbum de recordação, algumas famílias realizaram-nas com desleixo e outras não as devolveram. Por esse motivo, o álbum não foi realizado; afinal, nem todas as crianças teriam o álbum como um produto final do projeto.

Resultado das pesquisas sobre a vida familiar:

- ➔ As crianças moravam no mesmo bairro da escola, mas necessitavam de transporte escolar, pois as mães trabalhavam e a escola é um pouco longe de suas residências.
- ➔ A maioria das famílias era composta por mais de quatro pessoas e a renda familiar era constituída, na maior parte das vezes, pela renda do pai e da mãe, que realizavam atividades informais (sem registro em carteira).
- ➔ A escolaridade dos responsáveis pela família não passava do Ensino Fundamental II e alguns eram analfabetos.
- ➔ As crianças eram cuidadas por terceiros (vizinhos, avós, tios, irmãos e cuidadoras) e faziam uso das Unidades Básicas de Saúde – UBS.

Resultado dos momentos de socialização das pesquisas:

As crianças demonstravam não terem participado das atividades propostas e continuavam desconhecendo sua história de vida. A maioria das famílias desconsiderava os saberes de seus filhos e filhas, ignorando suas necessidades e desejos. As observações das atitudes dos alunos e alunas durante o cotidiano da sala de aula e nos diferentes espaços da escola evidenciaram que apesar da pouca idade, tinham atitudes desrespeitosas para com os colegas, fazendo uso de agressões verbais e físicas para resolver os conflitos.

Não valorizavam suas produções: muitas vezes rasgavam, rabiscavam ou jogavam no lixo atividades que acabavam de produzir e não cuidavam nem zelavam por materiais e brinquedos coletivos. Não traziam material escolar, rabiscavam mesas e paredes, jogavam lixo no chão e, quando brincavam, com brinquedos oferecidos pela escola, eles eram pisados ou quebrados.

Os alunos excluía alguns colegas durante as brincadeiras livres e, quando a professora tentava mudar esta situação, havia resistência por parte desses alunos. Eles não demonstravam interesse em realizar atividades de registro. Alguns choravam, alegando não saber realizá-las; outros realizavam e, quando contrariados, se exaltavam; outros começavam a atividade, mas logo desistiam, negando-se a terminá-las.

A partir desta constatação, foi iniciado o levantamento dos conteúdos que poderiam auxiliar no desvelamento dos problemas levantados ao mesmo tempo, possibilitasse o desenvolvimento dos alunos e alunas em todos os aspectos. A ideia era promover a construção do seu conhecimento sem desconsiderar as especificidades da criança na faixa etária da Educação Infantil que necessitam do simbólico, do lúdico, do imaginário e da fantasia para se constituírem como sujeitos.

3.2. Conteúdos

- ➔ Natureza e Sociedade
- ➔ Autoconhecimento: Quem eu sou/ Como sou?
- ➔ Conhecimento de si e do outro/ Com quem eu me pareço?
- ➔ Constituição familiar e o papel de cada pessoa na família.
- ➔ Deveres e direitos.
- ➔ Saúde: autocuidado higiene pessoal, ambiental e cuidados com o meio.

3.3. Procedimentos

Os procedimentos foram utilizados por meio das diferentes linguagens do conhecimento científico.

Nos momentos de roda da conversa os alunos e alunas tiveram a oportunidade de socializar situações do seu cotidiano, expressar seus sentimentos, opiniões, dar sugestões e argumentar sobre diferentes assuntos tratados.

A partir das rodas de conversa construímos textos coletivos que possibilitaram a identificação de palavras significativas relacionadas ao projeto.

A leitura dos textos produzidos levou à construção coletiva de livro ilustrado denominado de Estatuto do Cuidado, uma releitura do Estatuto da Criança e do Adolescente que atualmente faz parte do acervo da escola.

A linguagem matemática foi utilizada quando realizamos procedimentos matemáticos para contagem, recitação e registro em situações

como: número de alunos presentes/ausentes, número de pessoas que compõem as diferentes famílias, contagem de votos nos diferentes momentos do projeto, como por exemplo, na escolha do título do livro e realizamos pesquisa sobre o preço de materiais de higiene e limpeza.

O trabalho com a linguagem artística possibilitou que os alunos e alunas representassem ideias e pensamentos por meio do desenho e pintura. O uso desta linguagem contribui para que passassem a valorizar suas produções e a do outro.

A linguagem corporal contribuiu para que a identificação, exploração e reconhecimento das diferentes partes e compreensão dos limites e possibilidades que do seu corpo de outro.

A linguagem das ciências sociais e naturais propiciou a realização de pesquisas sobre higiene pessoal e ambiental, prevenção de doenças e um trabalho sistemático com a construção da identidade.

Esta linguagem do conhecimento contribui para que fizéssemos a analogia entre o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e os textos construídos pelo grupo de alunos e alunas. Fizemos leitura de alguns artigos que reafirmaram a necessidade de as famílias e o Estado (representado neste caso pela escola) garantirem o cuidado e a proteção de todas as crianças.

Com o apoio da direção da escola, foi organizado um passeio, juntamente com os alunos e alunas envolvidos no projeto, em que conhecemos e observamos os lugares que precisam ser cuidados no bairro onde moram e onde a escola está inserida.

A direção trouxe para a escola palestras com profissionais da saúde: Enfermeira, Assistente Social, Conselho Tutelar e Psicólogo. Nesse momento convidou não somente as famílias dos alunos e alunas

participantes do projeto “Vem Cuidar de Mim”, mas todas as famílias dos os alunos e alunas matriculados na escola.

Foi um momento de formação, informação e socialização de saberes entre as famílias, enriquecido com as orientações da avó de uma aluna que é técnica aposentada na área da saúde em que deu sua contribuição sobre cuidados com a higiene e saúde das crianças.

3.4. Avaliação

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem desenvolveu-se de forma processual e contínua.

Houve a utilização como instrumentos avaliativos a participação dos alunos e alunas nas reflexões em roda de conversa, seus registros, devolutiva de atividades pesquisas enviadas para casa e principalmente a mudança de suas atitudes em relação ao cuidado de si, convívio e interação com o outro. Houve, também, a análise da evolução do interesse das famílias em todo processo educativo.

Os conceitos construídos pelo grupo de alunos da sala de aula promoveram a apropriação dos conteúdos oferecidos.

Os alunos e alunas passaram a frequentar a escola assiduamente, porém quando precisavam faltar , o responsável passou a justificar a falta no caderno de recados da criança com um bilhete que esclarecia o motivo da ausência ou enviava o devido atestado médico.

Também foi observado que os alunos se tornaram mais cuidadosos com os materiais de uso coletivo, individuais nos diferentes espaços da Unidade Educacional. Quando viam papel no chão, por exemplo cuidavam de jogá-lo na lata do lixo, guardavam os materiais e brinquedos que

utilizavam sem necessitar de orientação, contribuíam com a organização da sala de aula e realizavam suas atividades com atenção, capricho e muito zelo.

3.4. Potencial de impacto

Ao final do ano letivo, foi possível concluir que o “Projeto Vem Cuidar de Mim” promoveu a conscientização da maioria das famílias sobre a importância da parceria com a escola, e a escola também percebeu que era preciso melhorar o acolhimento das crianças e das famílias.

A direção da Unidade Educacional promoveu alguns gestos que foram muito significativos nessa mudança, como a pintura da escola com desenhos de alunos e funcionários, a troca do mobiliário das salas de aulas como resultado da denúncia dos alunos e alunas, que apontaram que a escola também precisava ser cuidada.

O “Estatuto do Cuidado”, construído pelos alunos e alunas no formato de um livro ilustrado, foi a ação mais significativa e importante de todo o processo de construção do projeto, porque teve a participação ativa de todas as crianças e culminou com seu lançamento numa tarde de autógrafos no início do mês de dezembro no ano 2010 .

O livro foi escrito a partir da leitura e análise de partes do Estatuto da Criança e do Adolescente, apresentado às crianças como uma lei brasileira para propiciar reflexões a respeito das responsabilidades de todos com relação a crianças e adolescentes brasileiros. Sendo assim, foi construído um texto paralelo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, em que alunos e alunas foram os autores, e a professora, quem escrevia os artigos.

O formato da escrita de uma lei foi preservado e o texto, escrito em dez artigos, reflete o resultado das interpretações de alunos e alunas sobre o Estatuto da Criança do Adolescente. Esta atividade foi realizada pelos alunos e alunas a partir de rodas de conversas, discussões, leituras, releituras, interpretações e reinterpretações deste documento e do próprio texto escrito por eles, relacionando-o com os problemas e situações do seu cotidiano.

O livro ilustrado construído pelos alunos e alunas, explicitou a indignação das crianças e de todos os outros envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, equipe gestora que sensibilizou-se com o trabalho desenvolvido e demais funcionários, em relação às situações às quais as crianças desse grupo foram expostas, tais como: crianças que vinham para a escola sujas, ausência da participação das famílias aos encontros promovidos pela a escola etc. E também anunciou a possibilidade de mudança de atitudes: aumento da presença dos pais nos encontros promovidos pela escola, compreensão da proposta pedagógica, maior cuidado das famílias no que diz respeito á higiene, saúde e proteção às crianças.

O texto elaborado coletivamente pelas crianças deixou claro que todos compreenderam que também têm deveres a cumprir como: cuidar dos seus pertences, respeitar os colegas, serem solidários uns com os outros, organizar os brinquedos de uso coletivo, compreender e atender as regras de convivência (os combinados da turma) estabelecidas pelo grupo de alunos e alunas em conjunto com a professora. Mas compreenderam também que ter seus direitos garantidos é dever da família e do Estado, também representado pela escola, nesse caso.

Pais, alunos e alunas passaram a acreditar que um dia todos, sem exceção, se conscientizarão de que criança para ser feliz precisa apenas de cuidados, respeito e muito amor..



4. Perspectivas de continuidade e sustentabilidade do trabalho

Durante todo o processo de construção e desenvolvimento do projeto “Vem Cuidar de Mim”, o principal objetivo enquanto professora da turma, foi fomentar a compreensão do que significa responsabilidade cidadã, que deve ser exercida pela família, escola e todos os adultos que se relacionam com as crianças. Cuidar e educar são ações fundamentais – cuidar é propiciar e incentivar a autonomia de cada pessoa e educar é mostrar o mundo e os seus limites, impostos pela realidade vivida, sem subtrair o direito de se ter esperança na mudança dessa mesma realidade vivida.

O desenvolvimento deste trabalho trouxe a possibilidade da escola, através da pesquisa sobre a rede de proteção à criança instituída pelo Estado, iniciar um trabalho em parceria com o Serviço de Apoio Social às Famílias (SASF), que existe em cada uma das regiões da Cidade de São Paulo. Esse serviço social tem como objetivo oferecer suporte às famílias que se encontram em situação de risco, seja de ordem econômica, social, psicológica ou educacional, que até hoje tem acolhido famílias e crianças que se encontram em situação de risco, oferecendo-lhes suporte necessário para que tenham condições de retomar a sua responsabilidade de cuidar de seus filhos e filhas e educá-los.

Os alunos e alunas anunciaram para seus familiares e todos os responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem que se responsabilizar pelo o cuidado e educação da criança é fundamental para o seu desenvolvimento, porque o ser humano aprende a cuidar do outro quando é cuidada com responsabilidade.

Neste contexto, a escola compreendeu que precisa abrir suas portas para a comunidade, acolher e ouvir os familiares, pois, para uma família cuidar de suas crianças, ela também precisa ser cuidada.

O Projeto transcendeu o espaço da sala de aula ao anunciar a necessidade de que “tudo que existe e vive precisa ser cuidado” (BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999).

De acordo com a interpretação dos alunos e alunas do grupo trabalhado, juntamente com suas famílias nos encontros promovidos durante o projeto “Vem Cuidar de Mim” conclui-se que é dever de todos cuidar de tudo, da criança, da escola e das famílias. E dever da escola conscientizar as famílias sobre a importância do cuidado na dimensão cidadã.

Ao mesmo tempo, o Estado tem o dever de proteger essas famílias e suas crianças, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme nossa pesquisa junto às famílias apontou.

Usando como inspiração as ideias de Paulo Freire, quando em sua tese “Educação e Atualidade Brasileira”, vislumbrou uma sociedade democrática baseada na dialética das relações humanas, e apontou a Escola de Educação Infantil como um dos espaços onde é iniciada a construção do exercício da cidadania para viver nesse sonho de sociedade, onde deveres e direitos se complementam, acreditei que estava buscando fazer da minha sala de aula esse espaço propício à democracia.

O Projeto “Vem Cuidar de Mim” auxiliou no fortalecimento das ações do PEA (Projeto Especial de Ação), que tinha como objeto de estudo e reflexão para a “A busca de uma prática pedagógica inclusiva para todos” e previa como uma das ações palestras que envolvessem as famílias no que diz respeito à sua responsabilidade na educação da criança.

O Projeto “Vem Cuidar de Mim” trouxe a possibilidade de conscientização da importância de a escola abrir suas portas para a comunidade, onde todos possam construir atitudes positivas que contribuam para educação de crianças capazes de exercer a sua “felicidadania” (AZE-REDO, Terezinha. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 3ª ed. São Paulo: Cortez. 2002).

“Estatuto do Cuidado”

6º TODA CRIANÇA TEM DIREITO DE VIVER E CRESCER EM AMBIENTE SEGURO.



7º TODA CRIANÇA TEM DIREITO DE SER RESPEITADA.



A CRIANÇA É RESPEITADA QUANDO:

- NÃO RECEBE AGRESSÕES FÍSICAS E VERBAIS;
- SÃO RESPEITADOS SUAS OPINIÕES, SENTIMENTOS, DESEJOS, NECESSIDADES E EXPRESSÕES;
- SUA SEGURANÇA É PRESERVADA NOS ASPECTOS SOCIAIS, MORAIS E PSICOLÓGICO.



8º O ADULTO CUIDA E AMA A CRIANÇA QUANDO:

- DIZ NÃO QUANDO NECESSÁRIO
- ENSINA À CRIANÇA QUE ELA D ATITUDES RESPEITOSAS PARA TUDO E COM TODOS;



9º É DEVER DA FAMÍLIA OU DE UM ADULTO RESPONSÁVEL ENSINAR E INCENTIVAR A CRIANÇA A CUIDAR DE TUDO QUE EXISTE E VIVE.

- **CUIDAR DE SUA CASA, SUA ESCOLA, DAS PESSOAS DOS ANIMAIS, DA NATUREZA.**



10º TODA CRIANÇA TEM DIREITO DE BRINCAR E SER FELIZ.



Referência Bibliográfica

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela Terra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e Ensinar: Por uma docência da melhor qualidade.** 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. A Rede em rede: a formação continuada na Educação Infantil-fase I/Secretaria Municipal de Educação: SME/2007.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

EMEI MARIA LÚCIA PETIT DA SILVA , PROF.ª.

R. SOLAR, 303- JD. ANTÁRTICA- SÃO PAULO, SP.

Fone: 2258-5306

ANO 2010.

DIRETORA: EDELI PEDROSO DE MORAIS

ASSIT. DIR.: ANA CLÁUDIA FRANÇA PINTO ZOEGA

COORDENADORA: ELIANE PEREIRA WALCKER

PROFESSORA RESPONSÁVEL PELO PROJETO

“VEM CUIDAR DE MIM”: EDJANE MARIA COSTA DE CARVALHO

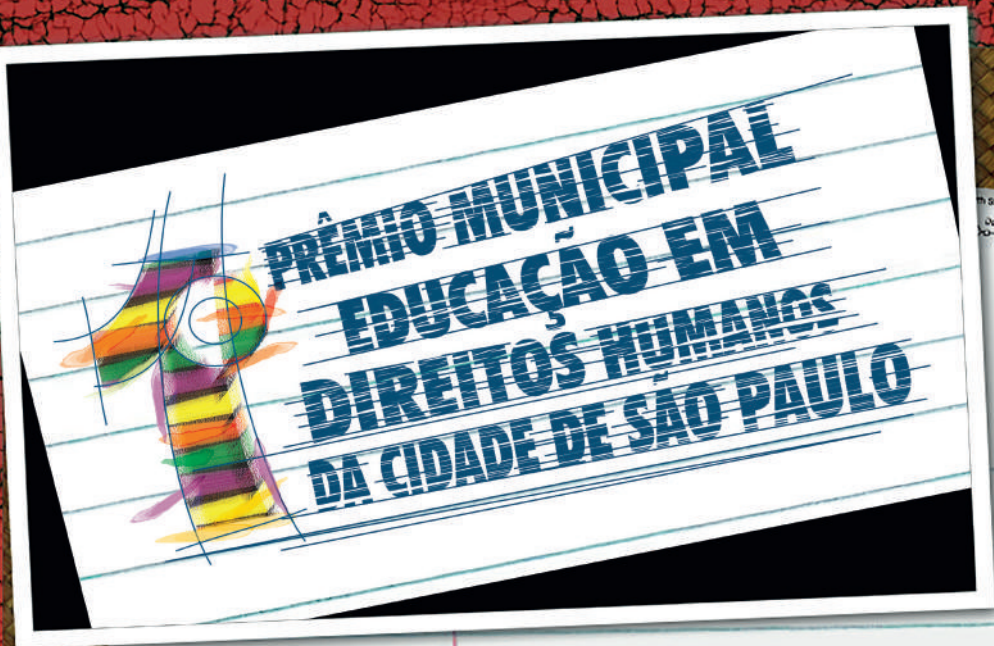
APOIO DAS PROFESSORAS:

FABIANA ROQUE DIAS

GUARACYABA DE LELIS SANTOS HENRIQUE LIMA

ISABEL APARECIDA SILVA SANTOS NASCIMENTO

MARTA DE BRITO ANTONIO



Relatos de experiências

Categoria:

Unidades Escolares





Ganhadores:

1º lugar:

Joyce Anne Semmler

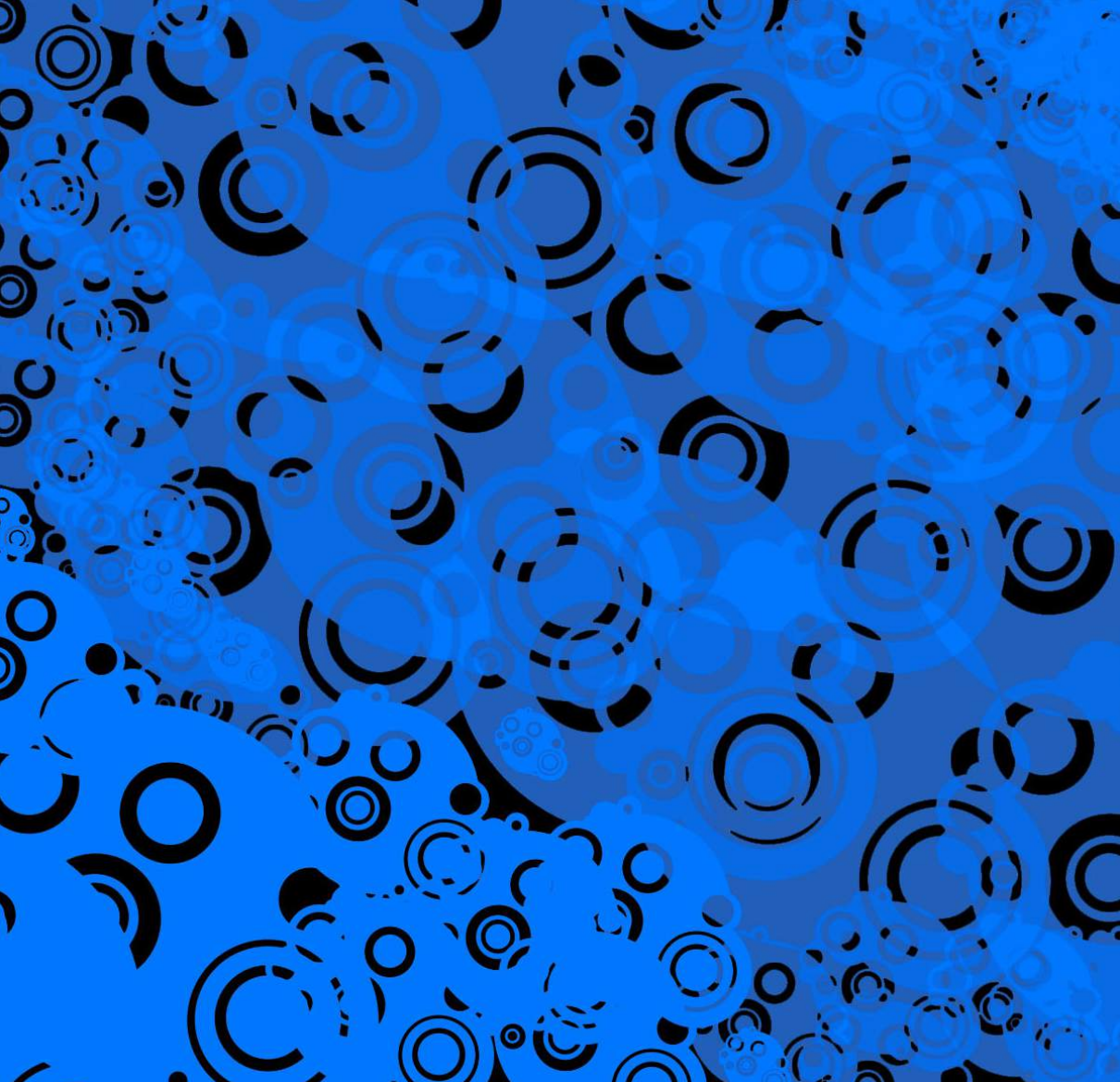
2º lugar:

*Cibele Araujo Racy Maria
André Wagner Rodrigues*

3º lugar:

Simone Lucia Silva Aguiar







TRANÇANDO E TRAÇANDO LAÇOS DE IGUALDADE NA EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

Joyce Anne Semmler





Justificativa

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la, diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos... (FREIRE, 2000, p. 67)

Compromissados com a frase de Paulo Freire, as práticas desenvolvidas, no cotidiano educativo do CEI, buscam ser coerentes e concretizar os pressupostos que balizam o Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade, pautado na concepção de educação humanizadora, popular e de qualidade. Assim, o PPP da unidade está implicado nas questões relativas à transformação social, sobretudo dos contextos de desigualdade que marcam a vida de bebês, crianças e adultos. Para tanto, o trabalho pedagógico desenvolvido tem suas bases no diálogo, na participação e nas relações, consideradas princípios no planejamento das ações educativas, “fala fundamentada na teoria freireana”.

Tendo como aspectos fundamentais para a realização do trabalho educativo à análise do contexto da realidade da cultura, na qual esse sujeito está inserido da sua comunidade constitui um conhecimento de grande valia para os profissionais do CEI, as ações educativas tem o propósito de desconstruir padrões estabelecidos que reforçam as questões de preconceitos e discriminação relativas à comunidade.

Para qualificar esses conhecimentos, todos os anos há, uma visita à comunidade, com todos os profissionais do CEI, concebidos como educadores, independentemente das funções desempenhadas. A experiência vivida por todos os educadores, não constitui apenas um exercício de constatação, afinal como nos ensina Freire (Pedagogia da autonomia 1996, p.29): “Pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.”

A unidade escolar pesquisou, para conhecer a comunidade, suas questões, desafios, problemas, sonhos, dessa forma, podemos qualificar nossa prática educativa, a medida que essa visita nos oferece pistas para fazer dela, algo efetivamente significativo para as crianças e para a comunidade. Assim, estas experiências de integração com a comunidade local sempre corroboram para o anúncio de novos, e necessários, caminhos que considerem e problematizem a realidade sócio histórica e cultural das crianças e de suas famílias, tendo em vista sua transformação.

Diante da realidade que se apresenta, com seus diferentes contextos, notamos a recorrência de contextos, histórias e falas que evidenciam situações, opiniões e relações marcadas pelo preconceito e pela discriminação. Tal realidade nos levou a refletir sobre algumas questões, a saber:

- ➡ Quais marcas as relações de desigualdade, notadamente a racial e a de gênero, traçam na vida das crianças, desde seu nascimento?
- ➡ Como os espaços coletivos de educação, podem constituir-se como espaços de enfrentamento destas questões, traçando caminhos para a promoção da igualdade?

Estas são algumas das questões que alimentam a construção desse projeto, que nasce da necessidade de construirmos, junto a bebês e as crianças pequenas, conhecimentos sobre o valor das diferenças e a

importância do enfrentamento das situações de desigualdade e preconceito que permeiam o contexto sócio, histórico e cultural. Fortalecendo, assim, a compreensão de que as diferenças não constituem marcas de inferioridade. Compreendemos nesse sentido que, a igualdade que defendemos como um direito de todos os seres humanos tem como antônimo a “desigualdade”, contra a qual lutamos.

Quando se fala em um espaço educativo coletivo, que defende o aprendizado construído por bebês e crianças pequenas, advoga-se a favor de uma concepção de educação em que elas são compreendidas como sujeitos de direitos, atores sociais de pouca idade, inseridas em um contexto social que as marcam e as constituem, mas que também é constituído por elas. Nesse sentido, a concepção de criança, que pauta o trabalho desenvolvido na unidade, busca desconstruir o modelo de criança “universal” e fundamenta-se em uma concepção de criança que tem história e vive em um contexto social que com características particularidades e marcado por desigualdades. Assim, a proposta de trabalhar a promoção da igualdade racial e de gênero com crianças pequenas é concebida, sobretudo a partir daquilo que se observa diariamente, quando o professor é colocado como uma escuta atenta das “vozes” das crianças revelam um contexto de desigualdades permeado pela desvalorização das diferenças.

Essa escuta atenta das vozes princípio uma escuta atenta das “vozes” das crianças revelam um contexto de desigualdades, permeado pela desvalorização das diferenças. A escuta atenta das “vozes” das crianças revelam um contexto de desigualdades permeado pela desvalorização das diferenças. A escuta atenta das vozes das crianças infantis, não significa apenas constatação. Exige uma ação propositiva, que dialogue com o contexto histórico, cultural e econômico que as crianças de seus familiares.

As crianças não nascem com “pré-conceitos”, mas se tornam se preconceituosas, à partir das e diferentes vivências sociais e culturais, nas quais estão inseridas e onde a discriminação se faz presente.

Nesse processo de escuta das famílias, crianças e comunidade que muitas falas são reveladoras de conteúdos discriminatórios e preconceituosos, ou ainda traduzem uma concepção negativa relativa à beleza negra, suas características e também sobre a condição feminina. Essa escuta inquietou os educadores e fomentou a necessidade de construir um trabalho de intervenção, pautado na ideia do respeito e da promoção da igualdade. A título de exemplo seguem algumas falas que revelam tal questão, a saber:

“Quando eu crescer eu quero ser branca.” (fala de uma menina de 3 anos)

“Eu não quero essa boneca. Ela é preta. Ela é feia.” (fala de uma menina de 2 anos de meio)

“Meu cabelo é feio, ele é ruim...” (fala de uma menina de 3 anos”)

“Eu gosto de dançar... mas, sabe né, menino não dança balé. Balé é coisa de menininha.” (fala de um menino de 3 anos)

“Engole esse choro... menino não chora.” (fala de um adulto para um menino de 3 anos)

“Eu não quero esse brinquedo rosa. Rosa é cor de mulherzinha.” (fala de menino de 4 anos)

“Eu quero jogar futebol... Os meninos não querem me deixar brincar.” (fala de menina de 4 anos)

Essas são algumas das falas das crianças. Falas que fez pensar: quais experiências de vida essas crianças vivenciaram, e quais conhecimentos adquiriram para construir tais proposição aos dois, três quatro anos de idade?

Os debates do Conselho de Escola, também traziam à tona a questão como a explicada por uma mãe que relatou, certa vez: *“Minha filha me perguntou por que ela é daquela cor (negra). E eu não soube o que falar. E ela disse que não queria ter aquela cor. Eu não sei explicar porque somos negros.”*

Esse depoimento, somado a outros nos inquieta a pensar: Como o conhecimento advindo da escola pode contribuir para ajudar as famílias a desconstruírem o estereotipo da diferença como inferioridade?

Este contexto, em meio a tantas outras reveladoras de processos discriminatórios e preconceituosos, nos move a pensar e a propor esse trabalho, com o objetivo de construir uma prática pedagógica que, ao buscar promover a igualdade, crie condições para que esse desejo de “ser branca”, ou de diferenciar o que é “de menino e menina”, seja revertido, em um processo que envolve uma reflexão sobre a construção da identidade e a desconstrução de alguns estereótipos que circulam nos diferentes contextos socioculturais. Foi considerado, nessa perspectiva que o CEI, enquanto espaço de produção de conhecimento e de transformação social, com práticas conscientes e intencionalmente planejadas, constitui um espaço privilegiado para a reconstrução de saberes que favorecem a promoção da Igualdade



Objetivos previstos

- Integrar as questões relativas ao preconceito, racismo, sexismo e discriminação, bem como a história e cultura africanas, ao processo de formação permanente dos professores e profissionais do CEI, por meio de pesquisas e estudos, estendendo a

reflexão para as famílias e a comunidade, das reuniões de pais e do conselho de CEI, com vistas a integrá-los à proposta a fim de que essa se efetive dentro de um processo de autoria coletiva.

- ➔ Desconstruir estereótipos presentes historicamente no meio sociocultural, que negam a multiplicidade de histórias e a positividade das diferenças, a fim de, fortalecer e perpetuar sistemas, e relações de poder, marcados pela submissão e valorização de determinadas culturas, em detrimento de outras.
- ➔ Construir intervenções de enfrentamento a qualquer manifestação de discriminação ou preconceito que se apresentem no contexto educativo e social, rompendo com o “silêncio” e fomentando ações propositivas, com vistas a superação de tais manifestações.
- ➔ Construir práticas educativas que consolidem, de forma permanente, e, portanto não episódica e casual, os princípios da igualdade, por meio da construção de um currículo que integre os elementos da história e da cultura africana (histórias, músicas, danças, culinária, imagens etc), bem como a valorização dos direitos iguais entre os gêneros, nas diferentes ações que compõem a jornada educativa
- ➔ Possibilitar a construção da identidade infantil fortalecida na valorização das diferenças, rompendo com o estereótipo de beleza eurocêntrico (branco, magro, cabelos loiros e lisos e olhos claros) e a lógica social androcêntrica. Nessa perspectiva busca-se dissociar “diferença” de “inferioridade”, e valorizar a estética e a cultura negra, de acordo o contexto do livro práticas pedagógicas para à igualdade racial na Educação Infantil, Hédio Silva e Maria Aparecida Silva Bento, com presente na formação do povo brasileiro.



Metodologia

A metodologia que a unidade escolar se desafia a concretizar junto aos (educadores, famílias e comunidade) e as crianças, incluindo os bebês é dialógica, pautada no diálogo, na participação e nas relações. diálogo esse que não é entendido como uma técnica, mas como um espaço imprescindível e fundante do processo educativo, e envolvendo a escuta do outro, de suas ideias, concepções e visões de mundo.

Paulo Freire ao discutir os saberes necessários à prática educativa indica que ensinar exige saber escutar, capacidade imprescindível para que o educador compreenda o educando, de modo a falar com ele e não para ele. Sobre o ato de escutar, destaca:

[...] é obviamente algo que vai além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar [...] significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro.
(FREIRE, 1996, p. 119)

A partir de tais considerações, destaca-se a importância do diálogo, necessário e intencionalmente planejado, que propicia e fomenta a construção de um processo educativo balizado pela comunicação e não por comunicados (FREIRE, 1996). Diálogo este que, não é casuístico ou episódico, mas que é intencionalmente provocador de boas perguntas é atento às respostas geradoras de outras problematizações. Para elucidar essa concepção Freire e Shor sinalizam:

Antes de mais nada [...] penso que deveríamos entender o diálogo não como uma técnica apenas que podemos usar para conseguir bons resultados. Também não podemos,

não devemos entender o diálogo como uma tática que usamos para fazer dos alunos nossos amigos. Isso faria do diálogo uma técnica para a manipulação, em vez de iluminação. Ao contrário, o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos. É parte de nosso progresso histórico, do caminho para nos tomarmos seres humanos. [...] o diálogo é o momento em que os humanos se encontrem para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem. (SHOR; FREIRE, 1986, p. 122-123)

Assim, os educadores devem estar atentos ao que dizem as crianças, suas famílias, às problemáticas da comunidade local, a fim de construir um currículo que realmente possibilite a construção de aprendizagens significativas, que façam diferença na vida das crianças e da comunidade e que possibilite, construir formas de intervenção, mudança social, sobretudo com a relação à realidade desigual que se apresenta. E sobre a qual busca-se estratégias de enfrentamento e transformação a favor da igualdade. Paulo Freire nos inspira e nos sustenta nessa trajetória, ao afirmar:

É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade como dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (FREIRE, 2002, p. 85-86)

Nesse sentido busca-se sempre, partir de uma problemática que se faz presente no cotidiano educativo, fomentar a discussão crítica a mesma, no caso em questão, os aspectos concernentes à desigualdade: racismo, preconceito, discriminação e sexismo que permeiam a sociedade e o cotidiano educativo, desde a Educação Infantil.

Este “estudo da realidade” considera a voz de todos seus atores/ autores buscando conteúdos específicos e cotejando as visões distintas; a fim de problematizar a visão inicial, desmistificar e desconstruir alguns estereótipos, desvelar conteúdos nem sempre explícitos, para a construção de novos conhecimentos em relação à temática. Considerou-se que nesse percurso que envolve problematização e (des)construção de conhecimentos é possível pensar em práticas e contextos educativos que possibilitem o trabalho crítico com a temática.

Esta opção metodológica fundamenta e permeia as diferentes ações que compõem a jornada do CEI, seja o planejamento realizado para o trabalho com os bebês e as crianças ou os processos formativos que envolvem os adultos em seus diferentes momentos: Reuniões Pedagógicas, Formação permanente (PEA), Conselho de Escola, Passeata na comunidade, Leituras compartilhadas com pais e familiares, Reuniões de Conselho de CEI e Reuniões com Familiares, Reuniões Pedagógicas envolvendo todos os profissionais, visita ao Museu Afro Brasil, debate com especialista dentre outras.

Cabe salientar, que não se trata de “dar aula” para bebês sobre desigualdade racial ou de gênero, mas, sobretudo, pensar nas possibilidades de construir um currículo onde a igualdade seja um princípio balizador das diferentes ações desenvolvidas, garantir o caráter lúdico, prazeroso, imaginativo, inventivo, próprio da educação infantil, onde o brincar é a forma privilegia dos pequenos e pequenas conhecerem o mundo.

Outro destaque importante é o fato de que, trata-se de uma ação integrada ao Projeto Político Pedagógico da unidade, que permeia a ação educativa, com a proposta de ressignificar um movimento de reorganização curricular e não meramente um projeto pontual,. Ao contrário, o que se pretende é a construção de ações ininterruptas que possam permear o planejamento de forma integrada com as demais ações que fazem parte da jornada das crianças no CEI. Esse processo esse que é permanente e, vai sendo aprofundado a medida que dialogamos com a prática educativa e com os diferentes contextos que emergem da jornada educativa junto aos bem pequeninhos. Este processo que também não é homogêneo e incorpora a complexidade do contextos e das pessoas, com suas idas e vindas, mas que é persistente e, igualmente necessário.



Principais ações realizadas

As ações realizadas permearam os diferentes contextos educativos do CEI, envolvendo a (re)construção do Projeto Pedagógico da unidade, a elaboração de propostas educativas junto aos bebês e às crianças, às Reuniões Pedagógicas, ao Conselho de Escola e de Associação de Pais e Mestres, e a formação continuada dos educadores por meio do PEA (Projeto Especial de Ação). Nesse sentido, as ações não obedeceram a etapas sequenciais uma vez que muitas dessas ações foram realizadas de forma concomitante, dialogando entre si e se fecundando mutuamente, em um processo dialógico de construção de conhecimento que envolve adultos, crianças, e bebês.

Visita a comunidade

Realizada todos os anos com os educadores da unidade e as lideranças comunitárias com vistas a construção do conhecimento sobre a realidade local, sua cultura, história, problemas, desafios, conquistas, desejos e perspectivas. Tais conhecimentos fundamentam o PPP da unidade.

Organização de ações educativas junto aos bebês e às crianças

- ➔ Rodas de Histórias para bebês adultos e crianças: rodas encantadoras por meio das quais as crianças e os bebês interagem com livros e narrativas orais, cujos enredos revelam e valorizam elementos e personagens que abordam a temática da igualdade racial e tais como de gênero como: Bruna e a Galinha de Angola, Chuva de Manga, Obax, As Gueledes, As panquecas de Mama Panya, Contos africanos para crianças Brasileiras, Mbira da beira do rio Zambeze, para as questões sobre a igualdade racial. E outros como: Ceci tem Pipi, Faca sem ponta Galinha sem Pé, O menino Nito dentre outros que abordam a temática do gênero. Estes livros esses ao trabalharem a questão da história, da cultura africana e de gênero permitem a imersão das crianças em um universo cultural pouco explorado no processo educativo, destacando a questão da ancestralidade, do pertencimento cultural e do entendimento de que as diferenças não são sinônimas de direitos desiguais. Cabe ressaltar que também com as famílias, algumas leituras foram compartilhadas nos espaços de encontro e reunião.

- ➡ Rodas de música, dança, cirandas e balé: o CEI conta com um acervo de CDs com ritmos africanos ou de origem africana e instrumentos musicais como: afoxés, kalimbas, agogo, caxixi, ganzá, cabulete, xilindró, bongo, timbá de corda, dentre outros, cuja exploração é muito apreciada pelos bebês e crianças que exploram a musicalidade dos diferentes instrumentos. Acrescenta-se a essas ações a interação das crianças com o jogo da copeira, onde muitas trazem de casa vivências que enriquecem o trabalho do CEI, onde que o balanço e o gingado dos corpos constituem um prazer para todos. O balé fez parte de um debate de um grupo de crianças a partir de uma afirmação de um menino que disse que “Meninos não dançam balé”. Fato que provou uma pesquisa por parte da turma que assistiu vídeos com grandes bailarinos e participaram de oficinas de dança com uma bailarina da comunidade que organizou um espetáculo com todas as meninas e meninos puderam dançar, para os amigos das demais turmas.
- ➡ Projeção de Filmes como: Kiriku I e II, Azur e Asmar, Príncipes e Princesas e episódios da série da Cor da Cultura.
- ➡ Trabalho com imagens, espelhos, fotos em que: Foi ressaltada a beleza de meninas e meninos, mulheres e homens a partir da ruptura do padrão eurocêntrico: branco, magro, loiro e de olhos claros. Sabemos que desde bebês as crianças aprendem por meio das informações transmitidas pelos contextos em que vivem o que é “bom”, “belo”, “positivo”, “desejado” e/ou “elogiado”. A partir dessas informações, constroem sua visão de mundo e a visão de si mesmo, que pode ser positivas se corresponder ao “padrão” ou negativa à medida que se distancia dele. Assim, o trabalho com a diversidade busca olhar a questão por outro

prisma, referendando os diversos tipos de beleza,, buscando oportunizar às crianças vivências onde as mesmas possam construir sua identidade de forma positiva.

- ➡ Brincadeiras simbólicas e jogos coletivos: em contextos que oportunizam que meninos e meninas, possam explorar e construir diferentes brincadeiras, explorar diferentes brinquedos e participar de jogos sem a segmentação por gênero. Não há brincadeiras, brinquedos e jogos específicos para meninos e outros para meninas. Como crianças, portadora de direitos, todos podem brincar e jogar com o que desejarem, sem discriminação.
- ➡ Organização de uma passeata pela comunidade: para além dos muros do CEI, surgiu uma questão que inquietou os educadores: como as crianças poderiam, desde pequenas, construir ações políticas e coletivas de reivindicação de direitos?

Dessa questão surgiu o desejo de organizar com as crianças uma passeata pelas ruas da comunidade. Afinal, o desejo de expressar essas ideias e concepções a favor da igualdade, não podia ficar limitado aos muros do CEI. Assim, foram às ruas, com as crianças (com todas as crianças do CEI, incluindo os bebês) em uma passeata, onde as crianças, conscientes do sentido social daquele ato político, carregavam marcas que a própria cultura de forma positiva traz: faixas, bandeiras, instrumentos musicais que chamaram a atenção da comunidade para aquele movimento que tinha como palavras de ordem “Não ao preconceito e à discriminação” e “Bonito é ser diferente”.

As atividades descritas foram realizadas pelos agrupamentos do CEI, respeitando a autonomia docente na construção do planejamento educativo, em articulação com os princípios do Projeto Político Pedagógico

da unidade, considerando as particularidades e as trajetórias de aprendizagens de cada agrupamento. Assim, o processo de planejamento docente não é homogêneo, ao contrário, busca nas singularidades das crianças que compõem o agrupamento, em seus interesses, dúvidas e curiosidades, subsídios para planejar ações que sejam realmente significativas para a produção do conhecimento. As ações descritas abaixo foram, dessa forma, vivenciadas em momentos e modos diferentes pelas diversas turmas do CEI, consolidando um pensar sobre a temática, não como um “apêndice” curricular, mas como parte integrante, indissociável e permanente no cotidiano educativo.

Integração da temática no processo de formação coletiva e permanente e no Projeto Político Pedagógico da unidade

Na formação permanente que agrega todos os professores e profissionais do CEI, as temáticas de questões humanizadoras foi e continua sendo discutida, a fim de fomentar e pautar o trabalho realizado com as crianças e a comunidade. Racismo, Preconceito, Discriminação, Igualdade, Desigualdade, Estereótipos, Cultura e História Africanas e Afras Brasileiras, Branquismo, Gênero, Sexualidade, Sexíssimo, Pesquisa de matérias (livros, brinquedos, CDs e DVDs.) constituem temas que pautam as discussões nos momentos de formação, subsidiado por textos de estudiosos, vídeos e dados da realidade como pesquisas, propagandas, bem como a legislação respalda a importância da construção de um currículo que agregue essas questões desde a mais tenra idade. Compreende-se que se trata de um processo contínuo, que propõe uma integração permanente da temática ao currículo de forma interdisciplinar, implicando na reflexão constante sobre a prática

educativa, em diálogo com as pesquisas, estudos e reflexões realizadas. Foram construídas ferramentas de argumentação e de encorajamento para enfrentar as situações de preconceito e discriminação, aprendendo também a reconhecê-las no ambiente educativo e social.

Debate junto ao Conselho de escola

As famílias e a comunidade têm sido participantes ativos na discussão da temática e de seus encaminhamentos. Por meio de reuniões do Conselho de CEI e do encontro com os familiares, temos aprofundado as reflexões a fim de materializar a participação dos familiares como agentes históricos na historicidade local e assim fortalecer e substanciar o debate cumprindo o papel social da educação

Mostra cultural

No fim de 2011, a equipe da unidade organizou uma mostra cultural, com o título desse projeto, “Traçando e trançando os laços da igualdade”, que revelou à comunidade e famílias participantes a diversidade dos trabalhos realizados, documentado e revelando as aprendizagens infantis. A Mostra aberta à comunidade constituiu um importante espaço de diálogo, em que comunidade pode conhecer um pouco mais do trabalho realizado no CEI.

Festa em homenagem a figura feminina e masculina

Com o propósito de celebrar a ação de homens e mulheres na sociedade e discutir a importância de lutarmos por direitos iguais. Elas são abertas à comunidade e famílias participantes e integram momentos de

debate e outros de oficinas, onde crianças e adultos, homens e mulheres podem compartilhar experiências culturais, de forma igualitária, sem diferença de gênero.



Avaliação

Nesse percurso descrito, que não se finda, pois não se trata de um projeto pontual e episódico, mas que se transforma à medida que agrega novos desafios, pode-se observar alguns resultados:

- ➔ Superação de algumas visões preconceituosas, em um processo que envolve a revisitação do que “aprendemos” nos bancos escolares e da revisão de alguns valores de cunho preconceituoso e sexista.
- ➔ A análise crítica da produção midiática sobre as temáticas de igualdade ou o silêncio da mídia sobre ele.
- ➔ O aprofundamento das pesquisas em relação à temática e a efetiva integração delas no cotidiano do CEI, nas práticas educativas, no processo de formação permanente, no PPP da unidade e no debate com a comunidade.
- ➔ O aprimoramento do olhar e da escuta em relação às situações de preconceito e discriminação com a construção de atitudes de intervenção contra a discriminação e o preconceito, rompendo com a cultura do embranquecimento e com o sexíssimo. A esse respeito exemplifica-se com a fala de duas crianças, que exemplificam e significam a importância da igualdade como um princípio educativo e um direito humano.

Em uma das reuniões de Conselho envolvendo crianças, educadores e comunidade o tema, educadores e comunidade. Duas mães realizam os seguintes depoimentos:

“Minha filha outro dia foi chamada de “neguinha pelo condutor de transporte escolar”. E imediatamente ela respondeu em tom firme: – Eu não sou neguinha. O meu nome é Shirley.” – A mãe fez o relato emocionada e orgulhosa do posicionamento de sua filha de 3 anos, que diante de um adulto, afirmou sua identidade de forma propositiva e positiva.

“Outro dia em visita à casa de uma prima, o Roberto (um bebê de 2 anos), começou a brincar com suas bonecas. A priminha logo o corrigiu, dizendo que menino não brinca de boneca, só a meninas. Mas Roberto não se de fez vencido, e logo disse à prima: Menino pode brincar sim. O Thiago brinca, o Gabriel brinca, o Daniel brinca... E ele foi dizendo o nome de todos os amigos do CEI que brincavam de boneca como ele, e por fim disse. “Eles brincam e eu posso brincar também.” A prima ficou pensativa, mas logo aceitou e brincou com ele de boneca”.

Eis as vozes que nos anunciam a transformação, e nos mostram que o enfrentamento das relações desiguais é tão necessário como possível, para a consolidação das transformações sociais. São essas vozes que nos alimentam nessa caminhada por um contexto social em que a igualdade seja efetivamente um direito vivenciado de forma concreta por todos: – meninos e meninas, homens e mulheres, crianças e adultos, negros e brancos, indígenas, pobres e ricos, todos humanos de igual valor e direitos.

No ano de 2012 o referido projeto foi agraciado com o Prêmio Nacional “Educar para Igualdade Racial” promovido CEERT. Este projeto teve aval das crianças para sua continuidade no ano de 2013, supervisão, gestão, comunidade, professores, funcionários e principalmente as crianças o qual damos não somente voz, mas principalmente ouvidos as palavras e desejos das crianças pequenas, sendo respeitadas na sua formação em um todo.



Bibliografia

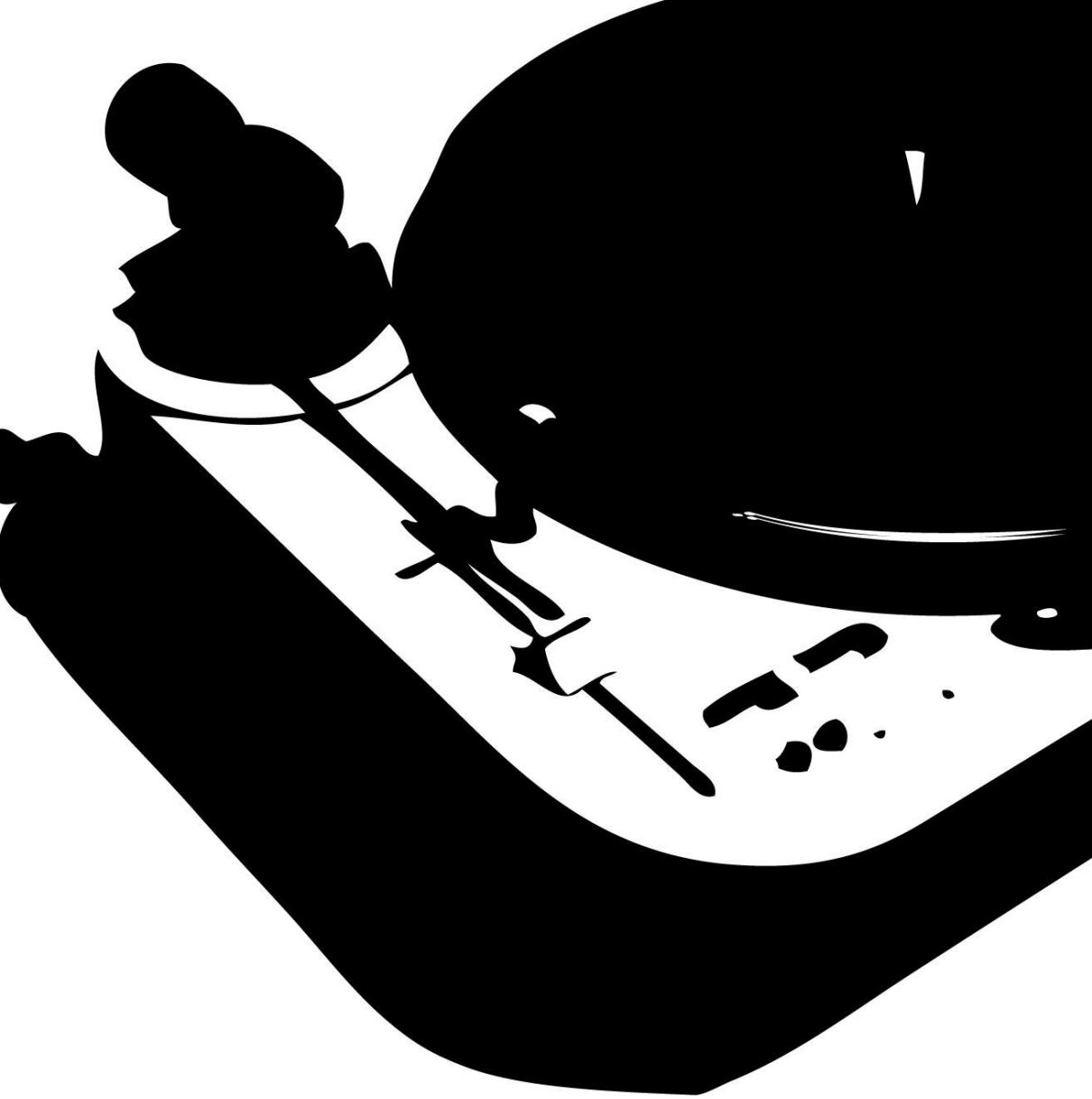
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____; SHOR, Ira. *Medo e Ousadia – o Cotidiano do Professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.





O MUNDO DE AZIZI ABAYOMI E SOFIA

Diversidade Biológica e Cultural

Cibele Araujo Racy Maria

1. Apresentação



Trata-se de um projeto coletivo que atende ao previsto pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08 no que se refere à obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana, Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas públicas e privadas do território nacional, bem como a promoção de ações afirmativas sobre a Cultura e História boliviana. Um projeto que, inspirado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhece e valoriza a diversidade.

2. Justificativa

Em 2011, a gestão escolar iniciou um projeto para a implantação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 por meio de um questionamento feito aos professores. Ao perguntar ao grupo se haveria atitudes racistas no universo infantil, ficou evidente a necessidade de pesquisa e aprofundamento da questão diante das respostas obtidas. Contradições, negações, incertezas e certezas absolutas foram algumas das reações que a equipe gestora observou em relação ao tema. Evidentemente, neste mesmo momento foi descoberto que a resposta a esta questão só poderia ser, de fato, obtida depois de uma escuta atenta às falas infantis e do olhar atento de todos os envolvidos na construção de novos conhecimentos. Desde então, a escola tem se dedicado à promoção

de ações coletivas e afirmativas pela igualdade racial e pelo combate ao racismo, preconceito e qualquer tipo de discriminação. São vários os movimentos que permeiam a prática administrativa e pedagógica, garantindo, a cada período letivo, a solidificação da equipe, a abertura dos portões da escola à comunidade e a realização ou a participação em eventos abertos ao público.

Estes momentos são caracterizados pela formação da equipe docente, da comunidade escolar e pela divulgação do trabalho da escola por meio de encontros, entrevistas, rodas de conversa, palestras, entre outros.



Dia da Família – Jogos Africanos – Pintura Etnia Ndebele.



Palestra – Projeto Azizi Abayomi aberta ao público.

Em 2011, a Direção Escolar em parceria com os professores e com o apoio da comunidade contou com o apoio de inúmeros parceiros que foram determinantes em várias fases da formação continuada, a saber: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, Movimento Anarcopunk de São Paulo, Movimento Negro, Artistas Plásticos, parcerias com autores de livros sobre a temática, Instituto Avisa Lá, Diretoria Regional de Educação Freguesia/Brasilândia e a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo.



Criança entrevista o autor nigeriano Sunny.

Os eventos promovidos pela EMEI Guia Lopes trouxeram à tona discussões como: intolerância religiosa; sexualidade na infância; racismo na Educação Infantil; mito da democracia racial; branqueamento da população brasileira; consumismo; a influência da mídia e a responsabilidade da instituição escolar na perpetuação do racismo, do preconceito e de atitudes discriminatórias, contando com a aprovação e a participação das famílias e da comunidade do entorno escolar.



A Festa Afro-Brasileira substituiu as antigas festas juninas e povoou a escola com elementos da cultura africana, explorando desde a sua musicalidade até a exposição das indumentárias usadas nos ritos de umbanda e candomblé; gincanas baseadas no filme Kiriku, o casamento do Príncipe Azizi Abayomi com Sofia e a história de amor que uniu o Brasil ao Continente Africano.



O parto de Sofia, realizado pelas crianças, e as discussões de como seriam os bebês Dayo e Henrique (suas características físicas e emocionais), as palestras aos pais sobre sexualidade infantil, rodas de conversa com outras unidades educacionais da rede municipal de ensino sobre a implantação da Lei 10.639/03, a apresentação das crianças em eventos externos, a promoção de eventos abertos em parceria com instituições e especialistas sobre as relações étnico-raciais no universo infantil, a participação do coletivo escolar em eventos externos sobre a igualdade racial na Educação Infantil, as passeatas infantis para homenagear grandes personalidades negras do Brasil e do mundo são algumas das ações incorporadas ao Projeto Político Pedagógico da escola.



Passeata Infantil pela Igualdade Infantil.

Num salto ainda mais ousado, a direção escolar construiu, nas redes sociais, novas formas de divulgação do trabalho e ampliou as possibilidades de troca de experiências.

Por meio de álbuns de fotos e de textos explicativos, cada grupo de crianças ganhou um portfólio virtual que conta a história do projeto didático e registra os momentos mais marcantes deste percurso. Nas aulas de informática educativa, os álbuns foram revisitados e possibilitaram, aos gestores, professores e alunos, traçar novos rumos para a construção de saberes e fazeres da e na infância.

Além de facilitar o acompanhamento da vida escolar de seus filhos, as redes sociais permitem a colaboração dos pais por meio de críticas e sugestões ao trabalho pedagógico. A constante atualização do blog com informações sobre o Projeto Político Pedagógico desencadeia novas possibilidades de divulgação e amplia a rede de trocas e de informações com um público interessado em educação, seja da rede privada ou pública.

Um dos resultados mais expressivos desta inovação é a escola ser requisitada para participar de eventos e compartilhar sua prática. É comum a EMEI Guia Lopes receber visitas de autoridades, professores e equipes gestoras de outras unidades educacionais para conhecer de perto o trabalho desenvolvido pela escola.



3. Metodologia

Para operacionalizar a proposta pedagógica da EMEI Guia Lopes, o coletivo escolar optou por adotar a Pedagogia de Projetos, que possibilita a organização necessária para a construção dos conhecimentos, bem

como a definição de metas previamente definidas, de forma coletiva, entre alunos, professores e comunidade escolar.

O currículo por intermédio de projetos constitui-se em uma metodologia de trabalho destinada a dar vida aos conteúdos, tornando a escola mais atraente, valorizando o que os alunos já sabem e respeitando o que desejam aprender naquele momento.

O projeto foi dividido em quatro fases:

A **primeira fase** é a de sensibilização para o tema, envolvendo ações que possam mobilizar o interesse das crianças, das famílias e de todas as equipes da escola, por meio de figuras de afeto representadas por espantalhos que compõem o imaginário infantil e por outro projeto permanente denominado “Horta na Escola”, mantido há sete anos. Para iniciar o trabalho com as relações étnico-raciais na Educação Infantil, surge a figura de um príncipe africano de nome Azizi Abayomi (boneco espantalho).



Figuras de Afeto – Príncipe Africano Azizi Abayomi, sua esposa Sofia e seus filhos, Dayo Henrique.

Se em um primeiro momento nosso objetivo era o de desconstruir alguns estereótipos de príncipes e princesas que habitam o universo infantil, com a figura de Azizi Abayomi foi possível discutir sobre a identidade de nossos alunos, o casamento inter-racial, a hereditariedade, a diversidade cultural das famílias, as relações homoafetivas, a melanina, o papel do homem na educação de seus filhos, a cultura boliviana e indígena, entre outros.

Nesta fase, alguns filmes foram utilizados no início dos estudos para despertar a curiosidade dos professores. Algumas dinâmicas de grupo são imprescindíveis para o início de um projeto tão rico e igualmente complexo. É neste momento que afloram as crenças pessoais, que são confrontadas às diferentes percepções de mundo. Aguçados todos os sentidos e apurados os processos de escuta e do olhar atento às manifestações de racismo, é possível detectar de que forma a escola perpetua o preconceito e a discriminação em suas rotinas diárias.

A gestão escolar conduz o grupo de professores, funcionários, pais e crianças a um constante processo de auto-observação e autoavaliação, refletindo sobre falas, atitudes e registros que compõem o cenário educacional. Trata-se, portanto, de um momento em que o respeito ao outro e, em especial, à identidade das crianças parece ficar à flor da pele.

No início de cada ano, uma série de ações coletivas é planejada pelas equipes gestora e docente, para que fiquem claras nossas intenções pedagógicas e ao mesmo tempo possa ser garantido o foco do trabalho com as questões raciais, de gênero e suas relações.

A **segunda fase** é o momento de ampliação de repertório que envolve professores e crianças por meio de estudo e sondagem sobre o tema a ser trabalhado. Cabe à gestão escolar a formação docente, o desencadeamento das ações coletivas, a preparação do ambiente escolar para

viabilizar a construção de novos conhecimentos e o acompanhamento sistemático da documentação pedagógica produzida pelos professores e crianças. Após a grande revolução de sensações que o início do projeto causa em seus participantes, é iniciado o estudo da história e cultura africana, boliviana e indígena. A leitura e as novas dinâmicas dão conta de mobilizar a atenção e mediar os interesses de crianças e professores em torno da promoção de ações afirmativas para a igualdade racial na Educação Infantil.



A apresentação dos bebês afrodescendentes do Príncipe Azizi Abayomi e Sofia à comunidade escolar.

Descobrimos e redescobrimos que, somente conhecendo a história que nos foi negada sobre o continente africano e suas influências na gênese da cultura brasileira, é possível desencadear um trabalho de combate à desigualdade racial. Conhecer os hábitos e costumes das famílias bolivianas possibilita superar a introspecção característica desta comunidade e constatar a importância cultural que a escola tem em suas vidas, tornando mais prazeroso o processo de socialização dessas crianças.



Apresentação Infantil – Tinkus – Dança Típica Boliviana.

A **terceira fase** é quando a escola estimula o envolvimento das famílias e da comunidade, por meio de um planejamento que mescle a participação efetiva dos pais na construção do projeto, a divulgação dos caminhos percorridos e as conquistas de nossas crianças. As reuniões do Conselho de escola e da Associação de Pais e Mestres não são restritas aos membros que as compõem; a participação estende-se a todas as famílias ou responsáveis, enriquecendo as discussões e compartilhando as decisões. À medida que a teia de conhecimentos é construída por cada grupo de crianças e professores, as famílias são chamadas a participar de eventos, pesquisas, entrevistas e encontros individuais com os professores e gestores. Os canais virtuais de comunicação possibilitam

aos pais acompanhar diariamente a rotina de seus filhos e o trabalho desenvolvido pela escola.

A **quarta fase** tematiza todos os eventos previstos no calendário escolar e criados pela escola (reuniões de pais, dia da família, rodas de conversas temáticas, palestras, festas, mostra cultural).

Além do planejamento semanal coletivo que garante o foco central de trabalho de todos os profissionais da escola, o professor elabora sequências didáticas com atividades específicas para cada grupo de crianças, respeitando suas características e interesses. A gestão escolar constrói, anualmente, uma linha de tempos e espaços para cada professor, possibilitando contaminar todos os ambientes escolares com ações relativas ao projeto (cozinha experimental, sala de leitura, horta, laboratório de informática, ludoteca, restaurante, brinquedoteca, sala de registro e espaço de artes).

Nos momentos de cozinha experimental, a criança realiza pesquisas e executa receitas africanas, afro-brasileiras e bolivianas com a colaboração das famílias.



Culinária Africana – Cuscuz.



Culinária Indígena – Tapioca.

A Equipe Docente propõe jogos temáticos de várias etnias, apresenta versões de clássicos infantis com personagens negros, compartilha seu estudo sobre o início da agricultura e da medicina no Egito, apresenta obras de arte de artistas negros e bolivianos. No laboratório, o professor orientador de informática educativa possibilita à criança entrar em contato com curtas-metragens de diferentes culturas, com jogos virtuais temáticos e realizar a releitura de obras de arte dos temas que estão sendo apresentados pelo projeto.



Laboratório de Informática – Jogos Temáticos.



Confecção de figurino para a apresentação de final de ano.



Releitura da Obra disponível na exposição “Paixão Africana” – Foto de Filipe Enes.

Algumas atividades permanentes nos auxiliam a compartilhar os conhecimentos construídos com as crianças e os adultos da escola, por meio das assembleias infantis.

É incontestável as transformações pelas quais passaram todos os profissionais, crianças e famílias envolvidas com o projeto “O mundo do Príncipe Africano Azizi Abayomi e Sofia – um casal afro-brasileiro” e a inclusão da Lei 10.639/03 no currículo da EMEI Guia Lopes.

A elevação da autoestima de crianças e famílias é fácil de ser comprovada quando a equipe da escola assiste ao surgimento de líderes negros nos grupos/classes e temos notícias pelas redes sociais de alunas negras que investem na carreira de modelos infantis.



Apresentação das crianças –
Casa de Cultura Salvador Ligabue.



Dia da beleza Afro-brasileira.

Tornou-se comum ouvir relatos de pais sobre histórias de racismo dentro da própria família e a satisfação de perceberem a mudança de atitude de seus filhos diante das diferenças.

É possível perceber, nos depoimentos dos professores, quantos desafios foram vencidos para garantir a qualidade do projeto. A busca de estratégias didáticas que não ferissem as convicções pessoais destes e dessem conta de alcançar os objetivos propostos foram compartilhadas com a comunidade escolar. Em rodas de conversas com as crianças, os profissionais da escola foram surpreendidos por uma visão infantil libertadora e reconheceram suas limitações e dificuldades em tratar a diversidade como uma condição fundamental para uma vida saudável.

Um fato marcante que amplificou os resultados do trabalho com as relações étnico-raciais diz respeito às pichações nazistas estampadas nos muros e portões da escola. A frase “Vamos cuidar do futuro de nossas crianças brancas” foi uma resposta direta à sociedade, que insiste em cultivar o mito da democracia racial brasileira e garantiu a definição do projeto como uma atividade permanente na EMEI Guia Lopes.



Pintura coletiva do muro para encobrir a pichação.

A escola tem recebido um número cada vez mais significativo de alunos bolivianos e portadores de necessidades especiais, em consequência do seu excelente trabalho com a diversidade humana.

Nos eventos abertos à comunidade, são recebidos pais e professores interessados no Projeto da Escola, planejando matricular seus filhos ou indicar a escola nos concursos de remoção promovidos pela Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo.

Houve um fortalecimento das relações entre família e escola. Os vínculos afetivos são tão sólidos que, apesar de as crianças seguirem para o Ensino Fundamental, constantemente comparecem com suas famílias aos eventos que a escola promove. É comum a direção receber comissões de ex-alunos sedentos por novidades de Azizi Abayomi, o príncipe africano.

Além de se tornar referência pela qualidade do trabalho que desenvolve, a escola marcou a vida de cada uma das crianças, sendo referência de um espaço onde é possível viver e conviver com dignidade e respeito.

Diante das conquistas pessoais de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento das crianças, não há como retroceder.

A equipe de profissionais da EMEI Guia Lopes acredita ter descoberto sua missão, que é a de educar para a igualdade e para a garantia dos Direitos Humanos a todos. Dessa forma, não há limites ou prazos para o término do projeto que envolve o príncipe africano Azizi Abayomi e sua família. Ano após ano, novos atores constroem histórias fantásticas sobre as relações humanas.

A equipe de profissionais da EMEI Guia Lopes acredita ter descoberto sua missão, qual seja a de educar para a igualdade e pela garantia dos direitos humanos a todos. Desta forma, não há limites ou prazos para o término do projeto que envolve o príncipe africano Azizi Abayomi e sua família. Ano após ano, novos atores constroem histórias fantásticas sobre as relações humanas.

Outras fotos



Dia da Família – Confeção de bonecas Abayomi.



Dia da família – Apresentação de capoeira com os ex-alunos.



Dramatização de histórias e contos africanos.



Os Direitos da Criança – Cuidando dos bebês, uma brincadeira de meninas e meninos.



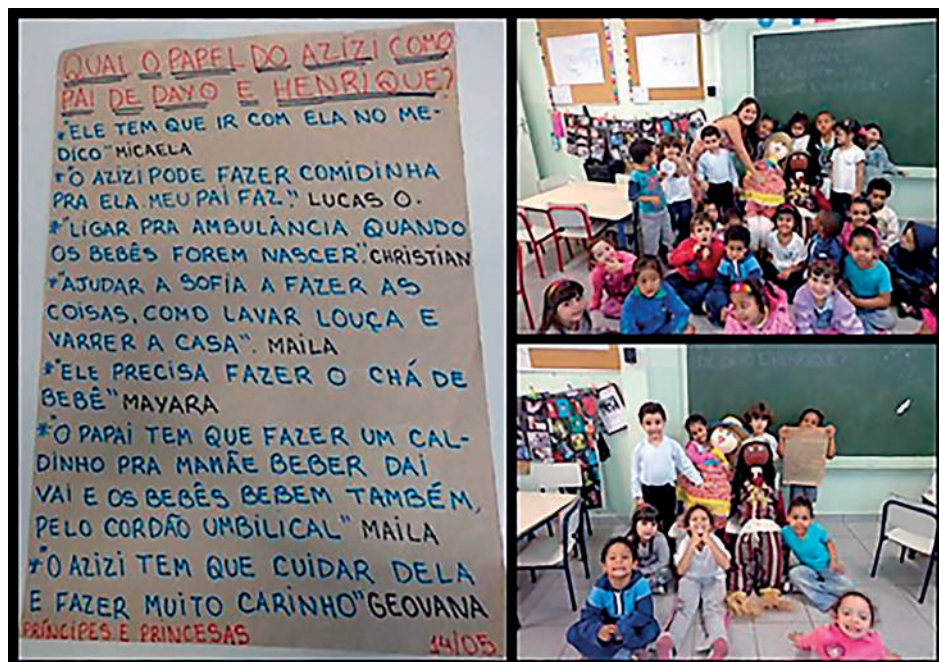
Registros matemáticos envolvendo situações-problema relacionadas ao projeto.



Onde fica o Continente Africano ?
Descobrimos a viagem de férias do
Príncipe Africano e sua família.



Pesquisa de Campo – O que é racismo?



Criação de texto coletivo sobre o papel do Papai Azizi na gravidez de Sofia (escrita literal das falas infantis).



Como serão os bebês? Conhecendo a melanina e suas funções.



Dinâmica de Leitura – Tapete Mágico – O que estes livros têm em comum ? (contos africanos, personagens negros).



Dramatização do Livro – As Sementes de Zumbi.



Recorte e Colagem – Máscaras Africanas.



Estudando a árvore genealógica da família de Azizi.





RELATOS DA JUVENTUDE

Uma experiência de valorização do
protagonismo infanto juvenil

André Wagner Rodrigues



1. O Projeto

[...] transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador [...]. (Paulo Freire)

O projeto “RELATOS DA JUVENTUDE” foi implantado na E.M.E.F. CAROLINA RENNÓ R. DE OLIVEIRA no início de abril de 2013. A ideia inicial era colher informações sobre os estudantes com o intuito de nós, professores, mudarmos as ideias e representações que tínhamos do nosso público. Na sala dos professores, era comum o posicionamento negativo dos professores em relação a muitos alunos, chamando-os de: delinquentes, rebeldes, indisciplinados (para citar os termos mais “leves”). Assim, criava-se um grande obstáculo nas relações entre professores e alunos. Estes últimos respondiam com atos indisciplinados e até de repulsa pelos professores mais “autoritários”. O resultado era um clima de hostilidade entre professores e alunos. De um lado, professores revoltados com a postura de seus alunos, “descontavam” em páginas e mais páginas do livro de ocorrências. Muitos professores estavam a ponto de desistir do magistério, inclusive constavam afastamentos médicos por depressão, pânico e outros tantos problemas que ocorriam pelo embate diário com os alunos pela tentativa de sucesso em lecionar apenas uma aula cotando com o respeito deles.

Nota-se que nos últimos tempos a INDISCIPLINA ESCOLAR se tornou um dos temas nucleares nos debates educacionais, nas relações entre pais e filhos, nas reuniões pedagógicas etc. Os comportamentos disruptivos são característicos do adolescente. Toda forma de contestação das normas, leis

e obrigações criadas pelo mundo adulto pode ser justificável na medida em que geram conflitos com os interesses dos mais jovens. Logicamente a ideia não é saudar a INDISCIPLINA como ato positivo contra as “figuras de autoridade”, entretanto o tema deve ser mais bem contextualizado.

A proposta é entender os problemas, dificuldades, aspirações, desejos e sonhos desses alunos, pois acreditamos que a mudança curricular, metodológica e de relacionamento entre professores e alunos deve partir da compreensão sobre a representação que temos (ou deveríamos ter) da juventude atual. Pensar no aluno como delinquente, irresponsável, imaturo, rebelde, não irá transformar a realidade “problemática” da sala de aula, nem tampouco almejar a transformação sociocultural destes alunos. O problema é grave e, se não houver ação e mudança, parte de uma Educação que não promove, que não transforma. Seremos parte de uma realidade estática. E as dificuldades permanecerão.

A juventude atual tem uma necessidade de expor suas vontades, desejos e aspirações. Nas redes sociais, blogs e canais de comunicação virtuais estão expressas parte dessa manifestação da juventude. Esses “NATIVOS DIGITAIS” conseguem, muitas vezes, aprender muito mais “fora” dos muros da escola do que nas salas de aula. E gostam de utilizar as mídias digitais para relatar os seus próprios dilemas. Por isso a escola pretende ouvi-los.



2. A Metodologia

A Proposta deste trabalho foi solicitar dos alunos, num primeiro momento, um registro escrito de suas memórias. Os estudantes receberam um LIVRO (um caderno de brochura) da coordenação pedagógica e

da direção da Escola. A iniciativa visa criar condições para o aluno desenvolver habilidades de pensamento (criatividade, criticidade, autonomia, análise, síntese) a partir da escrita, além de motivá-lo a refletir sobre seus próprios interesses, sonhos e conflitos.

As questões propostas pela equipe de professores versaram sobre as dificuldades de ser jovem; os problemas econômicos, sociais, culturais e ecológicos que ameaçam a vida e o planeta; as aspirações, sonhos e desejos que estão no imaginário juvenil; os gostos, estilos, ideias que são próprios da juventude. Os alunos são parte de um contexto histórico; por isso, carregam a marca de seu tempo. São sujeitos situados em um tempo de transformações estruturais que, por isso, merecem ser ouvidos e entendidos em suas particularidades.

MAY
10

A proposta do projeto "RELATOS DA JUVENTUDE"



Com as questões:

"Quem sou eu? O que gosto de fazer quando estou fora da Escola?"...

Começamos um trabalho transdisciplinar com as 7ª e 8ª séries da E.M.E.F. Carolina Rennó Ribeiro de Oliveira. Os alunos foram convidados e estimulados a descreverem um pouco de sua personalidade, gosto, opinião, etc....

A proposta é entender os problemas, dificuldades, aspirações, desejos e sonhos desses alunos, pois acreditamos que a mudança curricular, metodológica e de relacionamento entre professores e alunos deve partir da compreensão sobre a representação que temos (ou deveríamos ter) da juventude atual. Se pensarmos nosso aluno como delinquente, irresponsável, imaturo, rebelde, etc. não iremos transformar a realidade "problemática" de sala de aula e, tampouco almejar a transformação sociocultural de nossos alunos. O problema é grave e, se não partirmos para a ação e a mudança faremos parte de uma Educação que não promove, que não transforma. Seremos parte de uma realidade estática. E as dificuldades permanecerão.

A proposta foi fazer as seguintes perguntas aos jovens: "Quem sou eu? O que gosto de fazer quando estou fora da escola? O que mais gosto na escola? O que menos gosto? Se não fosse obrigatório ir à Escola será que eu iria? Quais são as minhas preferências artísticas? Na minha

opinião quais são os grandes problemas do Mundo? Se eu pudesse fazer algo o que faria? O que representa o FUNK pra mim? O que as letras e as canções me ensinam? Entre outras. Essas questões são abertas e versam sobre saberes filosóficos, sociológicos, culturais, mentais, biológicos, matemáticos, assim eles se conectam em um saber multidisciplinar. Pretende-se com essa investigação, aproveitar as respostas dos alunos para entendê-los em suas particularidades, anseios e sonhos. Acreditamos que, dessa forma, podemos contribuir para reverter o triste e alarmante estado em que a educação formal está situada.

MAY
10

Quem sou eu? O que gosto de fazer quando estou fora da Escola?



ISABELLA CRISTINA DOS SANTOS

Sou aluna da 7ª série B. Tenho 13 anos e estudo no Carolina Rennó de Oliveira. Eu gosto de sair, jogar futebol, vôlei e basquete. Gosto de fazer bagunça e adoro deixar minha casa bem arrumada para minha mãe não ficar chateada. Gosto de cozinhar, correr e ir na casa das minhas amigas. Gosto de ir na casa da minha vó para brincar com minha prima. São essas as coisas que gosto de fazer. Sou corinthiana. Adoro ver meu time jogar. Adoro ver gatos, cachorros, coelhos, papagaios, cavalos, etc. E adoro ir a museu, na represa. Meu sonho é ser veterinária. Gosto de comer pizza, estufa, bolacha... Eu tenho um gato muito fofo, seu nome é "Faisca". Tenho um cachorro muito velho e meus pais eram separados, mas enfim voltaram....é só!

Com o material produzido nos “relatos de memória”, foram feitas exposições em reuniões pedagógicas, reuniões de pais e em eventos escolares.

Alguns “relatos de memória” foram divulgados (com as devidas permissões) em blogs e redes sociais. E alguns alunos foram entrevistados e tiveram suas memórias publicadas em plataformas de divulgação de vídeos na internet.

Em sua fase inicial, o projeto busca conhecer melhor os alunos. Estes alunos são um reflexo da própria realidade social do entorno de uma escola situada numa região periférica de São Paulo, com dificuldades, carências e um histórico de problemas relacionados a violência, vícios, falta de oportunidades, entre outros.

A segunda fase do projeto foi a divulgação dos resultados obtidos junto à comunidade de pais e responsáveis, também a agentes escolares externos (diretores e gestores de outras UE's) com a perspectiva de influenciar novos projetos, para a gradativa transformação do processo de ensino-aprendizagem a serem aplicados nas salas de aulas atuais.

JUN
5

Quem sou eu? O que gosto de fazer quando estou fora da escola?



YASMIN MOHAMED SAAD EL TAGHLOBI – 8C

Tenho 13 anos e sou estudante. Meus amigos e familiares dizem que eu sou muito legal e divertida. Tenho qualidades assim como tenho defeitos. Uma das minhas qualidades é que sou verdadeira com quem é comigo, e um dos meus defeitos é que sou falsa com quem é falso comigo. Não sou nem a melhor nem a pior.

O que gosto de fazer? Pra começar quando estou fora da escola gosto de sair com minhas amigas, mexer no computador, escutar música, de preferência: "One direction" ou "Demi Lovato", assistir televisão (novelas ou seriados). Mais acima de tudo e o mais importante é que gosto de estar com minha família porque sei que quando precisar, eles estarão por perto para me ajudar...

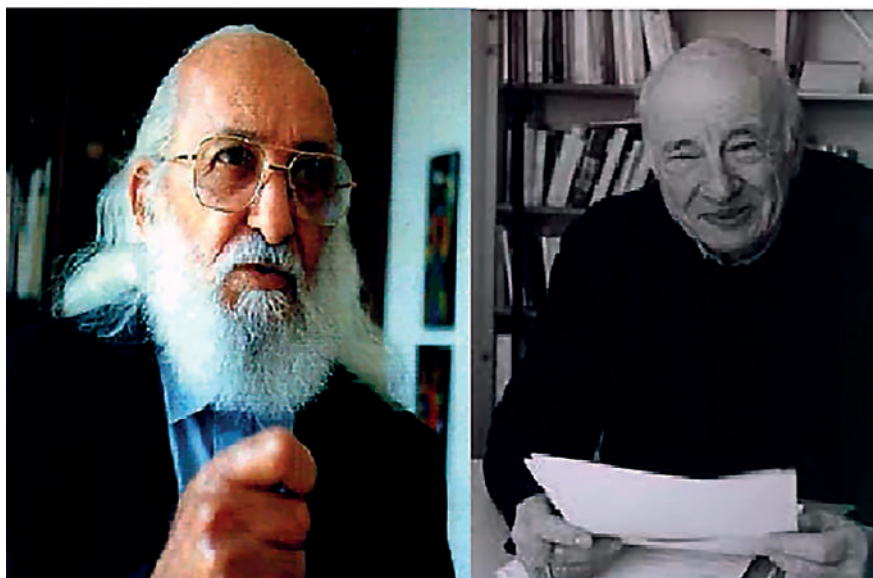
Os alunos foram convidados a responder a questões propostas por seus professores. A prática da escrita é de fundamental importância para o sucesso do projeto. Os alunos com as melhores respostas foram incentivados a digitar seus relatos e publicar no blog da escola. Eles serão convidados para uma entrevista que será registrada em um pequeno filme. Esse registro está disponibilizado em plataformas de divulgação de vídeos na internet no endereço eletrônico: <<http://www.youtube.com/relatosdajuventude>>.

A reflexão sobre as questões é dirigida pelos professores, que levam os alunos a recorrer a pesquisas e leituras, exercitando também habilidades de pensamento, tais como: criatividade, criticidade, interpretação, contextualização, abrangência, análise, síntese, etc. Os temas das questões versam sobre: os dilemas contemporâneos, a Democracia e a Isonomia, ideia sobre moral individual e coletiva, as questões políticas. A reflexão, a discussão e a exposição de seus relatos ajudam os educadores a entender que fazem parte de um todo, isto é, eles começam a reconhecer a essência de sua identidade com necessidades e sonhos que são compartilhados por muitos de seus amigos. Entendem que sua individualidade está inserida no interior de um contexto local, nacional, mundial, planetário. Dessa forma, o desenvolvimento de valores como solidariedade, humanitarismo e cooperação são desenvolvidos durante o processo.



3. Justificativa

O projeto visa à Transdisciplinaridade, isto é, a ideia de estudar os relatos dos jovens e entendê-los como seres humanos situados num contexto histórico, com dilemas locais e também globais, com carências e dificuldades próprias da vivência na periferia, seus gostos, estilos, projetos para o futuro. Para entender a juventude em sua organicidade, devemos estudar o conhecimento integral dos nossos alunos.



Tem-se como ponto de partida duas concepções teórico-metodológicas. A primeira é o pensamento do filósofo francês Edgar Morin. A sua concepção de “reforma do pensamento” é emergencial para se pensar em mudanças no currículo escolar e na postura do profissional da Educação no século XXI. Os saberes produzidos na academia e nos cursos de formação de professores servem de modelo para o currículo escolar atual. Dessa forma, visualiza-se um modelo de ensino verticalizado e separado por disciplinas. Nas escolas não há a união desses saberes e, assim, há a reprodução um saber dividido, parcelado, fragmentado. E, em sala de aula os estudantes não conseguem relacionar o que aprendem com o contexto que vivem.

A segunda concepção é a do educador Paulo Freire. Em seu livro *Pedagogia da Autonomia* aprendemos que é requisito para todo educador o “respeito pelos saberes dos educandos”. Dessa forma, não se leciona a partir de uma posição superior, de um saber erudito, sistematizado,

contextualizado àquele que não é reconhecido no processo. Nas salas de aula atualmente, ainda nota-se uma concepção de ensino-aprendizagem pautada em uma EDUCAÇÃO BANCÁRIA, isto é, de um professor que se reconhece como superior aos seus alunos (do latim *alumna* – que não tem luz), que não pensa o seu aluno como sujeito pensante e sim como submisso, temeroso, obediente. Esse aluno (ainda almejado por muitos professores) não está mais em sala de aula. O estudante do século XXI, acostumado com a informação rápida e a disponibilidade dos mais diversos recursos tecnológicos, está exigindo uma educação para além do livro didático, do conhecimento acadêmico. Uma saída para nós, educadores, é partir dos anseios, sonhos e perspectivas dos nossos estudantes.

A política pedagógica da E.M.E.F. Carolina Rennó Ribeiro de Oliveira, de maneira geral, busca em suas práticas pedagógicas unir professores e alunos visando o bem comum: uma Educação de qualidade, em que há respeito e cooperação no processo de aprendizagem. O projeto “Relatos da Juventude” também tem essa preocupação. Acredita-se que valores como solidariedade, cooperação, respeito mútuo (que estão gradativamente sendo esquecidos nas relações sociais) devam ser norteadores nas relações que acontecem no espaço escolar.

Crianças, adolescentes, jovens e adultos são sujeitos históricos situados num tempo de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Dessa forma, representam-se como espelho do nosso tempo presente, com problemas, aspirações, desejos e ambições. Todos precisam ser ouvidos e entendidos em suas particularidades.

Entender o indivíduo é o primeiro passo para propor medidas no projeto pedagógico da Escola pensando na mudança gradativa do relacionamento entre alunos, professores, funcionários e gestores no espaço

escolar. A ideia inicial é entender melhor as crianças e adolescentes que estão inseridos na escola atualmente, dessa maneira, intenciona-se propor uma nova ideia de ensino e aprendizagem. Uma Educação que deve partir dos anseios de seu próprio público. Que esteja vinculada às novidades informacionais e tecnológicas do nosso tempo. O projeto, nesse sentido, colabora com a educação integral de seus alunos, pois tem a missão de incentivá-los a produzir conhecimentos que são inerentes à sua identidade, isto é, partem do princípio de seguir na contramão do saber escolar dividido em disciplinas que geram um conhecimento parcelar, desconectado, disjunto, do que é o ser humano.

As políticas públicas valorizam, cada vez mais, uma Educação gratuita e de qualidade a todos. Dessa forma, amplia-se a inauguração de novas escolas, a contratação de novos professores, o incentivo a práticas de ensino que sejam inovadoras, entre outros. Entretanto, esquece-se de valorizar e incentivar a mudança estrutural da Escola. A Escola atual, da maneira que ainda sobrevive, está longe de garantir um ensino de qualidade a sua clientela. O modelo que temos de Educação formal foi inaugurado no século XVII e ainda é a via de acesso para a transformação social de nosso país entretanto, com as transformações na área comunicacional e tecnológica do nosso tempo, não consegue oferecer ao jovem uma possibilidade de aprendizado que seja mais interessante daquilo que está disponível nas redes sociais, vídeo-games, internet (para citar pouquíssimos exemplos). E assim, cada vez mais, multiplicam-se os casos de indisciplina, evasão, violência entre alunos e professores etc.

RELATOS DA JUVENTUDE - projeto Transdisciplinar

por André Wagner Rodrigues



Realizaremos um trabalho de entrevistas escritas e orais. A juventude atual tem uma necessidade de expor suas vontades, desejos e aspirações. Nas redes sociais, blogs e canais de comunicação virtuais estão expressas parte dessa manifestação da juventude. Esses alunos "NATIVOS DIGITAIS" conseguem, muitas vezes, aprender muito mais "fora" dos muros da escola do que nas salas de aula. E gostam de utilizar as mídias digitais para relatar os seus próprios dilemas. Por isso pretendemos ouvi-los.

Proposta: Será solicitado dos alunos, num primeiro momento, um registro escrito de suas memórias. Será entregue aos alunos um LIVRO (um caderno de brochura), que será chamado de

"RELATOS DE MEMÓRIAS" com algumas questões (que versam sobre assuntos e temas transdisciplinares) que serão criadas pelos próprios professores. A iniciativa visa criar condições para o aluno desenvolver habilidades de pensamento (criatividade, criticidade, autonomia, análise, síntese) a partir da escrita, além de motivá-los a refletir sobre seus próprios interesses, sonhos e conflitos.

As questões que serão propostas pela equipe de professores versarão sobre as dificuldades de ser jovem; os problemas econômicos, sociais, culturais e ecológicos que ameaçam a vida e o planeta; as aspirações, sonhos e desejos que estão no imaginário juvenil; os gostos, estilos, ideias que são próprias da juventude. Os alunos, pensamos, são parte de um contexto histórico, por isso, carregam a marca de seu tempo. São sujeitos situados num tempo de transformações estruturais que, por isso, merecem serem ouvidos e entendidos em suas particularidades.

Com o material produzido com seus relatos de memória, faremos exposições em reuniões pedagógicas, de pais e em eventos escolares.

Alguns "relatos de memória" serão divulgados (com as devidas permissões) em blogs e redes sociais. E alguns alunos serão entrevistados e terão suas memórias publicadas em plataformas de divulgação de vídeos na internet.

4. Potencial de Impacto

Este projeto pode influenciar investimentos diversificados e baratos ligados à política pública na Educação atual. Em nossa visão, se ainda não podemos pensar em outro modelo educacional, precisamos, ao menos, conhecer a nossa juventude atual. A geração de professores e professoras que se formaram nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 estão acostumados com um modelo educacional que era reflexo das transformações estruturais do próprio período. Dessa forma, estão distantes do que as novas gerações de alunos inseridos nas escolas atuais necessitam. A nova geração de alunos do final da década de 1990 e,

principalmente, do século XXI chamados “Nativos Digitais” por muitos educadores, precisam ser motivados para um novo modelo educacional, mais próximo de suas demandas e desejos. O projeto pretende seguir nessa direção. Conhecer os jovens é o primeiro passo.



Resultados

O que percebe-se hoje é que as conversas nas salas de professores já são diferentes. Há um clima de maior compreensão da juventude atual e há os pensamentos em mecanismos que possam ser úteis para equilibrar as relações sociais positivas com o nosso público. Por outro lado, o projeto nos mostra que ouvir os alunos é premissa fundamental para fazê-los autores de sua própria história. Durante esses meses, percebeu-se que os alunos estão mais participativos, críticos e autônomos. Eles percebem que podem mudar os rumos de suas próprias vidas, na medida em que percebem que podem ser os “porta-vozes” da juventude atual. Os alunos que participam, relatam suas impressões sobre os problemas cotidianos, a importância ou não da Escola, o *bullying* e os seus impactos negativos, a reflexão sobre a cultura do *funk* na periferia etc... Estão mostrando a nós professores e também aos adultos em geral que não é possível em Educação de qualidade se não fizermos de nossos alunos coautores das aulas. Nos aproximarmos de nosso público nos torna professores mais íntimos, amigos e, assim, mais respeitados.

Sabemos que o projeto está ainda em fase inicial, mas ele mostra que temos potencial para mudar a realidade da escola, primeiramente, e de outras, num futuro próximo.

A Escola atual carece de uma maior democratização das relações entre alunos, professores, funcionários e gestores. Uma escola que se quer democrática deve, saber ouvir os seus principais agentes, isto é, OS ALUNOS!

Os resultados quantificáveis de nosso projeto são:

1. A diminuição dos registros de ocorrências.
2. Uma mudança da representação de nós, professores, para com o nosso público.
3. Maior autonomia, criticidade e participação dos alunos nas aulas.
4. Relações sociais mais amistosas nas salas de aula, na Escola e fora dela.
5. Uma compreensão maior de ser professor nos tempos das transformações ocasionadas pela tecnologia e informação.

Para maior esclarecimento sobre o projeto, visitem o blog da escola:
<<http://emefcarolinarenno.blogspot.com.br/>>





PROJETO AMBIENTAL

Córrego Limpo, Comunidade Viva!

Simone Lucia Silva Aguiar





1. O Projeto

O Projeto Ambiental Córrego Limpo, Comunidade Viva! surgiu da necessidade de preservação de um dos patrimônios ambientais ainda existente no bairro Jardim Boa Vista, o Córrego Itaim. Córrego que, ao longo do tempo, foi sendo esquecido pelas políticas públicas de conservação e preservação ambiental. O abandono, caracterizado também pela inexistência de políticas voltadas para o descarte correto dos resíduos e de limpeza periódica do córrego, contribuiu para que este local fosse sendo utilizado pela população como área de descarte dos resíduos comerciais e domésticos. Em épocas de chuva, o Córrego Itaim transborda provocando alagamentos e enchentes prejudicando principalmente os moradores das ruas que ficam próximas ao seu leito como as Ruas Geraldo Lopes, Garcia de Sousa e Frutuoso Coelho.

O Córrego Itaim fica ao lado da Escola Pública Municipal de Ensino Fundamental Solano Trindade. Por conta da grande importância (ambiental, cultural, histórica e social) que o córrego Itaim tem na memória da comunidade do Jardim Boa Vista passou a fazer parte do Projeto Político Pedagógico da escola.

A partir do trabalho de formação docente que toma por base a construção do conhecimento sobre o contexto, da identificação conjunta dos dramas e a construção de objetos compartilhados (LIBERALLI, 2010) a escola, em parceria com a comunidade, passou a realizar ações educativas ambientais conjuntas.

As ações educativas ambientais visam conscientizar a população e autoridades para o problema da poluição e das enchentes do Córrego Itaim e também para a necessidade de construção de um Parque Linear em suas margens. A construção do Parque Linear seria a forma de resolver o problema da poluição e das enchentes, que acarretam sérios

prejuízos à saúde das pessoas e ao meio ambiente. O parque também trará para o bairro a possibilidade de revitalização de toda a área ao redor do córrego, melhorando a qualidade de vida da comunidade, que passará a contar com espaços adequados para a prática de atividades esportivas, culturais e de lazer.

Ao longo do ano letivo são realizadas ações conjuntas, envolvendo toda a comunidade escolar, profissionais da Unidade Básica de Saúde do Jardim Boa Vista, instituições locais e moradores do bairro.

O Córrego Itaim, antes esquecido, passou a ser símbolo de luta em defesa da dignidade humana e da garantia de direitos para toda a comunidade do Jardim Boa Vista. Por meio de ações educativas ambientais, a escola pretende continuar o processo de mobilização, engajamento e sensibilização da comunidade e das autoridades.

A escola Solano Trindade não pode ignorar a existência de um córrego poluído que passa pela escola e atravessa a comunidade, pondo em risco a saúde e a dignidade dos seus alunos, familiares, moradores e trabalhadores do bairro (BRASIL, 2002). Também não pode esquecer sua própria história e memória visto que também foi fruto de reivindicação dos moradores na década de 1980. No passado, moradores se organizaram e exigiram a construção de uma escola pública de ensino fundamental. Desta forma, a escola Solano Trindade faz parte desse importante processo de mobilização popular em defesa de direitos básicos. Segundo relato de antigos moradores uma das primeiras diretoras da escola, senhora Maria Antônia, buscava incentivar a aproximação entre a escola e a comunidade, em uma época em que não era tão necessária a existência de um muro para delimitar espaços, já que a escola fazia parte da comunidade. Uma escola que nasce em uma comunidade nunca deixa de ser da comunidade. Isto explica o enorme carinho e o grande respeito, ainda tão vivo, vindo dos ex-alunos e dos antigos moradores

do bairro. Em nome desse passado, a escola não poderia deixar de fazer parte da conquista de novos sonhos da comunidade.

Grande parte das conquistas do bairro Jardim Boa Vista só ocorreram por causa de mobilizações, do trabalho conjunto e da organização popular (BORDENAVE, 2002). Foi assim para conseguir a criação e legalização dos loteamentos; para conseguir a primeira linha de ônibus; a construção da primeira escola pública de ensino fundamental que inicialmente passou a funcionar em um barracão de madeira (atual escola Solano Trindade) ; para construção da creche (Centro de educação infantil) ; para fechar a pedreira que existia no bairro ; para obtenção de asfalto, do esgoto e da canalização da água; para construção de um novo prédio para a escola de educação infantil; a construção do Posto de Saúde (Unidade Básica de Saúde do Jardim Boa Vista)... Isto significa que o mesmo processo de mobilização popular precisa ser feito para que possa ocorrer a realização de um projeto de Parque Linear para o bairro, às margens do córrego Itaim que carinhosamente é chamado pela população de córrego Morumbizinho.



Ações educativas ambientais que ocorreram na escola solano trindade e no Bairro Jardim Boa Vista nos anos de 2010 e 2013

Ação educativa ambiental: *Todo lixo vira arte*

Na Ação Educativa Ambiental “Todo lixo vira arte”, a ação contou com a participação de mais de cinco mil pessoas e a divulgação em rede nacional no Jornal Hoje. Neste sentido, o impacto aconteceu em nível

nacional, visto que pessoas de outros estados puderam acompanhar ao vivo a ação. O site Amigos da escola, cujo tema era a escola e a comunidade, também fez a divulgação.

A ideia da ação foi realizar uma singela representação da grande festa que iria ocorrer no dia da inauguração do Córrego (Futuro Parque Linear). O evento iniciou com a instalação do símbolo da campanha (um boneco gigante) junto ao córrego. Este boneco foi construído com objetos identificados durante as atividades de observação do cenário (o córrego) e a partir da reflexão sobre o lixo (resíduos) descartado nele. Crianças e adolescentes mostraram que, a partir de uma ação educativa, todo lixo poderia virar arte e que toda arte expressava uma ideia. Após a instalação, os alunos realizaram uma caminhada solidária junto com profissionais (representantes dos equipamentos existentes no bairro), famílias e moradores, convidando todos os moradores do bairro a participar da grande festa de inauguração do córrego (festa de inauguração simbólica). Esta caminhada solidária foi organizada por alas, tal como nos desfiles de escola de samba. Cada ala representava uma linha do tempo, com um pouco da história do bairro, suas lutas, conquistas e desejos. A caminhada passou por pontos estratégicos, com a intenção de homenagear os moradores, as instituições, as associações e os parceiros. A última ala foi a dos sonhos. Esta ala representava os desejos de todos os alunos em relação à revitalização de toda a área ao redor do córrego. Estes desejos foram representados por desenhos, falas e produções. O ponto de encontro da caminhada foi em frente ao córrego. Neste momento, os alunos fizeram uma intervenção performática expressando, por meio da linguagem teatral, o projeto coletivo de utilização deste espaço, antecipando a grande festa de comemoração que, provavelmente, aconteceria na inauguração do parque linear, tão ansiosamente aguardado pela comunidade.

Ação educativa ambiental: *Corrida pelo córrego*

Na Ação Educativa Ambiental Corrida pelo Córrego, a escola, junto com a comunidade e as instituições locais, planejou uma corrida pelos arredores do córrego e um abraço solidário. Crianças e adolescentes moradores do bairro se inscreveram na corrida ambiental pela preservação e despoluição do córrego. A intenção desta ação era mostrar a importância de criar na comunidade um espaço para a prática de esportes como forma promotora de saúde e qualidade de vida. A ideia foi transformar o espaço que era visto como um cenário de descarte, descaso, abandono e de enchentes em um espaço revitalizado para caminhar, correr e realizar atividades esportivas. Ao término do evento, todos os corredores receberam medalhas e certificados de honra ao mérito pela iniciativa de correr em prol de uma causa tão nobre como a preservação ambiental de córregos e nascentes. Após a corrida e a premiação dos corredores, todos participaram do abraço solidário ao córrego, incentivando práticas de solidariedade, união, cultura da paz e sentimento de amor e pertencimento ao local onde se vive e de respeito ao meio ambiente.

Ação educativa ambiental: *Xeque-mate pelo córrego*

Na Ação Educativa Ambiental “Xeque-mate pelo córrego”, a escola, junto com a comunidade escolar, os moradores e as instituições locais, construíram um tabuleiro gigante e um jogo de xadrez humano. Os alunos da escola e os professores elaboraram uma peça teatral sobre o córrego. A intervenção performática ocorreu na rua do córrego, transformando o cenário (abandono, descarte, descaso e de enchentes) em um espaço revitalizado e transformado em espaço cultural. Após a apresentação, todos os moradores tiveram a oportunidade de aprender a jogar xadrez

com os alunos do Projeto Xadrez. A ideia é construir uma cultura de jogar xadrez na rua, em praças e parques. Esta iniciativa faz parte de uma das atividades que serão propostas para o parque linear, a cultura do xadrez jogado na rua em praças e parques, como já vem acontecendo em outras regiões de São Paulo.

Ação educativa ambiental: *Cinema pelo córrego*

Na Ação Educativa Ambiental “Cinema pelo córrego”, a ideia foi projetar na rua, em um telão, as imagens e vídeos do bairro em épocas de chuva e de enchente para que a comunidade, em um processo de reconstrução das memórias, possa compreender a importância de continuar lutando por melhorias para o bairro. Foi projetado também um vídeo produzido em parceria pela escola Solano Trindade e pela Unidade Básica de Saúde do Jardim Boa Vista, em que as instituições locais e os moradores mostraram todo o trabalho realizado, tendo como pano de fundo as imagens da corrida pelo córrego, com a aclamação do Manifesto elaborado. Foi um vídeo que emocionou e continua emocionando a todos.

A partir dessas e de outras mobilizações envolvendo a escola, as instituições locais e os moradores, o bairro conquistou algumas melhorias:

- a) elaboração de um projeto de parque linear para o bairro e a inclusão deste nas intenções da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente;
- b) divulgação em rede nacional;
- c) plantios de mudas;
- d) maior atenção às vielas;
- e) colocação de lombadas;

- f) pintura de faixas de pedestres;
- g) melhoria e ampliação da iluminação pública;
- h) cancelamento da cobrança da taxa de iluminação pública para as residências localizadas em áreas sem iluminação pública ou com iluminação precária;
- i) limpeza periódica do Córrego Itaim e retirada dos resíduos depositados em seu leito e margens;
- j) instalação da rede de esgoto nas ruas próximas ao córrego (Rua Geraldo Lopes, Rua André Dias, Rua Garcia de Sousa e Rua Frutuoso Coelho).

Essas conquistas reforçam a necessidade de investimento em Educação Ambiental e a conscientização não apenas dos moradores como também das empresas e órgãos públicos. Cabe às escolas a inclusão destes temas em seus projetos. Além disso, a responsabilidade com a formação das gerações futuras e a preservação do patrimônio brasileiro (cultural e ambiental) precisa estar na pauta de todo e qualquer projeto.

Por conta de tal relevância (passada, presente e futura), a Escola Municipal de Ensino Fundamental Solano Trindade considera o Córrego Itaim estudo relevante para a comunidade do Jardim Boa Vista. A temática Meio Ambiente tem sido uma das preocupações principais do Projeto Político Pedagógico, para que se diminua a preocupação com outros problemas como a violência, a evasão, a repetência, a prática de *bullying* e o abandono social da infância e adolescência. A escola trabalha no processo de conscientização, formação, prevenção, preservação, educação... e não com questões de intervenção que sejam da responsabilidade de outras instituições (família, sociedade, órgãos públicos e empresas).

A escola Solano Trindade representa um papel muito importante no bairro Jardim Boa Vista. Em primeiro lugar, faz parte da história de luta e das conquistas; em segundo, possui, dentro e fora dos seus muros, um grande patrimônio ambiental (córrego e mais de 100 espécies arbóreas); em terceiro lugar, tem trabalhado na construção de um ambiente voltado para a preservação da história e da memória do bairro (memorial inaugurado em 03/12/2011). A escola tornou-se uma referência, não apenas para o bairro como também para nossa cidade e país.

É interessante perceber que, neste mesmo contexto, que impõe limites à ação escolar e formadora da escola, os profissionais da educação encontram também possibilidades para superação e transformação da atual situação escolar a partir de um trabalho educativo-pedagógico, que considera todos os recursos materiais e humanos existentes (dentro e fora dos muros da escola). Eles constroem não apenas uma escola, mas uma rede de apoio à aprendizagem do educando.

É com o fortalecimento deste trabalho de parceria que a escola Solano Trindade, apesar de todas as dificuldades que cotidianamente impedem o trabalho docente, tem conseguido superar seus limites e alcançar o sucesso em seus projetos. Fato que comprova não apenas que a direção está certa, mas também o jeito de caminhar. Porque o processo de ensino-aprendizagem não é algo que se faz sem norte ou sozinho.

Não pode haver qualidade em um tipo de ensino/saber/conhecimento que não ajude o ser humano a construir para si, para o outro e para o mundo novas possibilidades neste universo infinito e permanente de busca pela humanização.

No término do primeiro semestre de 2012, durante o período de férias dos alunos, foi possível perceber algumas mudanças no bairro e alguns eventos ocorridos nos fins de semana que acabaram não apenas

modificando a rotina local como também o rendimento escolar e a frequência dos alunos. Logo no início do segundo semestre foi possível perceber uma agitação maior por parte dos alunos e alguns casos de abandono escolar. O bairro estava mudando e as crianças e jovens foram acompanhando todas essas mudanças.

No entanto, foi possível perceber também o surgimento de novos movimentos culturais que revelaram e fortaleceram a criatividade, a arte, a expressão e a ousadia de se desejar algo bem diferente de tudo aquilo que comumente estava sendo ofertado às crianças e jovens (violência/drogas). A escola entende tal iniciativa cultural como uma verdadeira arte de resistência contra todo tipo de violência que nega e viola direitos a determinada parcela da população mais vulnerável como é o caso da criança e do adolescente. Um destes movimentos culturais foi a Vie-lada Cultural ocorrida no Morumbizinho. Quando o tema da violência é abordado na escola ou no bairro é comum surgirem ideias de um tipo de segurança relacionada a um efetivo maior de policiamento. A violência é o que sobra quando tiram do ser humano sua identidade social, seus direitos, seu valor e sua dignidade. Uma das formas que a escola Solano Trindade encontrou para reverter esta situação foi investir na construção do vínculo social que foi sendo perdido no processo de urbanização e exploração do trabalhador. Criando atividades de reconstrução das memórias da escola e do bairro, incluindo no currículo a educação em Direitos Humanos, discutindo temáticas como valores, qualidade de vida ambiental, identidade e cidadania. Incentivando e promovendo práticas esportivas, artísticas culturais na escola e na comunidade. E a formação docente com foco no conhecimento do contexto, na identificação de dramas e na construção coletiva de objetos compartilhados.

Construir uma rede de proteção integral no território continua sendo um grande desafio, assim como toda e qualquer luta em defesa dos

direitos das crianças e jovens no bairro. Por isso, uma das frentes contra a violência e as drogas tem sido a luta pela construção deste parque linear, para que seja possível o desenvolvimento econômico do bairro, a revitalização de toda a área ao redor deste córrego, a valorização dos imóveis e a aquisição de equipamentos de cultura, esporte e lazer para toda a população.



Manifesto do Projeto Ambiental ***Córrego Limpo, Comunidade Viva!***

Planejamos nossas memórias e as guardaremos no memorial de nossa existência. As imagens serão nossas. Chegou a hora de limparmos novamente o barro vermelho das nossas botas. Atravessar a rodovia, esta linha divisória, esta estrada que possibilita acesso dos que simplesmente passam e que impede o caminhar dos que estão com os pés sujos de barro do passado.

Já passou! O asfalto nos leva a novos caminhos de possibilidades. Não permitiremos mais que nossos dejetos, dessa dignidade nossa, sigam na direção de um córrego sem margens arbóreas, sem nascente, sem passagem ou sem desembocadura. Queremos seguir nossa viagem, não queremos parar. Já caminhamos até aqui e voltar ao barro é impossível.

Vamos transbordar!

Vamos fazer como o córrego, vamos entrar em todas as casas e pedir socorro. Se for preciso, devolveremos os desejos de nossa dignidade de volta e todo o lixo do esquecimento, porque não temos passagem.

Avisem às autoridades, vamos transbordar!

Não queremos mais levar a vida de quem se lança para salvar um cachorro arrastado pela correnteza.

Vamos transbordar!

Porque queremos devolver aos homens suas perdas.

Vamos transbordar!

Porque precisamos passar e nos impedem.

Não sabemos onde nascemos. Apagam nosso início como borracha que apaga um simples erro no papel.

Passam por nós como se não existíssemos e mostram imagens de São Paulo, ou será da Noruega? Se realmente forem da nossa cidade por que nunca estamos nelas ?

Vamos transbordar!

E não precisamos das águas de março e nem das de janeiro porque nossas enchentes serão de sonhos.

A intenção agora é de preservação da memória para que seja possível apresentar o córrego (como ele é hoje) para as gerações futuras (filhos, netos e bisnetos) como um símbolo de vida.

Símbolo de vida porque o Córrego poluído (aparentemente morto) foi capaz de despertar nas pessoas (de interesses e características tão diferentes) sentimentos, atitudes e desejos nobres como: Solidariedade humana, qualidade de vida ambiental, equidade, união, paz e dignidade.

De córrego-desvalorização, córrego-injustiça, córrego-violência, córrego-abandono, córrego-descaso para córrego-professor, córrego-escola, córrego-saúde, córrego-ser humano, córrego-comunidade. Revitalizado e transformado, por nós, em córrego-símbolo de luta, pela humanização das pessoas; córrego-união; nosso córrego-sonho. Lutar por ele é lutar

pela vida que há em cada um de nós, às vezes adormecida. Vida que dorme, diante da injustiça social. Vida que acorda, com a indignação.

Hoje, na maior metrópole do hemisfério sul, nos reunimos na unidade básica de saúde e falamos sobre córrego poluído e sobre enchentes. Amanhã, este cenário não será mais o mesmo. Em breve, estaremos nos reunindo numa praça, tal como na antiguidade, antes deste tal progresso.

Iremos fazer juntos uma caminhada, andar de bicicleta, fazer um piquenique, aprender a jogar xadrez e conversar sobre novos sonhos. As crianças e os jovens irão praticar atividades esportivas, jogarão bola, farão cestas e saques nas quadras do parque. Andarão de bicicleta, de *skate*, patins ou brincarão no parquinho. Rolarão na grama, comerão pipoca, algodão doce ou maçã do amor. Irão brincar de batata-quente, sentados nos bancos do parque. Darão muitos chutes e toda a comunidade poderá ver o balançar das redes e ouvir o grito da vitória, GOOOOOL!

Ontem, hoje e amanhã uma coisa é certa, o córrego estará sempre lá, atravessando todo o bairro. Ele é a herança que deixamos. Ele será também, amanhã, lembrança do que somos hoje: Uma comunidade VIVA!

Por mais que queiram nos convencer (com atos constantes de injustiça, esquecimento, abandono, descaso e descarte) que nada somos e não passamos de um simples córrego morto e poluído, que fica na divisa do município, local para onde os governantes destinam todos seus lixos de esquecimento.

Se acham que somos merecedores desse lixo, já está na hora desta maior metrópole do hemisfério sul aprender com as escolas, que o lixo vira arte; aprender com a escola de samba Sai da Frente, que o lixo vira luxo; aprender com a unidade básica de saúde, que o lixo possibilita união entre todos; aprender com os moradores do bairro, que lixo é

vida; aprender que qualidade de vida ambiental é também direito das pessoas que moram no bairro Jardim Boa Vista.

Finalizamos este manifesto dizendo que não são os problemas, as dificuldades e os sofrimentos que promovem a solidariedade, a união e a cultura da paz. O que promove tudo isso são os sonhos.

Convidamos a cidade de São Paulo, as autoridades, o país e o mundo a sonhar junto conosco um mundo melhor para todos. Porque não há, na história deste bairro e na história da humanidade, um sonho que, se sonhado junto, não tenha promovido mudanças. Avisem às autoridades.

O Jardim Boa Vista Transbordou!



Enchentes de sonhos: solicitação de construção de um parque linear às margens do Córrego Itaim

Com o objetivo de mudar as condições de vida no bairro, oferecer mais dignidade e ampliar a qualidade de vida ambiental da população. Mudar a vida das pessoas, minimizando os efeitos negativos provocados pelas enchentes. Mudar este cenário marcado por inúmeras tragédias e promover o beneficiamento dos imóveis e de toda a área.

Ações educativas necessárias

Não basta apenas construir um Parque Linear é preciso implementar uma campanha permanente de conscientização ambiental para mudança de comportamento social em defesa da vida e do meio ambiente.



A comunidade do Jardim Boa Vista irá ajudar a Subprefeitura no marketing social e na campanha de conscientização da população, como já vem fazendo através da Campanha Córrego limpo, comunidade viva:

- a) ajudando na divulgação em todas as instituições, comércios do bairro e em locais de concentração de público.
- b) trabalhando na conscientização e educação ambiental da população diretamente beneficiada.;
- c) despertando nos moradores o interesse em ajudar a cuidar do córrego intensificando palestras de educação ambiental.
- d) Solicitações feitas pela Escola Solano Trindade.
- e) registrar através de imagens fotográficas e em vídeo todos os passos do projeto, orientando e instruindo os moradores da importância de preservação do meio ambiente.
- f) imagens aéreas do Córrego Itaim (nascente, desemboca e passagem) através de sobrevoo no córrego.
- g) cópia dos materiais para doação ao Memorial Solano Trindade inaugurado na escola em dezembro de 2011, aberto ao público. Espaço criado com objetivo de preservar a história e a memória da escola e do bairro.



Potencial de impacto

As ações educativas ambientais, realizadas pela escola em parceria com a comunidade e instituições locais, tiveram forte impacto na comunidade e também no país, pois houve repercussão nacional.

Essas ações possibilitaram à escola a ampliação do olhar sobre o contexto, aproximando-a cada vez da sua comunidade, fortalecendo

tanto os horários coletivos de formação como principalmente a melhoria da prática pedagógica, o protagonismo juvenil e o empoderamento dos espaços públicos existentes na comunidade que viviam em estado de abandono e esquecimento, a valorização local e o reconhecimento do poder criativo, da gestão social por parte dos alunos, profissionais e moradores e a construção de trabalho de parceria entre a escola e as instituições locais, envolvendo os alunos e familiares nos projetos desenvolvidos pela escola.

Com relação à formação pedagógica, a escola colocou em pauta a preocupação com o estudo do contexto escolar como uma estratégia positiva de intervenção na realidade, possibilitando aos profissionais a identificação de outras ferramentas de gestão social existentes nos espaços de atuação. Estes espaços agem em defesa da garantia dos direitos e da perspectiva de uma formação integral, direito de crianças e jovens, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Normas cogentes, de ordem pública, que devem ser cumpridas e estão em conformidade com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Os alunos participaram ativa e criativamente nas atividades, além da composição de poesia e músicas inspiradas no tema. A expressão de ideias por desenhos foi inspirada pelo sonho de morar em um local melhor, mais arborizado, mais limpo, menos poluído e com mais infraestrutura – com espaços de lazer (praças, parque e brinquedos infantis), espaços culturais (teatro de arena para apresentação de shows organizados pelos próprios moradores e artistas locais), práticas de atividades esportivas (pista de *skate*, ciclovias, quadra de basquete, quadra de futsal, quadra de vôlei) e equipamentos de ginástica e local apropriado para caminhadas, além de tabuleiros de xadrez e mesas de jogos. O local também deve ter um espaço para atendimento e orientação sobre Direitos Humanos (conselho local) ou CAPS Infantil (para atendimento

de dependentes químicos). O grêmio passou a participar de reuniões com outros grêmios e também de diálogos e debates sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.

Crianças e jovens, sujeitos de direitos, passaram a opinar sobre os problemas pertinentes ao local onde moram:

O meu bairro eu acho ele muito legal mais nele tinha que melhorar muitas coisas... melhorar o esgoto... mais parques, podia ter mais pracinha... ajudar na poluição e não ficaria jogando esse lixo no chão... e o bairro todinho ficaria feliz com essas mudanças no nosso Jardim Boa Vista.

Eu moro no Jardim Boa Vista eu queria que no bairro mudasse o córrego, ficasse mais limpo.

O que eu sinto falta no bairro é que o córrego fica aberto, queria que tampasse, assim poderia jogar bola, andar de bicicleta etc.

Jardim Boa Vista... poderíamos dizer que ele é um bairro legal, bonito e engraçado, mas se nós não tivermos limpeza com a natureza, carinho pelo bairro, nosso bairro nunca vai ser limpo. Eu queria que o meu bairro mudasse o modo que umas pessoas são, o modo como eles tratam o bairro e a natureza porque se preservar o bairro você estará ajudando a natureza e o seu bairro e ou de outro bairro.

Eu queria mudar a área de lazer em cima do rio... uma ponte e em cima da ponte por quadra de vôlei, quadra de basquete, de futebol e de ping pong... e em volta da ponte fazer uma pista de bicicleta e com faixa de pedestre

e lombada e limitar a velocidade de 20 km. Vários bancos para sentar e também um lugar para os esquiteistas...

O bairro onde eu moro se chama Jardim Boa Vista. Bom ele tem coisa que eu gosto e que eu não gosto... e uma das coisas que eu gosto é das datas comemorativas que fazem festas e dos brinquedos para as crianças pequenas. Uma das coisas que eu não gosto também é do rio que tem ao lado da escola porque às vezes tem enchente pelo bairro e os matos estão muito grandes.

No meu bairro eu gostaria que mudasse... o córrego limpo... queria que tivesse mais parquinho para as crianças pequenas, mais limpeza nas ruas e mais árvores, pra mim o bairro é bem legal, mas pra mim tá precisando de alguns ajustes.

Estes recortes, tirados de produções textuais de alunos, revelam o quanto as crianças e os adolescentes desejam participar ativamente das discussões e reflexões sobre o local onde moram. Nada do que foi citado nesses discursos é impossível, e sim está no nível do direito. A escola, por meio do projeto, procura dar voz a esta parcela da população comumente silenciada e pouco ouvida no processo de elaboração de Políticas Públicas voltadas para este público. O combate à violência faz parte da percepção e do conhecimento de tais anseios e da garantia do cumprimento de tais direitos.

Para a comunidade, houve uma mudança na cultura local, a utilização dos espaços (que são cenários de enchentes, de abandono e de descarte de resíduos) para a realização de atividades promotoras de saúde e produção cultural. As atividades propostas foram: corrida pelo

córrego, cinema no córrego, caminhadas solidárias, jogos de xadrez. Além do desejo da construção de um parque linear às margens do córrego, que estava ficando cada vez mais esquecido e abandonado. Foram elaborados documentos importantes, como o Manifesto, o mutirão para colher assinaturas de apoio ao Manifesto e um projeto de parque linear pensado por crianças e jovens (desenhos). Todo o material produzido coletivamente foi entregue na Subprefeitura do Butantã.

Houve uma sensibilização da população que mora em outros estados do país para os problemas que afetam essas pessoas, além de uma identificação com a causa e apoio a ela.

Com estas ações, o poder público pôde identificar com mais facilidade as necessidades e demandas existentes no território. A subprefeitura passou a realizar regularmente a manutenção do córrego. A empresa SABESP realizou a ligação do esgoto nas ruas próximas ao córrego. A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente realizou plantio de mudas e divulgou em seu site proposta futura de construção de um parque linear.

A maior aprendizagem foi perceber que o que promove solidariedade, união e cultura da paz não são as perdas e os sofrimentos, e sim os sonhos.



Perspectivas de continuidade

O Projeto Ambiental Córrego limpo, comunidade viva é uma campanha permanente de conscientização. A preocupação com a educação ambiental é dever de toda instituição voltada à sustentabilidade do planeta.

A escola pretende realizar novas ações educativas e dar continuidade a todo o trabalho de discussão coletiva dos problemas existentes no bairro, além da pesquisa sobre o contexto, observação e acompanhamento dos espaços escolhidos como objetos de estudo. Pretende também procurar uma maneira de conseguir as imagens aéreas de toda a bacia (nascente, passagem e desembocadura do córrego), visando ao conhecimento e à preservação da história e da memória. Esses materiais serão doados ao acervo do Memorial (que foi construído na escola em 2011 com o propósito de preservação da memória da escola, dos profissionais, do patrono e do bairro). A escola pretende intensificar atividades educativas, por meio das diversas expressões (artísticas, esportivas, culturais e de saúde), com o propósito de envolver as crianças e os jovens na prática cidadã, visando à garantia dos seus direitos como ser humano em processo de formação. Deve realizar outros projetos com foco no descarte dos resíduos e buscar parcerias para o trabalho de reciclagem e coleta seletiva.

A escola Solano Trindade pretende continuar participando das reuniões mensais da Rede Boa Vista e também das reuniões semanais dos moradores. Participará junto com estudantes e moradores das audiências públicas e das reuniões de órgãos ligados à questão do meio ambiente. A educação em Direitos Humanos continua fazendo parte do currículo da escola e tem orientado o planejamento de projetos interdisciplinares. Mesmo que tais iniciativas ainda não sejam suficientes para a formação de uma cidadania ativa e para a experiência de uma gestão escolar realmente democrática entendemos que trazer para o espaço escolar tais discussões contribui também para a desconstrução da ideia de que fazem parte apenas do campo do discurso político partidário, forma encontrada de desqualificar

e negar tais iniciativas e ações realizadas por pessoas ou instituições comprometidas com a formação cidadã e a transformação da sociedade brasileira em uma sociedade mais justa, mais solidária e mais humana.



Bibliografia

ABU-DUHOU, I. *Uma gestão mais autônoma das escolas*. Brasília: UNESCO, IIEP, 2002.

LIBERALI, Fernanda Coelho. *Formação crítica de educadores: questões fundamentais. Coleção: novas perspectivas em linguística aplicada*. vol. 8. Campinas– SP: Pontes Editores, 2010.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. *A constituição social da memória: uma perspectiva histórico-cultural*. Ijuí: Editora Unijuí, 2000, v. 1. 200 p.

_____. *Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. *Estatuto da Criança e Adolescente*, 1990.

_____. *Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal. Brasília, 2000.

_____. *Lei da Pessoa Portadora deficiência*. Lei Nº 7.853/89.

_____. *Lei n. 5.452, 1943*. Consolidação das Leis do Trabalho.

_____. *Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)*, 1993.

_____. *Plano de Monitoramento e avaliação da política municipal de assistência social – gestão SUAS*. Disponível em: www.mds.gov.br/gestaodainformacao. 30/10/13.

_____. *Política Nacional Idoso*. Lei Nº 8.842/04.01.94.

BORDENAVE, J. *O que é participação*. 8ª ed. São Paulo: Braziliense, 1994.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Tradução: equipe de tradutores do Instituto de Letras da Puccamp. 4ª ed. Campinas: Papirus, 1994.

CARVALHO, Rodrigo Janoni. *Transformações e ônus social do capitalismo: Breve olhar sobre as crises econômicas*.

CISEKI, A. A. *Conselhos de escola: coletivos instituintes da escola cidadã*. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Salto para o futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico. Brasília, 1998. p. 43-52.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Medo e ousadia*. Prefácio de Ana Maria Saul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

_____. *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 45ª ed, 2013.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia da indignação – cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Pedagogia do oprimido*. New York: Herder & Heder, 1970. (manuscrito em português de 1968). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 23ª ed., 1994, 184 p.

HOBSON, John. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. Apresentação de Maria da Conceição Tavares. Tradução de Benedicto de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/08/populacao-brasileira-ultrapassa-marca-de-200-milhoes-diz-ibge.html>

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1992.

_____; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.

INTERESSE PÚBLICO. Disponível em: www.pt.wikipedia.org. Acesso em 15 de maio de 2013.

_____. www.interessepublico.com.br. Acesso em 15 de maio de 2013.

JUDT, Tony. *Crise econômica abala crença no modelo ocidental*. In: Folha de S.Paulo, 02/03/09.

MAZZUCHELLI, F. *A crise em perspectiva: 1929 e 2008*. In: Novos Estudos. São Paulo, 2008, pp. 57-66.

MÉTODOS DE CONTROLE DE LEGALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Disponível em: www.ambito-juridico.com.br. Acesso em 15 de maio de 2013.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E A AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS. Disponível em: portal2.tcu.gov.br. Acesso em 15 de maio de 2013.

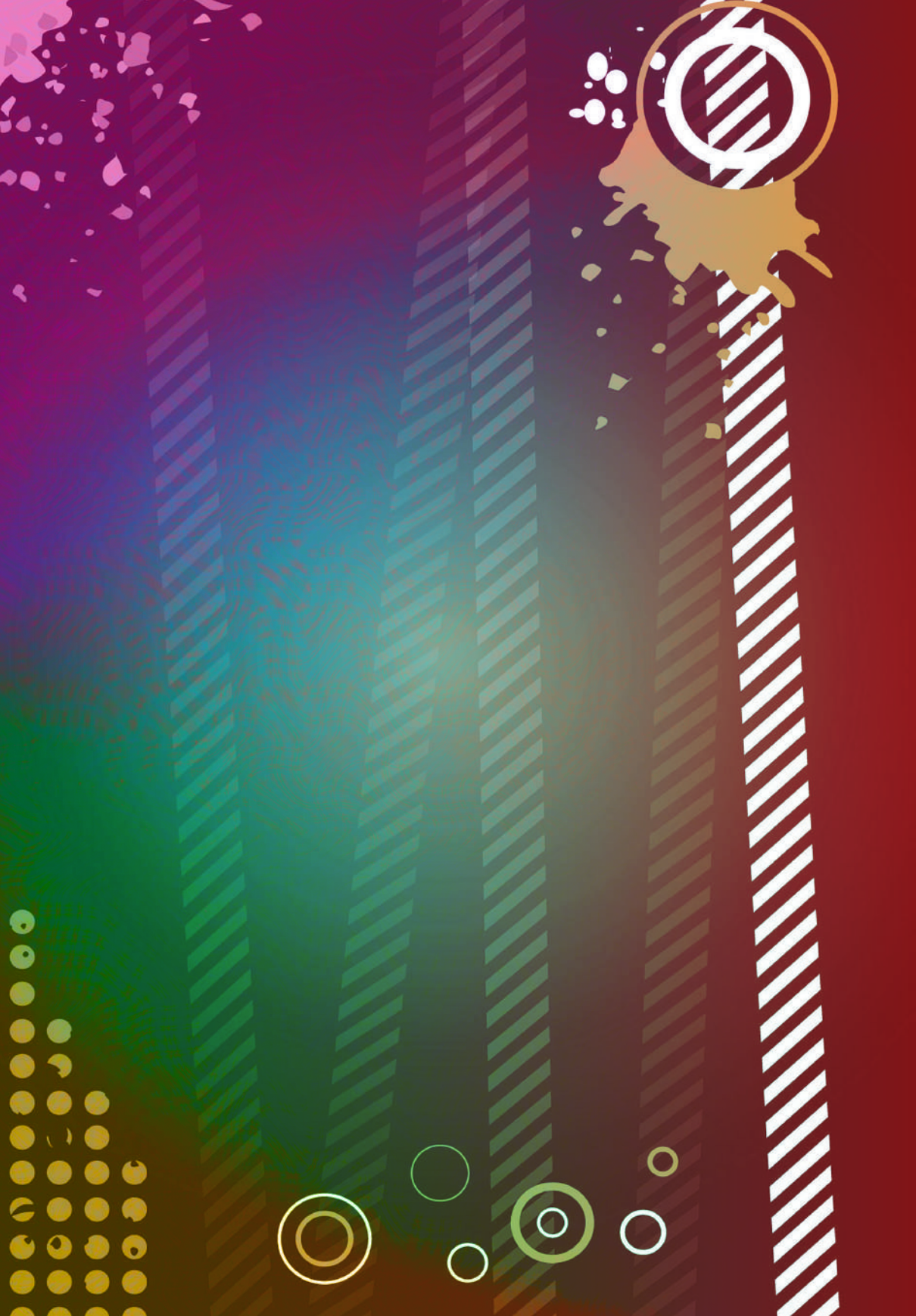
OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Brasiliense, 1994.

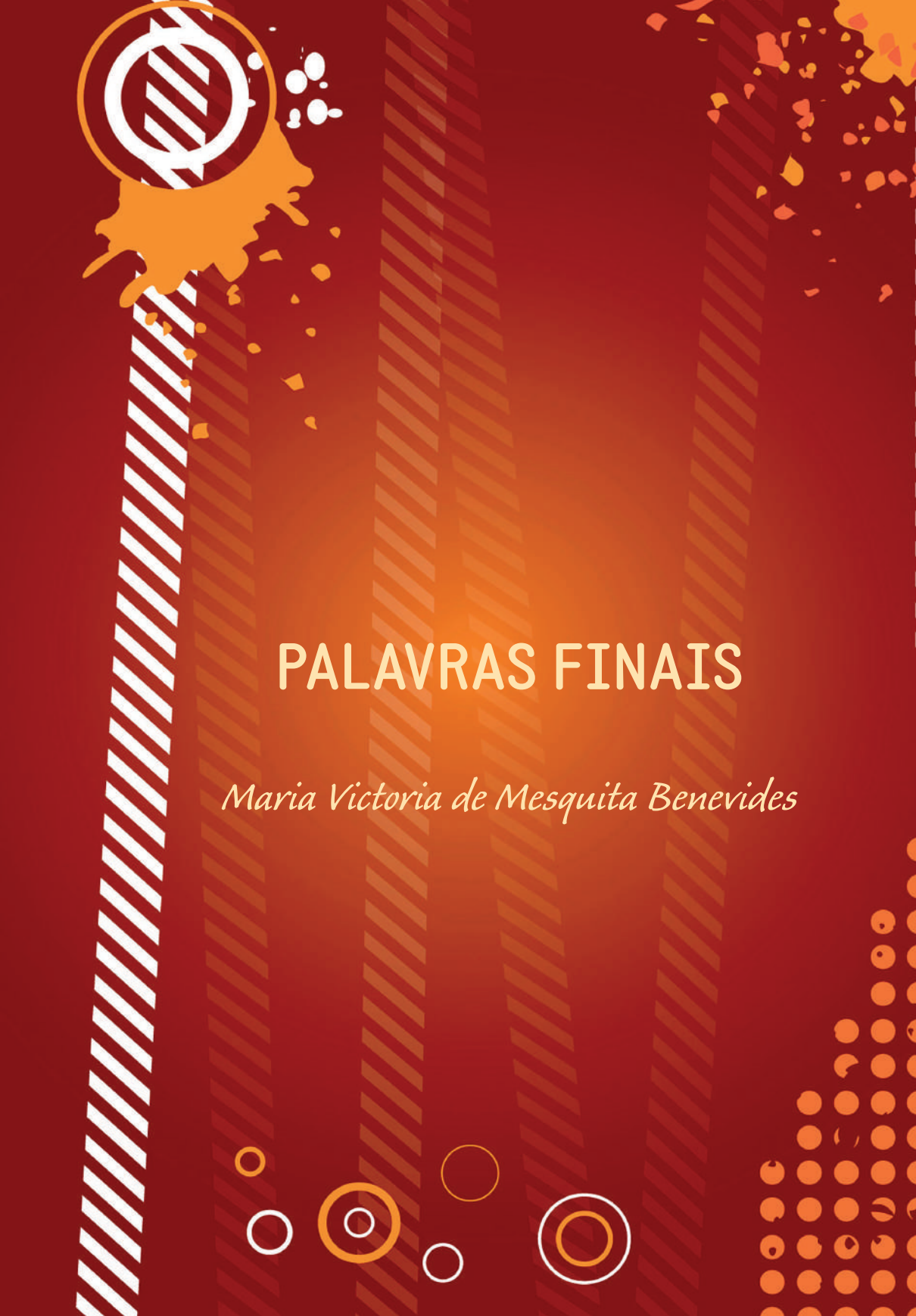
PERSPECTIVAS PARA AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO. Disponível em: portal2.tcu.gov.br. Acesso em 15 de maio de 2013.

PRINCIPIO DO INTERESSE PÚBLICO. Disponível em: www.algosobre.com.br. Acesso em 15 de maio de 2013.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EMEF SOLANO TRINDADE, 2013.

RUA, Graças. *A nova gerência pública. Derry Ormond e Elke Löffler. Tradução René Loncan*. Revista do serviço público, ano 50, número 2, abr.-jun. 1999.





PALAVRAS FINAIS

Maria Victoria de Mesquita Benevides

Estou emocionada e feliz. Quero saudar especialmente as queridas e os queridos colegas, professores e educadores. Somos todos companheiros nesta luta constante pelos direitos essenciais a uma vida digna para todos. E o que nos une mais profundamente é o compromisso com a educação e seu papel na construção de uma sociedade mais justa e fraterna; é a nossa convicção de que uma democracia autêntica – com liberdade, igualdade e solidariedade – exige a garantia e a promoção dos Direitos Humanos.

Costumo dizer que sou professora, logo... sou otimista. E esse otimismo não é cegueira ou ingenuidade, é algo que se apoia na certeza de que nós podemos e devemos fazer um diagnóstico bastante crítico da realidade, mantendo, porém, a fé e a esperança nas possibilidades da transformação. É, como dizia Gramsci, o otimismo da vontade e da ação. Nosso objetivo com a Educação em Direitos Humanos decorre desse otimismo da vontade, pois procuramos, essencialmente, atingir as mentalidades, as atitudes, os preconceitos, num processo contínuo de reciprocidade educador/educando, visando a formação ativa para a cidadania democrática, com a defesa da igualdade, e, ao mesmo tempo, da diversidade.

Ao analisar os projetos inscritos no 1º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, percebemos a importância que tem sido dada ao tema em nossa rede pública. Professores, orientadores e diretores de escolas associaram a temática ampla dos Direitos Humanos a seus projetos pedagógicos, com participação e saberes partilhados. São projetos que incluem parcerias importantes, como as que envolvem as famílias e as comunidades, a escola, a casa, a rua, o meio ambiente, a cidade. São projetos agregadores e, com tal variedade de temas, que eu poderia resumir numa expressão: o Direito à Cidade para todos. Creio que o respeito pleno a esse direito, sobretudo numa metrópole como São

Paulo, é um dos aspectos que mais admiro e que mais me entusiasma numa gestão que valoriza os Direitos Humanos, e as políticas públicas daí decorrentes.

Costumo dizer que nós, da minha geração, não veremos, é claro, o resultado de todos os nossos ideais. Mas nós sabemos, e este Prêmio é uma prova disto, que nossa luta de tantos anos plantou sementes e elas germinaram, elas se multiplicam e vão trazer muitos frutos. E minha certeza só aumenta quando vejo a quantidade de jovens que participam, se engajam, lutam.

Queria agradecer a honra e a enorme satisfação que me deram tanto o Secretário Rogério Sotilli, como o Coordenador Eduardo Bittar, meu colega professor, de participar desse júri, de conhecer esses projetos que nos encantaram tanto, pela sensibilidade, pela criatividade, pela inovação, pela emoção, pela inclusão em torno do que é essencial na educação: a consciência e a prática da igualdade na dignidade, princípio universal dos Direitos Humanos.

Viva a Educação em São Paulo! Viva os nossos valorosíssimos professores e professoras de São Paulo!

Maria Victoria de Mesquita Benevides



Na experiência do Município de São Paulo, o Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo trata de “Implementar a Educação em Direitos Humanos”, através da Meta 63, fazendo dela uma política pública formativa.

O **Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos** vem consolidando a tarefa de promoção da cultura dos Direitos Humanos na Rede Municipal de Ensino.

Na experiência do 1º Prêmio, realizado em 2013, procurou-se enfatizar: a consolidação da cultura dos direitos humanos no exercício do direito à educação; a visibilidade das iniciativas já consolidadas nos últimos 5 anos; a identificação das Unidades Escolares, dos Educadores e dos Estudantes protagonistas de projetos de educação em direitos humanos.

A consolidação do Prêmio é um desafio da Cidade Educadora, rumo à educação integral, pública e de qualidade, e é desta forma que desejamos que a experiência se consolide através de inúmeras vindouras edições, de crescente número de inscrições, de farta originalidade nos projetos, do desenvolvimento qualitativo das iniciativas de EDH, para que a cultura de respeito aos direitos humanos se torne parte do cotidiano do convívio democrático, aberto e pluralista. Afinal, o nosso desejo comum é o da construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária.